

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIANE ROCHA GOMES

COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE PARA OS PAÍSES DO BRICS

CURITIBA

2016

VIVIANE ROCHA GOMES

COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE PARA OS PAÍSES DO BRICS

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2016

AGRADECIMENTOS:

As maiores conquistas são aquelas que compartilhamos, por isso não posso deixar de agradecer a todos que estiveram envolvidos na minha trajetória durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço à minha família, o principal pilar da minha vida, meu pai Luiz Carlos e minha mãe Neiva que sempre se engajaram na minha educação. Bem como agradecer àqueles que fizeram parte do meu cotidiano, em especial João Carlos por seu companheirismo e compreensão.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Motta Correia, por sua paciência e serenidade ao compreender minhas dificuldades e me orientar na construção da pesquisa, cumprindo de maneira exemplar o papel de orientar.

Aos meus colegas que passando pela mesma trajetória acadêmica puderam oferecer um ombro amigo e dividir as experiências.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o desempenho da balança comercial dos países que compõem o BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, expondo portanto, o potencial e caráter econômico do grupo através da sua atividade no comércio internacional. Para isso avalia-se historicamente a construção da estrutura produtiva de cada um. O trabalho aborda o papel importante do comércio internacional no crescimento econômico do BRICS, como elemento de construção e desenvolvimento da economia, expondo as divergências e similaridades das políticas econômicas de cada um. A metodologia de pesquisa perpassa a análise histórica, bem como a avaliação de indicadores econômicos e dados referentes ao crescimento econômico do PIB, aumento da participação do BRICS na economia mundial, evolução das exportações e importações e alterações na balança comercial. A partir da análise do BRICS no comércio internacional verifica-se a expansão e aumento da sua participação no comércio mundial. Avalia-se o perfil da pauta comercial de cada um e a possibilidade de complementaridade no comércio entre o grupo em vista da diversificação de suas exportações e importações. É obtido através da pesquisa evidências da possibilidade de fortalecimento do BRICS como conjunto econômico no comércio internacional, verificado através do aumento no comércio entre os cinco países no período recente.

Palavras-chave: Comércio internacional. BRICS. Economias emergentes. Pauta comercial. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The present work analyzes the trade balance performance of the BRICS countries: Brazil, Russia, India, China, and South Africa, thus showing the potential and economic character of the group through its activity in international trade. For this, it evaluates the construction of the productive structure of each country historically. The paper discusses the important role of international trade in the economic growth of the BRICS as an element of the construction and development of the economy, exposing the divergences and similarities of the economic policies of each. The research methodology encompasses the historical analysis, as well as the evaluation of economic indicators and data regarding the economic growth of the GDP, increase of BRICS participation in the world economy, evolution of exports and imports, and changes in the trade balance. Based on the analysis of the BRICS performance in the international trade, it verifies the expansion and increase of its participation in the world trade. It evaluates the commercial profile of each one, and the possibility of complementarity in the trade between the group because of the diversification of its exports and imports. It is obtained through research evidence of the possibility of strengthening the BRICS as an economic set in international trade, verified through the increase in trade between the five countries in the recent period.

Keywords: International trade. BRICS. Emerging economies. Commercial policy. Economic development.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DO PIB POR SETORES NOS PAÍSES DO BRICS EM 2015	6
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DO BRASIL DE 1960 A 2015	13
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA RÚSSIA DE 1989 A 2015	19
GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA ÍNDIA DE 1960 A 2015	27
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA CHINA DE 1960 A 2015	33
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES ÁFRICA DO SUL DE 1960 A 2015	39
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO PIB DO BRICS EM DÓLARES CORRENTES.....	46
GRÁFICO 8 - PIB DOS PAÍSES MEMBROS DO BRICS EM 2015	46
GRÁFICO 9 - CRESCIMENTO DO PIB (VARIAÇÃO % AO ANO)	47
GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRICS (US\$) 1970 - 2015.....	50
GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1980 - 2015 (%)	52
GRÁFICO 12 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 1970 - 1985	54
GRÁFICO 13 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 1986 - 2000	54
GRÁFICO 14 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 2001 - 2015	54
GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS (US\$) 1970 - 2015.....	56
GRÁFICO 16 - BRICS: PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS 1980 - 2015 (%)	57
GRÁFICO 17 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 1970 - 1985	59
GRÁFICO 18 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 1986 - 2000	59
GRÁFICO 19 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 2001 - 2015	59
GRÁFICO 20 - BRICS: EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL 1980 - 2015 (US\$)	

.....	60
GRÁFICO 21 - PAUTA DAS EXPORTAÇÕES DOS BRICS, 2015:.....	63
GRÁFICO 22 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	64
GRÁFICO 23 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES RUSSAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	65
GRÁFICO 24 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES INDIANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	66
GRÁFICO 25 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES CHINESAS(% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	67
GRÁFICO 26 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES SUL AFRICANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	68
GRÁFICO 27 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS, 2015:.....	70
GRÁFICO 28 - PAUTA DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	71
GRÁFICO 29 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES RUSSAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	72
GRÁFICO 30 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES INDIANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	72
GRÁFICO 31 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES CHINESAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	73
GRÁFICO 32 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES SUL AFRICANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS).....	74
GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTRA GRUPO EM DÓLARES CORRENTES.....	75
GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO BRICS 1995 - 2015	76
GRÁFICO 35 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS BRICS (US\$).....	77
GRÁFICO 36 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES RUSSAS COM OS DEMAIS BRICS (US\$).....	77
GRÁFICO 37 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA ÍNDIA COM OS DEMAIS BRICS (US\$).....	78
GRÁFICO 38 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA COM OS DEMAIS	

BRICS (US\$).....	78
GRÁFICO 39 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SUL AFRICANAS COM OS	
DEMAIS BRICS (US\$)	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA INDIANA POR SETOR DURANTE OS PLANOS QUINQUENAIS (1951/1985) EM %	25
TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB.....	48
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO PIB DO BRICS EM RELAÇÃO AO PIB MUNDIAL, ANOS SELECIONADOS:.....	49
TABELA 4 - FORÇAS DE CONSUMO	49
TABELA 5 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO BRICS:	53
TABELA 6 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS:	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS ECONOMIAS DO BRICS	6
2.1 BRASIL: O GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL	7
2.2 RÚSSIA: TRAJETÓRIA DE REEMERGÊNCIA ECONÔMICA.....	13
2.3 ÍNDIA: A EMERGÊNCIA DA ÍNDIA GRANDIOSA	20
2.4 CHINA: RETORNO DE UMA ECONOMIA MILENAR.....	28
2.5 ÁFRICA DO SUL: DESTAQUE NO CONTINENTE AFRICANO	33
3 O BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	39
3.1 OS PAÍSES EMERGENTES E A CONJUNÇÃO DO BRICS:	40
3.2 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL:	44
3.2.2 Evolução das exportações:	50
3.2.3 Evolução das importações:	56
3.2.4 Alterações na balança comercial:.....	60
4 O PERFIL DA PAUTA COMERCIAL DO BRICS E AS RELAÇÕES DE COMERCIO ENTRE O GRUPO	62
4.1 ANÁLISE DA PAUTA DAS EXPORTAÇÕES:.....	62
4.2 ANÁLISE DA PAUTA DAS IMPORTAÇÕES:	68
4.3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE O BRICS:	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

O agrupamento dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul com a conjunção do BRICS, perpassa não só o contexto político, como também o âmbito do comércio internacional.

A histórica econômica dos países revela pontos de similaridade e divergências na trajetória e efetividade de suas políticas econômicas. Apesar da semelhança na estrutura produtiva, com a grande participação do setor de serviços, quando analisados individualmente esta composição diverge pela forma como evoluiu.

Todos os cinco países apontam para uma grande capacidade de desenvolvimento, imenso potencial territorial, populacional e abrangência de recursos que possibilitaram tornar-se países emergentes. Hoje o BRICS representa cerca de 40% da população mundial e juntos somaram mais de 16 trilhões de dólares, o que representa 22,25% do PIB mundial em 2015.

O comércio internacional desempenhou papel importante para o crescimento econômico do BRICS, sendo um elemento central da política econômica chinesa nas últimas três décadas. Com relação ao Brasil, Índia e África do Sul, o desenvolvimento priorizou o mercado interno durante o período de industrialização por substituição de importações, no entanto abriram suas economias nos anos 1990. A Rússia aumentou sua inserção comercial com o fim do regime socialista e conta com o comércio internacional a fim de diversificar sua economia.

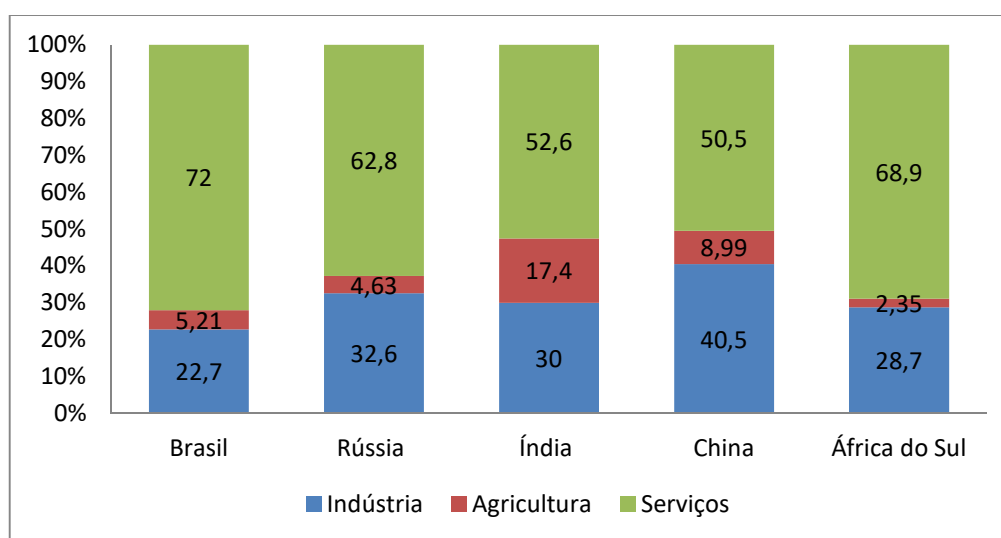
Com o objetivo de analisar a evolução da balança comercial dos países que compõem o BRICS o desenvolvimento da pesquisa conta com três capítulos, além do capítulo 1 de introdução e capítulo 5 com as conclusões finais.

O capítulo 2 procura através da análise histórica individual construir evidências de similaridades e divergências na estrutura produtiva dos cinco países do BRICS. O capítulo 3 ressalta a preocupação do grupo com o comércio e analisa através de fonte de dados o desempenho do BRICS no comércio internacional, com a indicação da evolução de suas exportações, importações e alterações na balança comercial ao longo do tempo. No capítulo 4, faz-se a análise do perfil do comércio do BRICS com base nas suas pautas de importação e exportação, além de discorrer sobre a evolução do comércio entre o grupo.

2 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS ECONOMIAS DO BRICS

O presente capítulo objetiva analisar historicamente a formação da atual estrutura produtiva em cada um dos países pertencentes ao BRICS. Como observa o gráfico 1, existe uma certa similaridade na atual participação dos setores na composição do PIB dos cinco países, prevalecendo o setor de serviços em todos os casos.

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DO PIB POR SETORES NOS PAÍSES DO BRICS EM 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016).

Nota: Elaboração própria.

Nota²: Para a Índia foram utilizados dados de 2014.

No entanto, apesar da semelhança na estrutura produtiva, quando analisados individualmente, esta composição diverge historicamente. Todos os cinco países apontam grande capacidade de desenvolvimento em razão de seus potenciais territoriais, populacionais, abrangência de recursos e capacidade energética, justificando suas posições como potências emergentes.

A fim de buscar as principais evidências da capacidade do BRICS no comércio internacional, procura-se estabelecer pela análise histórica a construção de suas economias apresentando os pontos de sucesso na trajetória. A partir da análise histórica individual, percebe-se os fatores que se assemelham, bem como pontos na construção econômica onde há divergências.

De modo geral, todos os países do BRICS tem reduzido sua contribuição do

setor agrícola para o PIB. Há o crescimento do setor industrial, contribuindo para aumento da produtividade e crescimento, no entanto, apresenta-se uma tendência de crescimento da participação do setor de serviços.

2.1 BRASIL: O GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL

O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo, pouco menor que os Estados Unidos. Com uma população de 205,823 milhões, é o sexto mais populoso do mundo e o primeiro da América do Sul. É reconhecido por possuir uma vasta gama de recursos naturais, incluindo petróleo, ouro, bauxita, urânio e enorme capacidade hidrográfica, tendo 69,3% de sua energia produzida por plantas hidroelétricas e sendo o décimo maior produtor de energia do mundo (CIA World Fact Book, 2016). Silva (2013, p. 123), aponta que o Brasil várias vezes foi ressaltado pelo seu potencial, com evidências de boas perspectivas para o desenvolvimento econômico, no entanto, o desenvolvimento de um "Brasil potência" esbarra no peso das limitações tecnológicas, militares e econômicas, heranças do passado colonial, baixo índice educacional e desigualdade social.

O Brasil foi descoberto em 1500, em decorrência da expansão comercial da Europa. Em primeiro plano, segundo Furtado (1958), tratou-se de um problema exclusivamente comercial para os Portugueses, no entanto, adquire um caráter político em decorrência dos interesses de outras nações europeias às riquezas da nova terra, dando assim, início a ocupação do território brasileiro.

A trajetória econômica brasileira teve início como sendo fornecedor de matéria prima, o Pau Brasil, para a Europa, num formato de atividade de exploração. No entanto, aponta Caio Prado (1945), que a exploração do Pau-Brasil logo precisou ser substituída, dando início então a agricultura, que durou de 1530 a 1640, focada no cultivo de cana-de-açúcar. A partir do séc. XVII, foram descobertas grandes reservas de ouro, iniciando o foco na mineração, que de acordo com Prado (1945), ocupou a atenção de Portugal durante três quartos do século.

Em 1822 o Brasil torna-se independente, representando o fim do período colonial e o início da condição de Império. Nessa nova etapa ocorrem transformações que reorganizam os centros econômicos brasileiros principalmente em razão da evolução agrícola para o cultivo do café, transferindo a importância das velhas regiões agrícolas do Norte para o Centro-Sul. A partir de 1860 o comércio

exterior brasileiro inicia um período de superávits em razão das exportações de café (PRADO, 1945). Em 1889 ocorre a Proclamação da República, tornando-se um Estado Federativo. A ênfase no café durou até 1930, com a depressão de 1929 e o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional para o mercado interno, destacando pela primeira vez a indústria (ALCOFORADO, 2003, p. 130).

De acordo com Furtado (1958), "A produção industrial cresceu em cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40 por cento, no mesmo período." De 1930 a 1945 o Brasil foi governado por Getúlio Vargas. Nesta fase a economia brasileira passa de um modelo agrário-exportador para o modelo nacional-desenvolvimentista.

Até 1930, era insignificante a participação da indústria na economia brasileira. A Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 criaram as condições para o início do processo de ruptura do Brasil com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país. (ALCOFORADO, 2003, p. 131)

Nesse período inicial da industrialização, os principais ramos da indústria brasileira eram os consumo imediato (bens não duráveis), como alimentação, vestuário e utensílios domésticos, instrumentos de trabalho. Voltados a atender o mercado interno pelo processo de substituição de importações.

No período do governo de Jucelino Kubitschek (1956 - 1961), formou-se o Plano de Metas, a fim de intensificar a industrialização. Nessa etapa o enfoque foi na indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), e indústria de bens intermediários (combustíveis, siderurgia, etc.), reforçando a concentração industrial no estado de São Paulo e regiões vizinhas.

De acordo com Alcoforado (2003, p. 138), a industrialização durante o período JK teve o comando do capital estrangeiro, bem como gerou impactos de estrangulamento na economia brasileira, com desequilíbrios nas regiões, na agricultura e na infraestrutura econômica e social. O período que se segue é de crise econômica e política, com uma estagnação que se prolongou de 1962 a 1967.

Em 1964, o presidente João Goulart, defensor das mesmas ideias de Vargas, é deposto pelos militares, dando início ao período de Regime Militar no Brasil.

(...) a perspectiva do regime militar implantado em 1964 era a de que a possibilidade de recuperação econômica do Brasil encontrava-se no controle da inflação, na modernização dos mercados de capitais que

conduziriam a uma crescente acumulação de poupança, na criação de um sistema de incentivos que dirigisse os investimentos para áreas e setores considerados essenciais pelo governo, na atração de capitais externos para financiar a expansão da capacidade produtiva do país e na promoção de investimentos públicos em projetos de infraestrutura e em certas indústrias controladas pelo governo. (BAER¹, 1983, p. 226, apud ALCOFORADO, 2003, p. 142)

De 1968 a 1973 o Brasil viveu o período que ficou conhecido como "Milagre Econômico", com taxas de crescimento surpreendentes na ordem de 11% ao ano. De acordo com Hermann (2005, p. 82), este crescimento foi liderado pelo setor de bens de consumo durável e em menor escala, pelo setor de bens de capital. Segundo Alcoforado (2003, p. 144), o governo Geisel (1974 - 1979), foi a última experiência desenvolvimentista do Brasil no século XX, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento para completar o processo de industrialização por substituição de importações.

Foi, sobretudo, no governo Ernesto Geisel, com o II PND, que foram definidos como objetivos completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital, superar os problemas cambiais resultantes da crise do petróleo com o desenvolvimento de projetos de carvão, não ferrosos, álcool da cana, energia elétrica e petróleo implantados na década de 1970 em várias partes do país e contribuir para a desconcentração da atividade produtiva no Brasil. (ALCOFORADO, 2003, p. 142)

No governo seguinte de Figueiredo (1979 - 1985), último governo do Regime Militar, a maior preocupação foi em conter a alta taxa de inflação e o déficit na balança de pagamentos. Para Hermann (2005, p. 94), o período que compreende de 1974 a 1984 marcou o auge do esgotamento do modelo de crescimento vigente desde os anos 50, de industrialização por substituição de importação.

Nos anos seguintes a preocupação com a inflação e a dívida externa tomou a frente na política econômica. Durante o governo de José Sarney, foram lançados três planos de estabilização: O Plano Cruzado, em 1986; o Plano Bresser, em 1987; e o Plano Verão em 1989, no entanto, todos resultaram em frustrações do ponto de vista de resolver a crise.

Durante a década de 1990 o Brasil altera o direcionamento das suas políticas econômicas adotando os preceitos repassados pelo Consenso de Washington,

¹ BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1983.

adequando-se ao ambiente internacional. O Consenso de Washington apresenta dez recomendações: abertura comercial, privatização de estatais, redução dos gastos públicos, disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação, estímulo aos investimentos estrangeiros diretos, juros de mercado, câmbio de mercado e direito à propriedade intelectual. Todas as recomendações consistem na restrição da intervenção estatal na economia e na defesa do livre mercado, tratando-se, portanto de um conjunto de medidas de cunho neoliberal.

Amado Cervo (2003, p. 19) chama o período de adoção das medidas neoliberais de "Paradigma do Estado Normal", que durou de 1990 a 2002. Normal porque se adéqua às condições em alta em todo o sistema político-econômico internacional. Durante esse período houve aumento da entrada de capital estrangeiro no país, fato relacionado à desregulamentação do fluxo de capital e às privatizações de empresas estatais. Acreditava-se que,

Os novos investimentos, mais intensivos em tecnologia, fortaleceriam a produtividade, e, por consequência, a competitividade externa da economia, elevando as exportações e reduzindo as importações, ou seja, o governo parecia apostar que o ajuste espontâneo e gradual da balança comercial afastasse os riscos de crise [...] (CORAZZA, 2010, p. 5)

Em 1990 foi eleito Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960. Seu governo durou pouco tempo, mas introduziu a ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com a participação intensiva do Estado (CASTRO, 2005, p. 142). O foco manteve-se na inflação, mas seus planos econômicos Collor I e II fracassaram e, segundo Castro (loc. cit.), resultaram em recessão e perda de credibilidade das instituições de poupança.

Em 1994 assume o governo o presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir dos fracassos com os planos de estabilização anteriores foi lançado o Plano Real, que consistiu na fixação da taxa de câmbio como âncora nominal dos preços (CORAZZA, 2010, p.5), primeira estratégia bem sucedida de combate à inflação.

Segundo Castro (2005, p. 193), os dois governos de FHC são completamente diferentes. O primeiro mandato, de 1994 a 1998 é caracterizado por uma política cambial rígida, dependência do financiamento externo e desequilíbrio fiscal. Já no segundo, adota-se o câmbio flutuante, redução do déficit em conta corrente e ajuste fiscal. Em ambos, permanece a preocupação com a inflação e uma contínua expansão do gasto público.

Em 2003, é eleito o presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva, representando no campo político-ideológico a ascensão da esquerda ao poder. Inicialmente houve certo receio por parte do mercado e dos investidores com relação a qual seriam as medidas tomadas pelo presidente. No entanto, de acordo com Giambiagi (2005, p. 216), Lula deu prosseguimento às reformas e à política econômica existente nos três governos anteriores, baseada no "tripé" flutuação cambial, metas de inflação e austeridade fiscal, passando assim para uma posição mais ao centro, no campo da socialdemocracia.

No período que compreende o primeiro mandato de Lula, o Brasil viveu a retomada do crescimento econômico, com uma taxa média de expansão do PIB de 4,2%. Além do crescimento, houve melhora na relação Investimento/PIB de 16,23% em 2003 para 20,1% em 2008, queda de 5,1 pontos percentuais na taxa de desemprego e melhora nos indicadores de distribuição da renda e de redução da pobreza (CURADO, 2011, p. 93).

No governo Lula foi empregada uma política de transferência de renda através do programa Bolsa Família, voltado à transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e também pela política de elevação do salário mínimo. Essas políticas, aponta Curado (p. 94) contribuíram para a ampliação do mercado consumidor brasileiro, tornando-se um motor de crescimento pelos gastos com consumo.

Este efeito foi particularmente importante após a eclosão da crise financeira global em 2008, momento em que a manutenção dos gastos com consumo destas classes evitou uma retração mais profunda na demanda agregada. A ampliação do mercado consumidor - associada, em alguma medida, a melhoria na distribuição da renda - foi peça importante no processo de crescimento econômico do período. (CURADO, 2011, p. 94)

Outro ponto a ser destacado deste período, é a retomada do papel do Estado como realizador de investimentos, sendo um articulador do desenvolvimento através de investimento em setores estratégicos. Na visão de Amado Cervo (2003), esse período se caracterizou pelo paradigma do Estado Logístico, no qual o estado passa a ter características de empresário, intermediando os processos e fornecendo logística, ou seja, coordenação para que os atores econômicos possam atuar.

Com relação ao comércio exterior, verifica-se um aumento nas exportações brasileiras de produtos não industriais, ao mesmo tempo em que as exportações

industriais caíram, principalmente de setores de alta tecnologia. Segundo Curado (2011, p. 101),

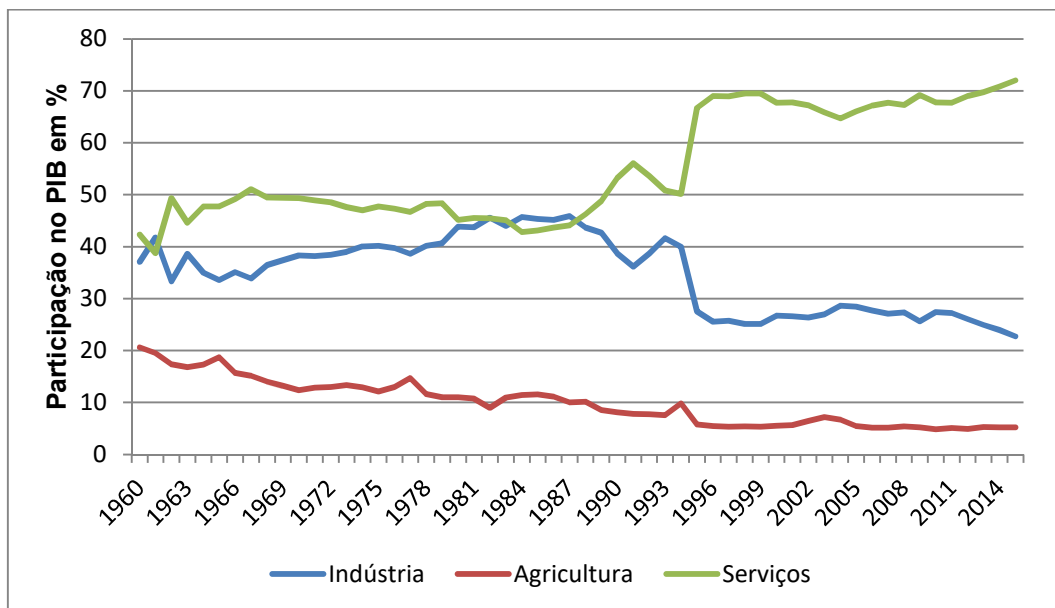
O aumento da participação de produtos não industriais e a queda das exportações de produtos de alta tecnologia resultam, em essência, de dois fatores: 1. A profunda mudança no destino das exportações brasileiras, com significativo incremento da participação de países emergentes, cuja demanda por produtos não industriais é relevante; 2. A redução da competitividade externa de setores que dependem de uma taxa de câmbio competitiva, especialmente setores industriais de alta e média-alta tecnologia

Em 2011, assume a presidência Dilma Rousseff, em um momento de otimismo advindo dos bons resultados do governo anterior. No entanto, a partir de 2012 o aumento da intensidade da inflação começou a indicar dificuldades na economia. Algumas críticas, a exemplo o jornal Financial Times, apontavam para um esgotamento do crescimento puxado pelo consumo e indicavam uma necessidade de melhoras na infraestrutura do país para promover uma melhora na produtividade e competitividade internacional (CONTRI, 2014, p. 10).

Na visão de Contri (2013, p. 19), apesar de muitas críticas serem feitas quanto à administração pública do governo Dilma, a economia do Brasil está sofrendo os impactos negativos da crise econômica mundial que se arrasta desde 2007 e que o Brasil ainda precisa resolver problemas estruturais historicamente herdados.

Com base no gráfico 2 abaixo, é possível observar a relevância de cada setor na economia brasileira da década de 1960 a 2014.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DO BRASIL DE 1960 A 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

Durante toda a década de 1960 o setor de serviços já se sobrepunha aos demais com relação a sua contribuição no Produto Interno Bruto Brasileiro, no entanto, percebe-se que há uma tendência de crescimento da indústria até a década de 1990, chegando a ultrapassar o setor de serviços de 1982 a 1987. No entanto esse comportamento se altera com uma queda vertiginosa da indústria para os anos posteriores. A agricultura também perdeu participação, passando de 20% em 1960 para 5,21% em 2015 (Banco Mundial).

2.2 RÚSSIA: TRAJETÓRIA DE REEMERGÊNCIA ECONÔMICA

A Federação Russa destaca-se no cenário global pela sua dimensão territorial - sendo o maior país do mundo - abundância de recursos naturais, como petróleo, gás natural e carvão; e seu passado histórico impactante como um ator presente em grandes episódios da história mundial. Para uma boa compreensão da formação da atual estrutura produtiva da Rússia, que a levou a ser a sétima maior economia do mundo, é necessário entender os fatores que fizeram parte da sua constituição.

O modelo político atual, no formato de federação, constituiu-se em 1991 a partir do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no entanto, de acordo com Adam (2013, p.39) sua origem data o ano de 856, ano em que os

eslavos orientais chegaram a região da cidade de Kiev². A partir de sua origem o território passou pela condição de Reino de Moscou, pela dominação Mongol de 1240 a 1480 e ficou marcado pela fase Imperial, iniciada por Ivan IV em 1550.

Durante a fase imperial a Rússia passou por um processo de expansão impulsionado pelos seus dirigentes Pedro, o Grande (1682-1725) e Catarina, a Grande (1762-1801), segundo Adam (Ibid, p.40) os imperadores buscaram a modernização procurando copiar práticas econômicas, militares e institucionais dos países europeus.

As conquistas obtidas no período imperial, as quais geraram um Estado de enormes proporções e com tradição guerreira, conferiram às elites russas posteriores (e em parte da população) uma noção de grandeza inata do país, como se a Rússia estivesse destinada, ao longo dos séculos, a permanecer como um dos centros decisórios do sistema internacional. Tal fator influencia a política externa russa até os dias de hoje. (loco citado)

O período Imperial teve seu fim a partir da Revolução Russa de 1917³, episódio este, que marcou a transição para o primeiro modelo de governo socialista no mundo em 1922 com a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Enquanto URSS, a região passou por enormes transformações que abrangeram o plano econômico, político, institucional e cultural. De acordo com Adam (Ibid, p.41) estas transformações no plano interno representaram a mudança de um país relativamente atrasado para uma superpotência altamente industrializada e capaz de feitos notáveis nos quesitos militar e aeroespacial. Medeiros (2011, p. 15) aponta que este período ficou marcado por uma industrialização extensiva pela adição de trabalho, matérias-primas e capitais aos processos produtivos já existentes.

A condição de superpotência ficou ainda mais determinada após a Segunda Guerra Mundial, na qual colaborou para a derrota do Eixo⁴. O fim da Segunda Guerra Mundial também deu início ao embate entre as duas superpotências mundiais, Estados Unidos e URSS, numa disputa indireta entre sistemas político-econômicos distintos que ficou conhecida como Guerra Fria. Durante a Guerra Fria a URSS adentrou uma corrida pelo desenvolvimento de tecnologias armamentistas em oposição aos Estados Unidos.

² Capital e maior cidade da Ucrânia. Uma das maiores e mais antigas cidades da Europa.

³ A Revolução Russa de 1917, gerou uma guerra civil entre os bolcheviques, no poder, e os mencheviques, apoiados pelos europeus.

⁴ Aliança entre Alemanha, Itália e Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

Percebe-se, no entanto, que depois de décadas de crescimento acelerado a URSS passou por um período de desaceleração econômica nos anos 1970. A produção industrial caiu de 5,6% ao ano entre 1971-1975 para 2,4% ao ano entre 1976-1980 e permanecendo neste nível durante todo os anos 1980 (SPULBER⁵, 2003, apud, MEDEIROS, 2011, p. 15). Medeiros (opus citatum, p. 15) confere a queda no crescimento a três hipóteses básicas: exaustão das possibilidades de crescimento extensivo; necessidade de um crescimento intensivo através do aumento na produtividade (impedido pela necessidade de descentralização e necessidade de incentivo às empresas); e um sistema econômico constrangido pelo fardo militar.

Além disso, o autor (loc. cit) aponta dois desequilíbrios marcantes na estrutura produtiva russa. O primeiro desequilíbrio se dava com relação à baixa produtividade da agricultura, comparada ao setor industrial, havendo sempre a necessidade de importações e subsídios. O segundo desequilíbrio refere-se à estrutura do comércio exterior e a forma como ficou distribuído,

A URSS construiu uma divisão do trabalho com os países do Leste Europeu – por meio do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon) – baseado na cooperação. Depois de exportar máquinas e produtos industriais a URSS passou a exportar a partir dos anos 1970, sobretudo, energia e armas, importando bens industriais, destes países em apoio aos seus processos de industrialização (SMITH, 1993 apud MEDEIROS, 2011, p. 16). Com o ocidente, a URSS importava máquinas e equipamentos em troca de petróleo. Esta especialização era em parte política – pois refletia, no caso do Comecon, preços políticos e voltados ao *catch-up* dos demais – e em parte econômica, devido ao atraso tecnológico soviético na indústria, em geral, e sua grande dependência à tecnologia dos países industrializados. (MEDEIROS, 2011, p.16)

Compreende-se então, que havia um desequilíbrio entre a produtividade do setor exportador e o da indústria fazendo com que a demanda da União Soviética por moeda conversível fosse sempre crescente ao longo dos anos 1970. Somado a isso, percebe-se a dificuldade de um crescimento intensivo muito em razão da "baixa difusão da tecnologia militar para o uso civil (o duplo uso), decorrente da extrema verticalização do sistema de inovações soviético nas unidades de pesquisa para fins militares." (MEDEIROS, 2011, p.16)

Em 1985 é nomeado para o cargo de secretário-geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), Mikhail Gorbatchev. Gorbatchev procurou trazer

⁵ SPULBER, N. Russia's economic transitions. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

reformas ao sistema político-econômico soviético, lançando os planos Perestroika (transparência) e Glasnost (reestruturação) em 1987. Esses planos consistiram em garantir maior autonomia às empresas estatais, a fim de incentivar novas tecnologias e padrões de consumo. Neste período houveram alterações dentro do próprio partido que colaboraram para o colapso da URSS, com a busca por reformas capitalistas. Os planos econômicos de Gorbachev abriram espaço para a transição ao sistema capitalista.

Em 25 de dezembro de 1991 se dá o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O bloco deu origem à Federação Russa e outros 14 novos estados⁶. No, entanto a Federação Russa permaneceu como o principal Estado, com 17.075.400km², 76,2% do território soviético (ADAM, 2013, p. 42)

O primeiro presidente da Federação Russa foi Boris Yeltsin. Yeltsin foi fortemente influenciado pelos ideais neoliberais bastante difundidos na época, principalmente pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial através das medidas que ficaram conhecidas como Consenso de Washington, compreendendo recomendações que consistem na restrição da intervenção estatal na economia e na defesa do livre mercado.

Uma das metas do FMI e o Banco Mundial para os anos 1990 era zelar pela transição de uma economia centralmente planejada para uma economia de mercado na Rússia (WOODS, 2006, p. 3). A principal consequência das medidas difundidas foram altas taxas de desemprego, queda da produção, inflação, diminuição dos serviços sociais e inadimplência de salários e pensões, culminando para a crise financeira da Rússia em 1998. Na visão de Stiglitz (2002, p. 86) o grande problema das medidas aplicadas foi a maneira e o ritmo com que ocorreram e não as medidas em si. As políticas do Consenso de Washington foram postas em prática muito rapidamente e de maneira exagerada, deixando de lado outras medidas que eram necessárias para que o desenvolvimento fosse alcançado.

Os riscos inerentes à aplicação de medidas neoliberais em um país sem qualquer tradição capitalista, cuja população não possuía o traço cultural de individualismo exacerbado do Ocidente, e que usufruía de uma ampla gama de serviços sociais no período soviético, foram negligenciados pelo Kremlin. (ADAM, 2013, p. 45)

⁶ Azerbaijão, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Ainda segundo Adam, após a crise de 1998, o neoliberalismo perdeu força na Rússia e maiores ênfases foram dadas ao capital produtivo. Em 1999 Vladimir Putin chega ao poder como Primeiro Ministro, conquistando popularidade para se eleger em 2000 como Presidente. Putin tinha como objetivo a reconstrução interna do Estado e o retorno da Rússia como grande potência, tomando medidas centralizadoras e nomeando o regime russo de "democracia soberana".

O campo mais destacado da atuação do Kremlin sobre a economia foi o dos recursos naturais, em especial gás natural e petróleo. Já na sua tese de doutoramento, de 1997, Putin defendia que a recuperação russa passava pela comercialização de seus vastos recursos minerais no mercado internacional a fim de auferir verba a ser empregada no crescimento e na modernização da economia russa. (ADAM, 2013, p. 47)

As medidas tomadas, somadas a um cenário econômico favorável contribuíram para a retomada do crescimento,

Após substancial desvalorização do rublo, a redução substancial do salário real e a elevação da capacidade ociosa, a economia russa reagiu em 1999 e cresceu espetacularmente entre 2001 e 2007, com uma taxa média de 7% a.a. O motor inicial deste crescimento foi a desvalorização do rublo acompanhada por elevação do preço do petróleo entre 1999 e 2000, inaugurando um período de saldos positivos em transações correntes e consequente redução da dívida externa. (MEDEIROS, 2011, p. 25)

A estrutura produtiva russa conta com uma abundância de recursos naturais, principalmente imensas reservas de gás natural e petróleo. Sendo atualmente a líder na produção de gás natural no mundo. De acordo com relatório estatístico da energia mundial elaborado pela BP⁷ (2016), a produção de petróleo russa cresceu pela 17ª vez consecutiva, num patamar de 1,2% em 2015. Ao mesmo tempo a Rússia é o terceiro maior produtor de combustível fóssil, atrás apenas da China e os Estados Unidos. De acordo com a BP, a Rússia tornou-se o maior exportador de petróleo no mundo em 2015 e manteve a posição de maior exportador de gás natural. Atualmente o país representa 12,4% da produção mundial de petróleo, 16,1% da produção de gás, e 4,8% de carvão. Ainda segundo o relatório, a produção de energia primária cresceu 0,7% em 2015 e é responsável por 10% da energia global.

⁷ Empresa multinacional sediada no Reino Unido. Atua no setor de energia, principalmente petróleo e gás natural.

Isoladamente, o setor de energia responde por uma fração substancial das vendas das empresas e do PIB, a metalurgia e os bancos constituem os demais setores dominantes com o capital centralizado em empresas estatais e grandes grupos privados. (MEDEIROS, 2011, p. 28)

Para Adam, "A posse de recursos cada vez mais relevantes no mercado mundial e a capacidade de exportá-los colaboraram sobremaneira para a retomada russa no começo do século XXI" (2013, p. 44).

Contudo, as riquezas naturais da Rússia não se subsomem a hidrocarbonetos, pois em seu território ela possui consideráveis quantidades de cobalto, cobre, chumbo, estanho, níquel, magnésio, potássio, ouro, prata, alumínio, platina e bauxita, além de metais raros, como zircônio, índio, germânio e gálio. A exploração de suas reservas faz a Rússia ser a segunda maior produtora de ouro no mundo, a quarta de aço (em 2008) e a quinta de minério de ferro (em 2008) (BLINNIKOV, 2010, 280-282). Ademais, a sua multinacional Norilsk Nickel é a maior produtora mundial de níquel, paládio e de metais de platina. (ADAM, 2013, p.44)

Além das exportações de recursos naturais, no governo Putin houve reformas em setores como produção de armamentos, alumínio, madeira, carros e helicópteros; indústrias de aviação de guerra e de processamento; bem como química, engenharia e agricultura. (Ibid, p. 48) A Rússia retomou a força da indústria militar, criando a estatal Rosoboronexport em 2000. Da mesma forma nacionalizou a United Aircraft Corporation (UAC) e elevou o orçamento militar. No entanto a estrutura da economia permaneceu em desequilíbrio.

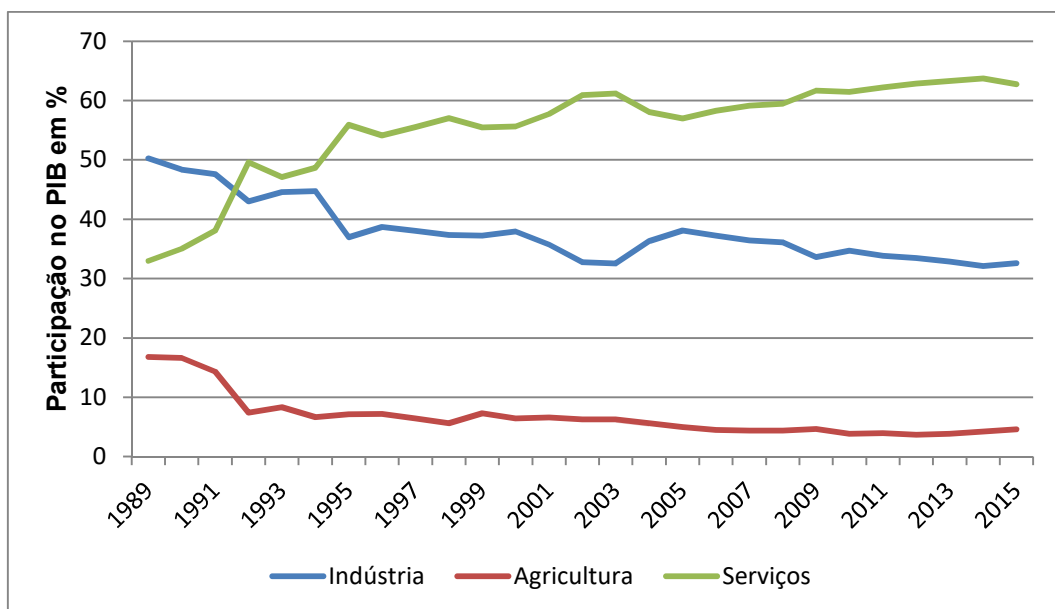
Estas transformações nas instituições, no bloco de interesses e no poder político do Estado não alteraram, entretanto, o desequilíbrio da estrutura econômica russa (dada pela produtividade de sua base exportadora baseada em recursos naturais em contraste com a baixa produtividade da indústria, em geral decorrente do envelhecimento da infraestrutura e, atraso tecnológico nos setores não exportadores) sobre sua estratégia de crescimento. (MEDEIROS, 2011, p. 28)

No governo de Medvedev, a Rússia enfrentou o pior problema da sua estrutura produtiva apoiada nas exportações de minerais. A crise mundial de 2008 atingiu a economia do país, principalmente devido à queda dos preços do petróleo. "Em 2009 o PIB russo caiu 7,9%, ao passo que a produção industrial também sofreu forte queda de 10,8%." (ADAM, 2013, p. 49). Segundo Adam, o pior parece ter passado e a economia Russa já apresenta melhoras nos índices. Além disso Medvedev deu bastante enfoque ao projeto Skolkovo, como forma de atenuar a fragilidade econômica russa.

O projeto Skolkovo é, de acordo com o Sputnik News (2012), um centro de pesquisas de inovações que visa colocar a Rússia novamente ao patamar de um dos países mais desenvolvidos tecnologicamente do mundo. O Centro de Estudos Russos da Universidade de Coimbra (2014) aponta que o centro deverá operar nos ramos de eficiência energética e poupança de energia, tecnologias nucleares, espaciais, médicas, estratégicas computadorizadas e software. A ideia é tornar a região uma espécie de "Vale do Silício" russa, no entanto para a Euronews (2013) o retorno de Vladimir Putin à presidência o projeto tem encontrado dificuldades em avançar.

No gráfico 3 a seguir, observa-se a composição do PIB de 1990 a 2015.

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA RÚSSIA DE 1989 A 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria.

Fica evidente o crescimento do setor de serviços envolvendo a comercialização de bens, concomitante à queda na participação do setor industrial. O setor agrícola também caiu significativamente cerca de 12 pontos percentuais. O resultado é uma contribuição ao PIB de cerca de 63% do setor de serviços, contra 33% da Indústria e apenas 5% da Agricultura. O afastamento das linhas no gráfico ressalta um aumento na concentração do PIB por um setor em detrimento do outro.

2.3 ÍNDIA: A EMERGÊNCIA DA ÍNDIA GRANDIOSA

A Índia é bastante peculiar visto a sua diversidade cultural e grandiosidade inata, sendo o berço de uma civilização com registros desde 7500 a.C. A história da Índia remonta a história da civilização humana, sendo importante na construção de vários objetos e ferramentas que hoje fazem parte do cotidiano. O sistema decimal, a álgebra e a trigonometria são alguns exemplos de inventos que tiveram sua origem na região (VIEIRA, 2013, p. 79).

Schnerb (1996, p.169-170), refere-se às civilizações antigas da Índia e Ásia oriental como "civilização do vegetal", baseadas no consumo e produção de cereais e legumes com pouca demanda por utensílios de metal. Essa estrutura produtiva ficou assim estabelecida em grande parte em razão da alta densidade populacional na região atrelada a costumes religiosos.

Tudo se baseia no labor humano, que é extenuante. Já exigente por si mesma, a rizicultura⁸ obriga a atentos cuidados. Mas como a terra é escassa, cara duramente disputada, esmagada por foros e pela usura, fragmentada ao infinito; trata-se de uma horticultura incrivelmente minuciosa da qual se exige o máximo. (SCHNERB, 1996, p. 170)

No início do século XVII, a Índia esteve sob dominação mongol, sendo estes os responsáveis por implantar a administração política no território indiano pela primeira vez. Enquanto sob o domínio do Império Mongólico o território alcançou destaque na produção industrial no mundo, mesmo mantendo a agricultura como item principal da economia. De acordo com Barbosa (2008, p. 17), "Em 1750, a produção industrial da Índia correspondia a 25% da produção industrial mundial, enquanto que, em 1900, o mesmo percentual caiu para 2%.", em razão da Revolução Industrial na Inglaterra. Além dos produtos industrializados, durante o período mongólico a Índia exportava arroz, trigo, algodão bruto e outras especiarias.

Motivados pela busca por produtos indianos, vários países europeus tentaram dominar a região fundando companhias de comércio. Dentre eles destacam-se os portugueses, holandeses e franceses. A Inglaterra foi o que obteve o maior êxito ao fundar um império europeu na Índia, transformando a Índia em colônia britânica

⁸ Cultivo do arroz, um dos principais cultivos da região.

1858⁹. Esse período, de acordo com Vieira (2013, p. 80) marcou o contato da civilização antiga com o mundo moderno. No entanto, cabe dizer que antes da chegada dos britânicos o território já possuía sua organização política e econômica própria.

Para além dos importantes progressos científicos legados pela civilização indiana ao restante da humanidade, a organização econômica daquela região antes da chegada dos ingleses era tão eficiente em termos de manutenção de redes de comércio entre os diversos núcleos de poder estabelecidos quanto foram as relações econômicas desenvolvidas nas ascensão europeia [...] (VIEIRA, 2013, p.80)

De acordo com Schnerb a Inglaterra soube firmar seu poder na região utilizando o sistema político já existente, "Em suma, firmou-se na tradição patriarcal e absolutista característica de todo o poder estabelecido. Conservou do passado tudo o que pode." (1996, p. 180), mas o ponto importante da dominação inglesa é sua interferência na economia indiana.

Outrora, a Índia drenava uma notável fração do estoque mundial de dinheiro, pois vendia muito mais do que comprava. A dominação estrangeira determinou uma alteração nesta tendência: os príncipes passaram a pagar consideráveis tributos; os agentes da companhia¹⁰ e, depois, os funcionários fizeram-se pagar generosamente; acima de tudo, a mercadoria *made in England* passou a concorrer vitoriosamente com o artigo indígena. A Índia, a partir de então, fica numa posição de devedora; é forçada a lançar empréstimos para pagar os custos da presença britânica; e a metrópole efetua excelentes aplicações de capitais num mercado onde pode retirar, e a um bom preço, produtos diversos. (SCHNERB, 1996, p. 181)

Schnerb dá grande destaque aos artesanatos da época e às especiarias e sedas que tanto cativaram o europeu. Para o autor, a chegada do Ocidente representou uma decadência de trabalhos que marcavam a cultura indiana. E, de fato, isto corresponde a decadência da damasquinagem¹¹, do trabalho do couro, dos bordados de ouro e prata, das musselinas¹², das esculturas em madeira e da maioria dos artigos que faziam a reputação de um país como a Índia. (Ibid, p. 176). Da mesma forma a inserção dos produtos ingleses acabou com a indústria indiana. Com base nos dados apresentados pelo autor (Ibid, p.182), entre 1814 e 1845 o

⁹ Em 1876 é proclamado o *Indian Act* que determinava a Rainha Vitória como imperatriz da Índia.

¹⁰ Companhia Britânica das Índias Orientais.

¹¹ Arte de embutir ouro ou prata em outros metais ou mesmo ornamentação feita com desenhos em relevo sobre tecido ou metal. (Infopedia, 2016)

¹² Tecido leve e transparente, de algodão, lá ou seda. (Infopedia, 2016)

número de peças de tecido indiano vendidos cai de 1.266.000 para 306.000, enquanto a Inglaterra passa de 800.000 para mais de 51 milhões de jardas.

Durante o período de colonização britânica empresários britânicos investiam na indústria voltada para a exportação, principalmente na produção de juta, chás e especiarias. Ao mesmo tempo, empresários indianos buscavam atender o mercado interno de açúcar e têxteis, destinando uma parte dos produtos têxteis também às exportações (BARBOSA, 2008, p.20).

Questões culturais indianas foram influentes nos avanços da economia. Ao mesmo tempo que máquinas e equipamentos semelhantes aos utilizados em economias mais avançadas no século XIX eram aplicadas na Índia, a produtividade do país não crescia na mesma medida que em países como por exemplo, o Japão. Para Barbosa (2008, p. 21), na Índia não existia um ambiente de troca, os trabalhadores não aumentariam sua produtividade em troca de aumentar seus salários. "todos os trabalhadores esperam que haja uma melhora coletiva nas condições para então aumentar o seu empenho. Por isso, o emprego de novas tecnologias não produz o resultado esperado." (BARBOSA, 2008, p. 21).

Paralelamente às baixas produtividades na Índia, a Inglaterra vivia o fenômeno da Revolução Industrial com melhoras na produtividade industrial, queda nos custos de transporte e aumento do comércio internacional provocando a queda nos preços dos produtos têxteis. Segundo Barbosa (Ibid, p.24) este é um dos principais fenômenos responsável pela desindustrialização da Índia entre os séculos XVII e XIX com a colonização britânica. Somado à queda dos preços dos produtos têxteis, outros fatores domésticos contribuíram para a desindustrialização da Índia como o colapso do Império Mongol e a atração de trabalhadores do setor têxtil para o setor exportador de commodities. De acordo com Clingingsmith e Williamson¹³ (2004, p. 5, apud BARBOSA, 2008, p. 25),

O declínio do Império Mongol prejudicou a produção manufatureira de várias formas, sendo a forma mais perceptível a redução da produtividade agrícola, fato esse que acabou por aumentar o preço relativo do setor de grãos em relação ao setor têxtil. [...] Não obstante, o preço dos produtos têxteis e os salários nominais dos tecelões depreciaram-se, causando, ao mesmo tempo, um estímulo a um aumento e uma redução do lucro deste setor econômico. Em função deste cenário, os ingleses começaram a dominar o mercado mundial têxtil, ultrapassando a Índia que até então possuía a liderança deste segmento.

¹³ CLINGINGSMITH, D; WILLIAMSON, J. **Indian Desindustrialization Under the Mughals and the British**. Harvard University, 2004.

Apesar da queda na representatividade indiana no comércio internacional, durante o domínio britânico o país manteve-se participativo, podendo ser considerado como uma economia aberta. No entanto, em advento da sua independência em 1947, a Índia adquire uma postura mais isolada e passa a ser considerada a economia capitalista mais fechada do mundo.

Virmani (2006) dividiu a Índia pós-colônia em duas fases econômicas de acordo com as políticas econômicas adotadas. A primeira fase o autor denominou de "Socialismo Indiano"¹⁴ abrangendo o período de 1950 a meados de 1980 e a segunda fase de "Experimentos em Reforma de Mercado"¹⁵ que compreende os anos a partir de 1980 até os anos recentes.

A primeira fase teve no início como principal política econômica a aplicação do modelo de Industrialização por Substituição de Importação (ISI)¹⁶, seguido pelos planos Quinquenais. Esse período fica marcado pela existência de planejamento econômico, o que para Barbosa (2008, p.28) ajudou a desenvolver o país. A principal meta do planejamento não era priorizar um setor, mas sim incentivar a industrialização e reduzir as desigualdades econômicas regionais e sociais.

Para a concretização desse processo a Índia contou com o apoio financeiro da União Soviética, em vista que seu modelo era caracterizado como influência socialista e, ao contrário da América Latina teve dificuldades em obter recursos no exterior.

Diferentemente do modelo de substituição de importações dos países latinos americanos, que acabaram se tornando dependentes de restrições externas, devido as suas exportações serem pautadas em produtos de baixa-elasticidade renda, o modelo indiano sofreu influência significativa da então existente União Soviética, ou seja, de um país que adotava um modelo de economia "fechada". (BARBOSA, 2008, p. 29)

No período entre 1951 e 1985 foram aplicados 6 planos quinquenais, cada qual com medidas de planejamento econômico focadas para uma determinada área ou setor visando um objetivo final pré-estabelecido pelo governo. Nota-se que a medida que foram implementados novos planos, a interferência e controle do Estado na economia foi sendo intensificada.

¹⁴ "Indian version of Socialism" (IVS) ou "Indian Socialism"

¹⁵ "Experiments in Market Reform (EMR)

¹⁶ Mercado por restrições governamentais às importações e maiores intervenções na economia.

Durante o 2º Plano Quinquenal houve um direcionamento dos recursos com enfoque na indústria pesada tal como aço, máquinas e equipamentos, cimento, produtos químicos, agricultura irrigada e transportes. (SOUZA¹⁷, 2005, p. 289 apud BARBOSA 2008, p.30). No 3º Plano houveram benefícios aos setores de bens de capital, a indústria química, aço, energia elétrica e combustível.

A partir de 1965 esgota-se o plano de substituição de importação e as exportações passaram a ter destaque, como indica Barbosa (2008, p.32), “Em termos percentuais, as exportações de produtos manufaturados passaram de 5% em 1960, para 15% em 1970. Neste período foi implementado o 4º Plano Quinquenal, no qual o foco principal do plano era o crescimento das exportações e a criação de superávits.

Com a aplicação do 5º Plano em 1974 houve aumento dos investimentos em setores de metalurgia, exploração e refino de petróleo e fertilizantes.

Visou-se incentivar as indústrias-chave que produziam bens de consumo populares e intensivos em trabalho. Como resultado, houve uma mudança na estrutura da economia indiana, em que a participação do setor primário na renda diminuiu de 50,6% em 1970/1971, para 40,8% em 1979/1980. Já o setor industrial aumentou sua participação na renda de 19,8% para 22,4% no mesmo período (Jhingan¹⁸, s.d., p. 530, apud BARBOSA, 2008, p.33).

No entanto quanto à redução da desigualdade e pobreza inúmeras críticas são direcionadas a esse período. De acordo com Barbosa (Ibid, p. 34), outros países como a Coreia do Sul e o Brasil obtiveram taxas anuais e crescimento de 8,1% e 7,4%, respectivamente, enquanto a Índia cresceu 3,6%. Para autores como Virmani (2006) houve excesso de intervenção estatal na Economia e repressão da iniciativa privada, aumento da inflação e, portanto, não redução das desigualdades sociais e regionais.

Durante a fase socialista a economia enfrentou também problemas decorrentes das secas que atingiram o setor agrícola. Apesar dos incentivos à industrialização, o setor agrícola ainda se responsabilizava por cerca de metade da renda nacional tendo efeito negativo de 0,5% ao ano no crescimento agregado durante o período (VIRMANI, 2006, p. 19)

Na tabela 1 a seguir é possível observar as mudanças nas taxas de

¹⁷ SOUZA, N. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª edição, São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

¹⁸ JHINGAN, m. **The economics of development and planning**. 5ª ed. Parte 6 - Planning in India, p. 503 - 681.

crescimento de diferentes setores a medida que eram implementados os Planos Quinquenais:

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA INDIANA POR SETOR DURANTE OS PLANOS QUINQUENAIS (1951/1985) EM %

Planos Quinquenais e anuais	Agricultura	Indústria	Transporte, comunicação e comércio	Setor financeiro	Outros serviços
1º (1951/56)	51,9	16,6	10,8	11,4	9,4
2º (1956/61)	48,3	18,8	11,8	12,0	9,1
3º (1961/66)	44,5	21,7	12,6	11,6	9,7
1966/69*	46,7	20,7	13,0	10,2	9,4
4º (1969/74)	45,0	22,1	13,2	10,0	9,7
5º (1974/78)	40,5	24,2	15,6	9,5	10,3
1978/80*	37,2	26,4	16,5	9,5	10,6
6º (1980/85)	36,6	25,8	16,8	9,3	11,5

Fonte: adaptado de Indian Planning Experience – A statistical Profile 2001, apud BARBOSA (2008)

Nota: Em 1966/69 e 1978/80 não foram realizados planos quinquenais em função da Índia estar passando por crises econômicas.

Com base nos dados é possível observar que houve redução na taxa de crescimento da agricultura e setor financeiro, ao mesmo tempo em que, houve aumento na taxa de crescimento da indústria, transporte, comunicação, comércio e outros serviços. No entanto o crescimento industrial realizado através de uma política de fechamento acarretou em custos como,

Considerando-se o potencial da Índia no período de 1960 a 1980, verifica-se que o modelo de substituição das importações desconsiderou os custos de produção, pois a industrialização indiana gerou uma malha industrial diversificada, porém com custos de produção elevados, até mesmo nos segmentos em que a Índia possuía vantagens comparativas (PURSEL¹⁹, 1992, p. 433 - 434, apud BARBOSA, 2008, p.38).

A partir dos anos de 1980 a Índia inicia a sua segunda fase, a qual Virmani (2006) refere-se como Reforma de Mercado. Trata-se de implantação de reformas

¹⁹ PURSEL, Gary. **Trade Policy in India**. In SALVATOE, D. (ed) National trade policies. Nova York: Greenwood Press, 1992.

liberalizantes promovidas após as falhas do período de fechamento tornarem-se evidentes. Os principais pontos foram o incentivo às exportações com grande liberalização das importações e liberdade para geração de competição entre os setores e agentes econômicos. "Ou seja, as reformas da década de 1980 atacaram as duas falhas mais relevantes do regime anterior: o controle doméstico da produção e do investimento e o controle do comércio externo." (BARBOSA, 2008, p. 41)

Como parte das políticas de incentivo à exportação houve forte desvalorização cambial. De acordo com Barbosa (Ibid, p. 43), a desvalorização cambial foi um aliado importante para as exportações no curto prazo aumentando o crescimento econômico da Índia, destacando a opinião de Joshi e Little²⁰ (1994, p. 183) apud Barbosa (2008, p. 43) de que, "Em 1986/87 as exportações indianas cresceram mais rápido do que o comércio mundial e tão rápido quanto os países em desenvolvimento; ou seja, a administração da taxa de câmbio teve um papel fundamental no fluxo comercial alcançado pela Índia no período".

A abertura contribuiu para o aumento das importações de bens de capital e modernização da indústria. No entanto as medidas tomadas pelo governo também propiciaram um aumento da dívida pública causando uma crise no Balanço de Pagamentos, levando-os a firmar um acordo com o FMI em 1991 em troca de ajuda financeira.

Nesse contexto marcado pelo fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e a Queda do Muro de Berlim, a Índia em 1991 ajusta-se ao paradigma neoliberal difundido à época. No entanto, de acordo com Pereira (2010, p. 30), a Índia adotou esse caminho a passo próprio, ao mesmo tempo com experiência e objetivos inerentes ao país. "Isso pressupõe a convergência de uma série de parâmetros: consenso nacional, rápido crescimento econômico, perspectiva regional efetiva e política externa muito mais ativa" (PEREIRA, 2010, p.30).

Comparando a Índia de 1950 até 1997, percebe-se alterações na participação dos setores na renda nacional,

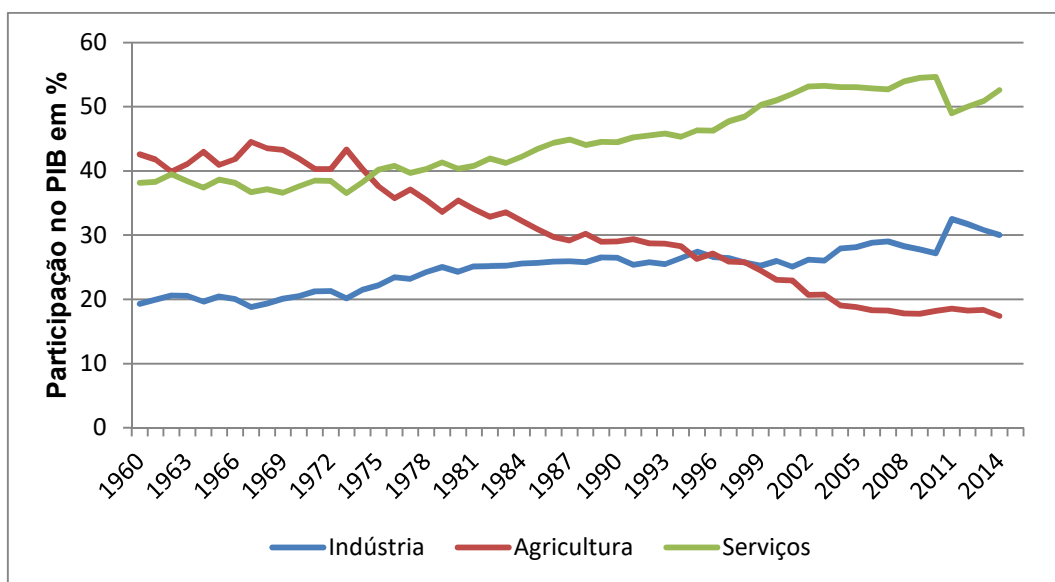
O setor primário vem paulatinamente perdendo participação na renda nacional. Na década de 1950, tal segmento representava mais ou menos 50%; já em 1997, sua participação diminuiu para 30%. Em sentido contrário, o setor industrial vem pouco a pouco crescendo sua participação, comprovando assim o processo de industrialização do país, apesar do

²⁰ JOSHI, V; LITTLE, I. **India: Macroeconomic and political economy 1964 - 1991**. Washington (D.C.); World Bank, 1994.

decrescimento apresentado na década de 1990. Por fim, o setor de serviços apresentou expressivo crescimento, correspondendo, no final dos anos de 1990, cerca de 40% do PIB. (BARBOSA, 2008, p. 55)

Essas alterações na composição do PIB ficam evidentes com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial (2016), o setor de serviços ultrapassa o setor agrícola entre 1970 e 1975, conforme o gráfico 4, mantendo-se em crescimento. Enquanto o setor agrícola permanece em queda, sendo ultrapassado pelo setor industrial na década de 1990.

GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA ÍNDIA DE 1960 A 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

Apesar da queda na representatividade do setor primário no PIB, desde a sua Independência, a Índia evoluiu em termos de produtividade agrícola, sendo um ator importante na exportação de alimentos para o mundo. É reconhecida como a maior democracia do mundo contando com uma população de 1,2 bilhões de pessoas. É a quarta economia do mundo e segundo o Banco Mundial (2016), o recente crescimento e desenvolvimento da Índia é uma das principais conquistas do nosso tempo.

Nos últimos anos a Índia passou a contar com empresas no ramo farmacêutico reconhecidas mundialmente, bem como na produção de aço, tecnologias da informação e espaço, ganhado destaque e voz no cenário interacional em razão da sua capacidade como potência emergente.

2.4 CHINA: RETORNO DE UMA ECONOMIA MILENAR

A China é o retrato de uma trajetória histórica de milênios, marcada por uma civilização de características únicas, que faz da China um país onde a história não se repete em outros lugares do mundo. Atualmente, é a nação mais populosa do mundo, com 1,373 bilhões de habitantes, a quarta área mais extensa (9,5 milhões de km², pouco menor que o território americano), maior economia do mundo em 2015, com US\$ 19,39 trilhões de PIB por paridade de poder de compra (CIA World Fact Book, 2016). De acordo com Visentini (2013, p. 13), a civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história. É ainda a mais antiga e contínua civilização, representando o ponto central da Ásia.

A centralização do poder fez parte da formação do Estado chinês, como observa Visentini (Ibid, p. 14), "Desde suas origens remotas o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade.". Durante muito tempo foi governada por sucessões de dinastias, que intercalavam no poder, no entanto, as disputas internas pelo controle não tenderam a fragmentá-la em várias unidades políticas como ocorrido na Europa.

Até o século XIX a China foi, nas palavras de Hendler (2012, p. 79) "centro orgânico" da economia mundial, com elevado desenvolvimento produtivo, capacidade agropecuária e superávit comercial. Exercendo papel importante no comércio pela exportação de seda, chá, cobre, porcelana e outras cerâmicas para os demais países. A Europa, pelas companhias de comércio holandesas, era responsável pela conexão comercial entre a China e as demais regiões do mundo.

A China antiga foi responsável por grande parte das inovações dos meios de produção da humanidade. Geoffrey Blainey (2004) afirma, "Um centro do espírito inventivo, a China ainda tinha muito a ensinar ao Ocidente". Segundo o autor, a China Antiga desenvolveu técnicas de agricultura muito avançadas para a época. Inovou no cultivo do arroz, criando uma espécie resistente à seca e outra de desenvolvimento rápido. O papel começou a ser manufaturado e surgiu a arte da imprensa, inovação que possibilitou um grande salto na comunicação da humanidade. Os chineses foram hábeis na criação de canais de navegação para atravessar terrenos desnivelados. Seu território detinha grande contingente de

enxofre, salitre e carvão, e desde 1044 já eram capazes de produzir a pólvora.

Antes da construção da ponte de ferro na Inglaterra no início da Revolução Industrial, na China já existiam pontes suspensas por correntes de ferro. Blainey (2004, p.145) aponta, "Em 1400, um observador perspicaz como o dom de prever o futuro poderia ter pensado que a China corria a passos largos, à frente da Inglaterra, em direção à primeira revolução industrial do mundo." No entanto, a barreira que impossibilitou o salto Chinês foi seu apego às tradições e sua crença de que a China era o centro da terra. Os chineses possuíam uma enorme capacidade naval que poderia tê-los levado à América muito antes de Colombo. Segundo Hendler (2012, p. 82), "Quase um século antes de Vasco da Gama circunavegar a África, o almirante Zheng He já havia feito sete grandes viagens pelo Oceano Índico (1405 a 1433) a serviço do Império Ming."

A partir da primeira metade do século XIX, a Europa e os Estados Unidos desenvolveram-se industrialmente, enquanto o isolamento defensivo chinês, fez com que ficasse atrasada em relação aos países capitalistas industriais (VISENTINI, 2013, p. 15). Ainda, de acordo com Hobsbawn²¹ (1995, p. 448, apud HENDLER, 2012, p. 83), a China ficou para trás no século XIX não por alguma incapacidade técnica ou educacional, mas sim por apresentar um senso próprio de autossuficiência e autoconfiança, impedindo a modernização.

O declínio chinês permitiu que fosse atingida pela expansão colonial europeia, iniciando um período em que sofrera várias pressões externas sobre o seu desenvolvimento. De 1839 a 1870 passou pelo "imperialismo de livre comércio" inglês, mais tarde, de 1870 a 1905 pelo imperialismo não só da Inglaterra, como também da França, Alemanha, Rússia e Japão.

Durante o período em que esteve sob a influência inglesa, a China tornou-se palco do comércio de ópio da Inglaterra, objeto significativo de lucro para os ingleses. Damas (2014, p. 27) destaca, "Até 1910, o ópio era o terceiro bem mais relevante importado pelos chineses, representando aproximadamente 12% de todas as compras feitas no exterior".

No início do século XX a China deu início a uma pequena industrialização, concentrada em algumas cidades portuárias. O segmento têxtil representava 39% da produção industrial, e os produtos alimentícios mais de 30% (Ibid, p. 33). No

²¹ HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

período de 1912 a 1949, a produção industrial teve um crescimento médio anual em torno de 8%, mas o maior componente da renda nacional mantinha-se na agricultura, com mais de 60% do total do PIB.

O imperialismo estrangeiro levou à união de duas forças políticas opositoras, os nacionalistas e os comunistas. No entanto, a partir de 1925, o partido nacionalista KMT passa a ser liderado por Chiang Kai-Shek, que rompe com o PCC (Partido Comunista Chinês) e a União Soviética. Essa ruptura deu início a uma nova posição de conflitos na China que durou até 1949, com a derrota do partido nacionalista e a ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder, líder do partido comunista, fundando a República Popular da China.

Durante o período do governo de Mao Tsé-Tung, conhecido como Era Mao, o crescimento econômico chinês era defendido a partir de uma economia de planejamento central, baseada nas ideias marxistas e as ideias advindas da União Soviética (DAMAS, 2014, p. 45). Segundo Damas (Ibid, p. 50), Mao adotou uma estratégia de transição gradual para a economia socialista, caracterizada por uma coexistência de propriedades públicas e privadas, no entanto, a transição gradual é abandonada em 1955, quando decide acelerar a coletivização das fazendas privadas, que dominavam a agricultura, eliminando então toda a propriedade privada do país.

Com a morte de Mao Tse-Tung em 1976 encerra-se o período de maior radicalismo dentro do Partido Comunista Chinês. Em seu lugar assume Hua Huofeng como primeiro ministro, o que poderia dar continuidade à política maoista. Contudo, Deng Xiaoping por meio de influências no seio do próprio partido é quem verdadeiramente torna-se o líder nacional da China.

Deng Xiaoping apresenta uma posição diferente da empregada por Mao Tse-Tung. Detendo uma visão marxista mais ortodoxa e postura mais pragmática procura priorizar o desenvolvimento das forças produtivas.

Uma das nossas deficiências após a fundação da república popular da China foi que nós não prestamos atenção o suficiente ao desenvolvimento das forças de produção do país. Socialismo significa a eliminação da pobreza. Pobreza não é socialismo, muito menos comunismo. (XIAOPING, 1944a apud DAMAS, 2014 p. 74)

O Governo de Deng Xiaoping na China iniciou uma nova trajetória econômica demarcada por uma política gradual de abertura econômica que possibilitou a

incorporação tecnológica e a entrada de capitais necessários ao seu desenvolvimento. As medidas foram conduzidas com base no lema das "Quatro Modernizações" (agricultura, indústria, ciência & tecnologia e defesa). As reformas implementadas corroboraram para uma expansão econômica surpreendente entre 1980 e 2000.

Para caracterizar o novo modelo chinês, que passava a incorporar, de forma experimental e paulatina, algumas características de economias de mercado, Deng passou a chamá-lo de "socialismo com características chinesas" (LYRIO, 2010, p. 88)

O processo de abertura chinesa foi conduzido de forma sistemática e gradual. Uma abertura acelerada com privatização em larga escala não estava nos planos de Deng Xiaoping, uma "acelerada convergência a uma economia de mercado com ruptura assertiva e rápida das antigas instituições estabelecidas durante o período Mao levaria à perda de poder do Partido Comunista Chinês." (DAMAS, 2014, p.78).

Wei-Wei Zhang, professor da Universidade de Tsinghua atribui o sucesso das reformas chinesas ao correto sequenciamento em que foram empregadas. Houve acerto com relação a ordem e as prioridades que foram dadas. Reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes do interior, reformas econômicas antes das políticas, aos poucos incorporando na sociedade elementos de competição. (WEI-WEI ZHANG²², 2006 apud LYRIO, 2010, p. 39).

Um dos passos iniciais das reformas promovidas por Deng Xiaoping foi o incentivo ao aumento da produtividade. Com cerca de 80% da população no campo, o aumento da produtividade partiu da zona rural, onde houve uma substituição gradual das grandes fazendas coletivas por propriedades familiares.

A partir de 1979 foi implantado um sistema de "contrato de responsabilidade" pelo qual os trabalhadores rurais passaram a ter controle maior sobre a produção. Esse contrato foi assinado pelas Províncias (estados) com cerca de 200 famílias, abrangendo 800 milhões de camponeses (TAVARES, 2012, p. 66). Através do incentivo os trabalhadores aumentaram significativamente a sua produtividade e pela primeira vez a produção agrícola expandiu mais do que o crescimento da população. "O produto agrícola elevou-se de 139,7 bilhões de *yuan*s em 1978, para 561,8 bilhões de *yuan*s em 1988." (Ibid, p.63). Esse sistema foi replicado na

²² WEI-WEI, Z. **The Allure of the Chinese Model**, in International Herald Tribune, 2006.

indústria adotando-se um sistema mais flexível entre o privado e o nacional e combinando a administração estatal com a economia de mercado fazendo cair a participação do Estado na indústria em até 60%.

Com o aumento da produção agrícola, parte da população rural migrou para atividades comerciais, formando as chamadas *Townships and Villages Enterprise* (TVEs). Nessas vilas toda a produção era destinada ao mercado livre dando início a um mercado empreendedor único. A formação destas vilas foi bastante significativa no crescimento econômico chinês de 1980 a 1989. Para Damas (2014, p. 85/89) o crescimento econômico chinês durante toda a década de 1980 deve-se principalmente ao desempenho do setor rural e da nova classe empreendedora na China por meio das TVEs.

Outro passo importante foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), com a finalidade de promover a entrada de capital e investimentos externo voltados à exportação e suprir as deficiências tecnológicas.

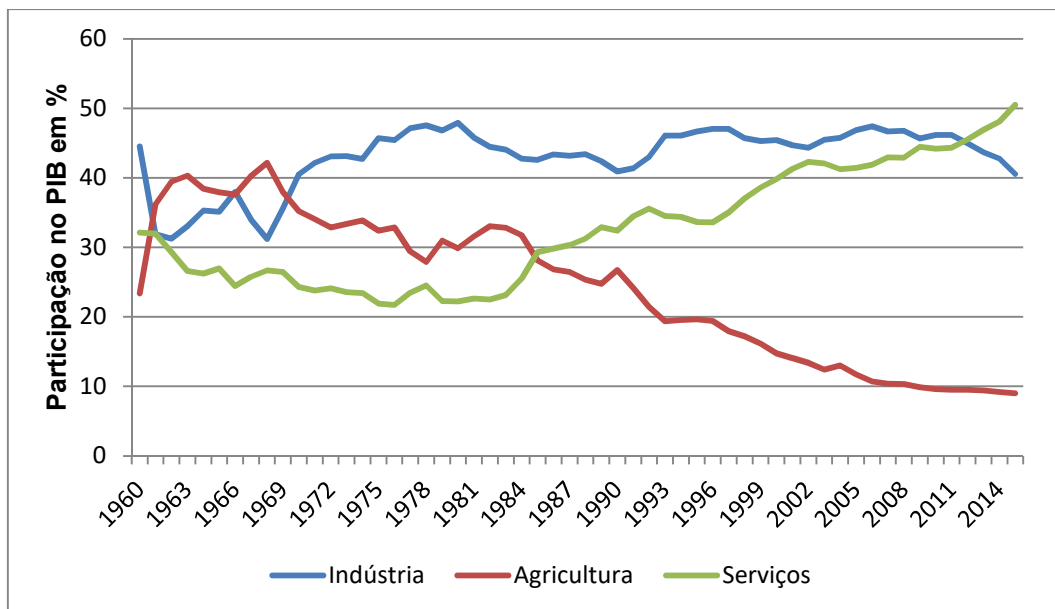
A função dessas ZEEs era implantar políticas econômicas especiais e um sistema de gerenciamento econômico particularizado. Em tese essas ZEEs dependeriam de capital estrangeiro e tecnologia, e os produtos manufaturados seriam destinados à exportação dentro de uma estrutura econômica socialista, porém com tolerância com a prática limitada local de métodos capitalistas. As atividades econômicas das ZEEs deviam basear-se em condições de mercado, ao contrário do planejamento central e empresários estrangeiros que investissem nas ZEEs, que teriam tratamento diferenciado em relação a impostos e outras questões. (MARTI, 2007, p.10 apud DAMAS, 2014, p.82)

A utilização do mercado externo foi um dos principais fatores para o rápido desenvolvimento, aproveitando o enorme contingente de mão de obra, criando empregos e elevando a renda da população. No período Deng o incentivo à educação foi reforçado ainda mais, em 1988 havia 113 mil universitários inscritos em cursos de pós-graduação; 2,1 milhões de estudantes universitários e 1,7 milhão nas demais escolas superiores. (LYRIO, 2010, p. 63). Segundo Arrighi (2008, p. 363) o governo chinês aproveitou o enorme contingente populacional “promovendo o desenvolvimento de setores que fazem uso intensivo de conhecimento, mas sem abandonar os de uso intensivo de mão-de-obra”.

Em 2012 36% da força de trabalho chinesa estava alocada no setor de serviços, 30,3% na indústria e 33,6% na agricultura (CIA World Fact Book, 2016), estes dados refletem o aumento na participação do setor de serviços na economia,

que iniciou seus avanços com uma população que era centrada na agricultura. No gráfico 5, é possível observar essas alterações na participação dos setores na economia chinesa:

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES DA CHINA DE 1960 A 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria.

De 1960 até 2015 verifica-se duas tendências principais: uma queda vertiginosa da participação da agricultura no PIB, que chegou a ser o principal setor durante a década de 1960, caindo para menos de 10% desde 2009. De 1970 a 2012 a indústria tem a maior representação no PIB dentre os três setores, no entanto, ela é ultrapassada pela segunda principal tendência, que é o aumento do setor de serviços, em progressão desde a década de 1980, ultrapassando a agricultura em 1985 e a indústria em 2012.

2.5 ÁFRICA DO SUL: DESTAQUE NO CONTINENTE AFRICANO

Comparado aos demais países do bloco emergente a África do Sul possui um desempenho econômico inferior, no entanto, a sua importância política aumentou significativamente nos últimos anos, sendo o grande representante do continente africano. (PEREIRA, 2013, p. 165)

Os portugueses chegaram à região do extremo sul do continente africano,

região onde hoje se constitui o Estado da África do Sul no ano de 1488²³. Na época o território era ocupado por povos conhecidos como *Khoikhoi*, *Sans* e bantos organizados em clãs. Cada povo era especializado em uma determinada atividade produtiva que resumiam-se na caça, agricultura e pastoril de gado. Para Ribeiro e Visentini (2010, p. 19), os bantos se diferenciavam por terem já constituído Estados, enquanto este tipo de organização social não existia entre os *Khoikhoi* e *Sans*. Além disso, dominavam técnicas da produção de ferro e cobre, bem como a agricultura de cereais e a criação de gado.

Ao longo do século XVI a região do Cabo serviu como ponto de parada para as grandes navegações que vinham da Europa para buscar especiarias no Oriente, dentre eles ingleses, franceses e holandeses, sendo que os últimos procuraram implantar seu domínio sobre a região através da Companhia Holandesa das Índias Orientais dando início às resistências armadas (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p. 23). Mais tarde, devido aos conflitos existentes na Europa o controle da região passa dos Holandeses para os Britânicos²⁴, sendo que "O Cabo da Boa Esperança constituiu uma preocupação estratégica para as potências marítimas europeias durante quase todo o período em que vigoraram os interesses comerciais na África Ocidental. " (Ibid, p. 30).

A Inglaterra soube administrar a posse da região, não tendo a intenção de estabelecer uma colonização direta, fato que diferiu da colonização Holandesa. De acordo com Pereira (2010, p.36), "Os colonizadores holandeses instituíram um sistema mercantil entre os séculos XVII e XVIII, e os britânicos o sistema capitalista no século XIX." Dentro do sistema capitalista a Inglaterra possibilitou a formação de uma burguesia local, que enriquecida voltou-se para a exportação de vinho, lã e açúcar.

Em 1867 foram descobertas jazidas de diamante e em 1885 jazidas de ouro. A descoberta das jazidas não só transformou a economia da África do Sul definitivamente como também redirecionou o posicionamento dos britânicos em relação à colônia. Marais (2001, p. 8) aponta que,

²³ Chegada do navegador português Bartolomeu Dias.

²⁴ Em 1795 os britânicos tomam a região do Cabo, sendo o fim da Companhia Holandesa das Índias Orientais, no entanto os holandeses retomam o poder com o Tratado de Amiens em 1803. As hostilidades entre os britânicos e franceses faz com que em 1806 os britânicos retomem a região. O que será oficializado mais tarde no Tratado de Viena.

A descoberta de ouro e diamantes, todavia, aumentou a aposta - transformando o território, pelo menos nos olhos do colonialismo britânico, de uma posse geopolítica (então o foco no controle das faixas costeiras) em um ativo de capital potencialmente enorme.²⁵

Essas descobertas intensificaram o conflito que já estava acontecendo a algum tempo com os povos conhecidos como *boers*. Os *boers* eram os colonos de origem holandesa e francesa que já estavam estabelecidos há muito tempo na região e por isso adquiriram um sentimento nacionalista conhecido como *afrikaner*. O conflito entre britânicos e *boeres* intensificou ainda mais o sentimento nacionalista; e para não perder o território pela rivalidade, a Inglaterra estabeleceu em 1910 o Domínio da África do Sul,

Numa conjuntura em que a África estava sendo partilhada e a competição com outras potências crescendo, os ingleses não podiam dar-se ao luxo de permitir a permanência da rivalidade. Em 1910, foi estabelecido o Domínio da África do Sul, baseado na "aliança do ouro com o milho", com autonomia dentro do Império Britânico. Ele era formado pelas províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (*boers*), e consagrava o princípio de Segregação (depois de 1948, Separação, ou Apartheid). (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p.33)

Dá-se então base para o nascimento do regime do Apartheid posteriormente que marcou significativamente a história e o desenvolvimento da África do Sul. Para Pereira (2010, p. 35), "O poder político, econômico e militar da minoria branca determinou o destino da sociedade sul-africana por quase 350 anos."

Nas regiões dominadas pelos *boers* pratica-se uma agricultura atrasada dependente da exploração dos negros, enquanto que a burguesia inglesa tinha um sistema de agricultura extensiva e acreditavam que a escravidão era prejudicial à formação de um mercado consumidor. Segundo Marais (2001, p. 8) "Para os próximos anos, a estratégia de acumulação esteve centrada na mineração e, em menor medida, a agricultura, com a indústria de manufaturas na melhor das hipóteses como uma incipiente da economia."²⁶

A partir da independência da Coroa Britânica várias leis segregacionistas foram aplicadas e a África do Sul foi dividida de forma a suprimir os negros. De acordo

²⁵ The discovery of gold and diamonds, however, upped the ante - transforming the territory, at least in the eyes of British colonialism, from a geopolitical asset (hence the focus on controlling coastal strips) into a potentially huge capital asset. (MARAIS, 2001, p. 8)

²⁶ For the next 50 years, the accumulation strategy centred on mining and, to a lesser extent, agriculture, with manufacturing industry at best an incipient of the economy. (MARAIS, 2001, p. 8)

com Pereira (2010, p. 37), "7% do território nacional foram deixados aos negros, que representavam 75% da população e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos que correspondiam a 10% da população."

Em 1924 os nacionalistas chegam ao poder implementando uma série de medidas protecionistas com a intenção de impedir que os lucros da mineração fossem mandados ao exterior e junto à agricultura branca capacitar a industrialização interna. Segundo Pereira, (2010, p. 38),

O surgimento de um capitalismo de Estado promovido pelos nacionalistas permitiu ao país um rápido crescimento. Foram criadas siderurgias, estradas de ferro e centrais elétricas, em um momento, classificado por muitos, como "milagre econômico". Entretanto, ao final da década de 1920 uma nova crise foi anunciada com a queda do preço do ouro no mercado internacional, colocando em risco também a aliança entre nacionalistas e trabalhistas. A direita nacionalista, para sobreviver no poder, abandonou a aliança com o Partido Trabalhista e apoiou-se no, outrora rechaçado, capital estrangeiro.

Em 1948 foi oficialmente instituído o regime do Apartheid com a eleição do Partido Nacional. Dá-se início a um período em que o poder econômico é detido pelos ingleses enquanto o poder político concentra-se na mão dos nacionalistas *Afrikaners*. Observa-se neste momento, dentro de um contexto de Guerra Fria em que o mundo estava sendo dividido, o apoio dos países europeus e Estados Unidos ao regime instituído pela União Sul-Africana. Esta junção é explicada pela importância geográfica da África do sul para as navegações e as riquezas minerais do seu subsolo importantes ao Ocidente.

A partir deste período o Estado torna-se muito mais presente na Economia e passa a desenvolver as indústrias de substituição de importações como os setores siderúrgicos, químicos, minerais, energéticos e armamentos (PEREIRA, 2010, p. 40). De acordo com Marais (2001, p. 21) "A estratégia de industrialização por substituição de importação foi selecionada como o caminho para a companhia das economias industrializadas do 'Primeiro Mundo' "²⁷

Em 1912 foi fundado o Congresso Nacional Africano (CNA), sendo esta a primeira organização política dos negros da África do Sul. A principal luta era contra a segregação e o racismo que estava sendo costurado na sociedade africana por meio de inúmeras leis de segregação aplicadas pelo governo do Partido Nacional.

²⁷ The strategy of import-substitution industrialization was selected as the route into the company of "First World" industrialized economies. (MARAI, 2001, p. 21)

Neste contexto é que surge Nelson Mandela, figura importante na luta contra o racismo. Pereira (2010, p.49) apresenta que,

A vitalidade do sistema do Apartheid se deveu, em boa medida, ao interesse do capital internacional em investir na região, atraído pelo grande mercado de mão de obra barata. As inversões estrangeiras, especialmente as norte americanas quintuplicaram seu valor entre 1957 e 1958. A política protecionista dos *afrikaners* criou a infraestrutura necessária para o estabelecimento de grandes indústrias que culminou com o desenvolvimento de um polo industrial capaz de abastecer toda a África Austral. Acompanhando esse processo, deve-se destacar o gradativo aumento de trabalhadores rurais negros que chegavam às cidades

A política de Substituição de Importação do Partido Nacional durou de 1948 e 1994 e, sustentada pelo excedente gerado na mineração do ouro, levou a África do Sul a ser um dos dez países mais ricos do mundo. Nos anos 1960 a indústria tornou-se o principal setor da economia, ultrapassando a mineração e agricultura, tendo sua produção voltada a abastecer o mercado interno e a produção de armas e combustíveis (PEREIRA, 2010, p. 50).

No entanto o período próspero da economia não foi duradouro, a crise social e política do Apartheid foi responsável pelo próprio fim do período de acumulação. Nos anos 1970 e 1980 a economia sul-africana passou a enfrentar uma crise estrutural.

O crescimento do PIB caiu para uma média de 3,3% e, além disso, ele se tornou volátil. A taxa de crescimento da demanda interna declinou de 6,9% para 3,6% ao ano, nesse período. Todos os componentes da demanda, tais como consumo público, privado e investimentos, apresentaram uma rápida desaceleração. A contribuição do comércio internacional para o crescimento tornou-se negativa, com as importações crescendo mais rapidamente que as exportações, o que veio a se constituir no principal fator dos problemas de balança de pagamentos. (PEREIRA, 2010, p. 51)

Ainda segundo Pereira (2010), a crise do petróleo de 1973 que afetou diretamente várias economias no mundo todo não chegou a impactar significativamente a África do Sul, visto que, no mesmo período verificou-se um aumento importante no preço do ouro com o fim definitivo do padrão-ouro²⁸. Já nos anos 1980 houve a queda do preço do ouro, declínio das exportações, e desvalorização da moeda local. O sistema do Apartheid foi tornando-se insustentável com grandes despesas orçamentárias para a manutenção do seu

²⁸ Abandono do lastro do dólar em ouro pelo presidente norte americano Nixon.

funcionamento paralelas a quedas na receita fiscal. Ao mesmo tempo houve queda nos investimentos e isolamento tanto internacional como regional.

Em 1985 fica evidente uma crise de dívida na África do Sul, o país é obrigado a declarar moratória; há fuga de capitais, sanções e a recessão só terá fim em 1993. (PEREIRA, 2010, p. 52). No mesmo período aumenta a pressão internacional para o fim do regime racista num contexto de fim da Guerra Fria, queda do leste europeu e nos anos 1990 o desmantelamento da União Soviética.

O presidente Frederik De Klerk inicia um processo de fim do Apartheid revogando uma série de medidas segregacionistas. Entre as ações está a libertação de Nelson Mandela que virá a tornar-se o presidente do país em 1994.

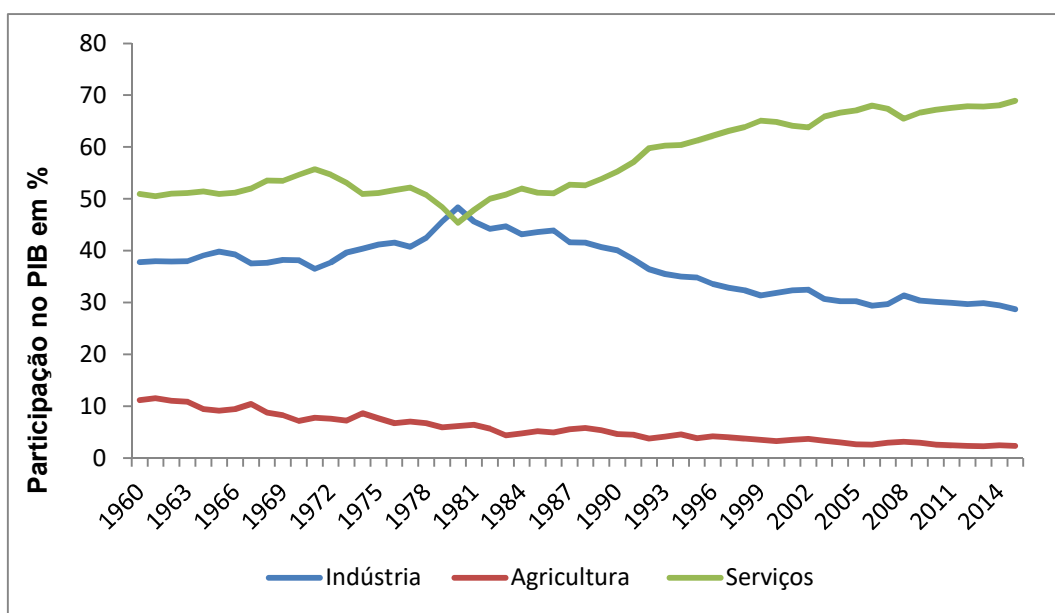
O fim do regime do Apartheid não significou o fim dos problemas para o país. Nos anos seguintes teve que enfrentar sérias dificuldades quanto à desigualdade econômica e social. No entanto, a África do Sul demonstrou um importante protagonismo por meio de sua agenda internacional atuando forte diplomaticamente e conquistando uma posição de destaque dentre os países da África. Importante ressaltar que ao contrário do que se via até os anos 1980 em que a África do Sul parecia querer ser um representante europeu no continente africano; desde os anos 1990 o país passou a considerar relevantes as cooperações Sul-Sul²⁹ e a integração regional, exigindo reconhecimento no cenário internacional.

Embora a economia sul-africana seja moderna e possua uma boa base industrial, está, evidentemente, muito atrás de países como China, Índia, Rússia e Brasil. Contudo, o país é o mais desenvolvido da África e está no centro de redes de transporte e de toda a infraestrutura herdada do colonialismo. Em sua área de inserção imediata, o poder econômico e militar de que dispõe é bastante significativo (como o Brasil em relação à América do Sul) (PEREIRA, 2010, p. 68)

Quanto a composição da sua estrutura produtiva nota-se que desde os anos 1980 o setor de serviços vem crescendo concomitante a uma queda na participação da indústria e da agricultura no PIB como pode ser observado no gráfico 6 com dados fornecidos pelo Banco Mundial (2016).

²⁹ Cooperações entre os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento.

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO NO PIB POR SETORES ÁFRICA DO SUL DE 1960 A 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria.

A agricultura é composta principalmente por milho, trigo, cana de açúcar, frutas e legumes e a indústria baseia-se na mineração, montagem de automóveis, metalurgia, máquinas, têxteis, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, alimentos, reparação de navios comerciais. Mas o grande destaque mantém-se na mineração sendo o maior produtor mundial de platina, ouro e cromo (CIA World Fact Book).

De acordo com Datein (2010, p. 99) o PIB da África do Sul em 2009 correspondia a quase 20% do PIB de todo o continente. Atualmente ocupa a 31ª no mundo de acordo com a CIA World Fact Book, estando atrás do Egito e Nigéria em termos de PIB (PPC - paridade de poder de compra).

O país ainda enfrenta muita dificuldade com relação ao desemprego, pobreza e desigualdade. Segundo a CIA World Fact Book (2016) o suprimento de energia tem sido uma barreira para o crescimento sendo os apagões a maior dificuldade em 2008, além disso é preciso enfrentar problemas estruturais como falta de mão de obra qualificada, queda na competitividade e greves de trabalhadores.

3 O BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O BRICS, formado pelo agrupamento do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul consolida-se não só como um grupo político; atendendo também a áreas de interesse econômico, com destaque à atuação do grupo no comércio internacional.

De acordo com Thorstensen et al. (2012, p. 24), o comércio internacional foi elemento central da política econômica chinesa nas últimas três décadas, enquanto para o Brasil, Índia e África do Sul, o desenvolvimento priorizou o mercado interno, via extensão da demanda e controle da inflação. Índia e África do Sul abriram suas economias a partir dos anos 1990. Tendo a Índia prioridade sobre as exportações de serviços. O Brasil iniciou a abertura no final da década de 1980, mas até lá permaneceu com um modelo de desenvolvimento interno. Em referência à Rússia, o comércio internacional foi uma forma mais rápida para reduzir a dependência dos produtos energéticos.

A fim de averiguar a performance do BRICS no comércio internacional, o presente capítulo avalia as exportações e importações de cada um dos países membros, bem como sua participação no comércio mundial e a evolução ao longo do tempo, indicando quais são os efeitos na balança comercial de cada um dos países.

3.1 OS PAÍSES EMERGENTES E A CONJUNÇÃO DO BRICS:

Ao longo da década de 1970 e 1980 alguns países de baixo desenvolvimento elevaram seus níveis de industrialização e influência política mundial, ganhando papel importante em análises que passaram a classificá-los como potências médias ou regionais. Já nos anos 1990 com a intensificação do processo de globalização, observou-se um aumento nas expectativas dos investidores em vários países em desenvolvimento.

De acordo com Thorstensen e Oliveira (2012, p. 13), a crise financeira do final da década de 2000 trouxe questionamentos sobre a liderança dos Estados Unidos e União Europeia no cenário econômico mundial, conferindo então maior interesse nos países emergentes, que saíram da crise e transformaram-se em países importantes para o crescimento mundial.

China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul estiveram entre os mercados emergentes mais promissores, sendo em 2001 correlacionados por Jim O'Neill, da consultoria Goldman Sachs³⁰ dentro do acrônimo BRIC, ainda sem a inclusão da África do Sul. Tratava-se de uma publicação de consultoria financeira, apontando o

³⁰ Uma das principais empresas globais de banco de investimento, gestão de valores imobiliários e de investimento sediada em Nova York.

grupo como países bons para investimentos de longo prazo. À época o acrônimo não significava um agrupamento político ou econômico e não partiu dos próprios países envolvidos.

A ideia de potências emergentes já teria sido cunhada pelo geopolítico e diplomata norte-americano Kennan quando abordou que EUA, a então União Soviética, China, Índia e o Brasil seriam os “*monster countries*” por combinarem extensão territorial e grande população. (FUNAG, 2012, apud CARMONA, p.43)

O grupo dos BRIC ganhou dimensão política-diplomática a partir da crise de 2008. Visentini (2013, p. 8), aponta a existência de preocupação em não serem tragados pela crise originada nos Estados Unidos e propagada pela Europa. O primeiro encontro ocorreu por ocasião da LXI Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, de maneira informal, na qual apenas trocaram opiniões.

Em 18 de Maio de 2008 os países do grupo tiveram o primeiro encontro formal na cidade russa de *Екатеринбург* (Ecaterimburgo) para discutir sobre a crise e a possibilidade de que esta atingisse as suas economias. Na reunião trataram de temas como o fortalecimento da segurança e da estabilidade internacionais; necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países; fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central; necessidade de reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança para torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz, entre outros pontos que tocam assuntos de importância global.

A partir da primeira reunião em 2008, iniciou-se uma série de encontros entre ministros de diferentes áreas e altos oficiais do governo gerando uma agenda de discussões abrangendo o G20 financeiro e demais fóruns internacionais relacionados ao comércio e ao meio ambiente (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012, p. 13)

Desde 2009 o grupo tem reuniões anuais no formato de Cúpula. Na terceira cúpula do grupo, a África do Sul foi incorporada, formando finalmente o grupo BRICS como conhecemos hoje. A entrada do país africano contribuiu para aumentar a dimensão geopolítica da aliança que agora contém países de 4 Continentes. Apesar das diferenças pontuais entre os membros do BRICS, incluindo diferenças materiais, culturais e perspectivas. Todos ocupam uma posição semelhante na ordem mundial. Para Fonseca (2012, p. 17), as divergência no grupo até mesmo

enriquecem o diálogo, "São países diferentes, mas cada qual com realizações inegáveis em diversos campos que poderiam ser objeto de mecanismos específicos de cooperação".

A junção dos cinco acarreta mais peso em suas decisões, hoje o BRICS representa cerca de 40% da população mundial e quase 1/4 da economia global, tornando-se a mais relevante coalizão global sem a presença das potências centrais³¹ (CARMONA, 2014, p. 35).

Ao longo dos últimos anos o grupo tem fortalecido a sua consolidação. O agrupamento traz poucas desvantagens para os países membros: não é preciso ceder muito para se chegar a posições comuns, e por outro lado oferece vantagens como a própria marca, coordenação no plano das finanças internacionais e atitudes que se reforçam no Conselho de Segurança da ONU. (FONSECA, 2012, p. 29). Além de trazer oportunidades maiores para o comércio. Fonseca reforça o peso do agrupamento das potências emergentes,

Para citar pouquíssimos exemplos: a China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e a relevância no mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia "real" do mundo; a África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de commodities; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio. É impossível imaginar que algum regime internacional, seja na área da segurança, da economia ou dos valores, se articule e se consolide sem que deles os BRICS participem ativamente.(FONSECA, 2012, p. 14)

A institucionalização do BRICS foi efetivada em 2014 na 6ª Cúpula do BRICS em Fortaleza, onde o BRICS deu um grande passo em termos de autonomia e solidez ao decidir pela criação de um Banco e de um Fundo de reservas próprio. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em sua sigla em inglês) é voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os países emergentes e em desenvolvimento, enquanto o Fundo Comum de Reserva do BRICS (Arranjo Contingente de Reservas, CRA em inglês) tem por função resguardar os membros do BRICS em casos de flutuações no balanço de pagamentos.

O Banco tem capital autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial subscrito

³¹ Como potências centrais refere-se aos países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e países europeus.

de US\$ 50 bilhões, com contribuição igual pelos cinco sócios. O Fundo terá caixa comum de US\$ 100 bilhões. Segundo Carmona (2014, p. 37), "potencializarão a margem de manobra de cada um dos integrantes do BRICS e destes como conjunto, permitindo maior autonomia destes países no cenário internacional." para proteger as moedas nacionais e garantir estabilidade econômica.

Em Abril de 2016 o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) anunciou suas primeiras operações, prevendo empréstimos no valor de US\$ 811 milhões. Todos os projetos são voltados para energia renovável nos cinco países. A maior parcela deve ser destinada ao Brasil (US\$ 300 milhões) (SCHREIBER, BBC News, 2016).

A atuação internacional do BRICS também perpassa pela Organização Mundial do Comércio (OMC), um dos fóruns de maior relevância na esfera multilateral. De acordo com Thorstensen e Oliveira (2012, p. 14), "Enquanto o mundo pensava o BRICS ainda como portfólio de investimentos de risco, quatro de seus integrantes já iniciavam um intenso exercício de articulação de interesses na complexa arena do comércio internacional."

A fim de reinserir a China no Comércio Internacional, a China tomou uma série de medidas de ajuste econômico para possibilitar sua entrada na OMC. As negociações para o seu ingresso foram concluídas em Novembro de 2001, no lançamento da Rodada de Negociações de Doha³². Thorstensen et al. (2012, p. 25), aponta que a entrada da China na OMC foi almejada pelas duas partes, a China a fim de garantir que suas exportações não seriam discriminadas e os países já membros da OMC, com intuito de garantir certo controle sobre a invasão dos produtos chineses.

A Rússia demonstrou interesse em entrar na OMC, a fim de possibilitar uma diversificação em seu comércio internacional, fator importante para dinamizar sua economia pouco diversificada. O país só concluiu seu ingresso na organização em Dezembro de 2011, após 18 anos de negociações, tendo a ratificação feita pelo presidente Putin em 2012. Foi, até hoje, o processo mais longo de admissão de um país. Para a entrada na OMC a Rússia precisou baixar suas tarifas em 2,7%, acabar com o limite máximo de 49% para capital estrangeiro, além de permitir a abertura de bancos estrangeiros e a importação de álcool e produtos farmacêuticos sem licenças (PRESSE, 2011).

³² Rodada de Doha foi a primeira Rodada desde o fim do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) .

Quanto ao Brasil, Índia e África do Sul, já estiveram presentes nas discussões de criação do GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio³³, que contou inicialmente com apenas 23 países e entrou em vigor em 1948. Participaram de todas as rodadas de negociações e estiveram presentes na criação da OMC, concedendo-lhes papel de liderança no âmbito dos países em desenvolvimento (THORSTENSEN et al. (2012, p. 25).

Na Declaração Conjunta do BRICS em 2009, o grupo expõe sua preocupação com o comércio internacional:

Reconhecemos a importância do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros diretos para a recuperação econômica mundial. Instamos todas as partes a trabalhar em conjunto para incrementar o ambiente de comércio e de investimento internacional. Conclamamos a comunidade internacional a resguardar a estabilidade do sistema multilateral de comércio, restringir o protecionismo comercial e pressionar por resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha³⁴ da OMC (I CÚPULA, 2009).

Segundo Throstensen; Ramos; et al (2012, p. 20), os integrantes do BRICS adotam um discurso contra o protecionismo comercial e as barreiras não tarifárias praticadas pelos países desenvolvidos. Apesar de não ser um grupo especificamente comercial, o BRICS expõe entre os objetivos o fortalecimento do comércio entre o grupo. Em documento sobre a Estratégia de uma Parceria Econômica do BRICS (2015), cita os seguintes propósitos: aprimorar as oportunidades de acesso a mercados e facilitar os vínculos entre os mercados; promover o comércio e investimento mútuos e criar um ambiente conducente aos negócios para investidores e empresários em países do BRICS; aprimorar e diversificar a cooperação em comércio e investimento de forma a apoiar a criação de valor agregado entre os países do BRICS.

3.2 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL:

O BRICS aumentou sua participação no comércio internacional nas últimas

³³ Sob o GATT foram realizadas 8 rodadas de negociações, à princípio sobre reduções tarifárias, mais tarde tornando-se normativas. A última foi a Rodada do Uruguai (1986-1993), onde ficou estabelecida a criação da OMC. (DEIRO, D; MALLMANN, M., [200-])

³⁴ "Em novembro de 2001, em Doha, no Qatar, foi lançada a Rodada de Doha da OMC, por meio da qual os Ministros das Relações Exteriores e de Comércio comprometeram-se a buscar a liberalização comercial e o crescimento econômico, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento." (ITAMARATY, 2016)

três décadas, fato refletido na evolução de suas exportações e importações, bem como crescimento do PIB do grupo e do consequente aumento na participação no PIB mundial a partir da década de 1980.

Jim O'Neill em 2011, dez anos após seu primeiro trabalho sobre o BRICS, reafirmou a sua perspectiva positiva sobre o sucesso dos países emergentes:

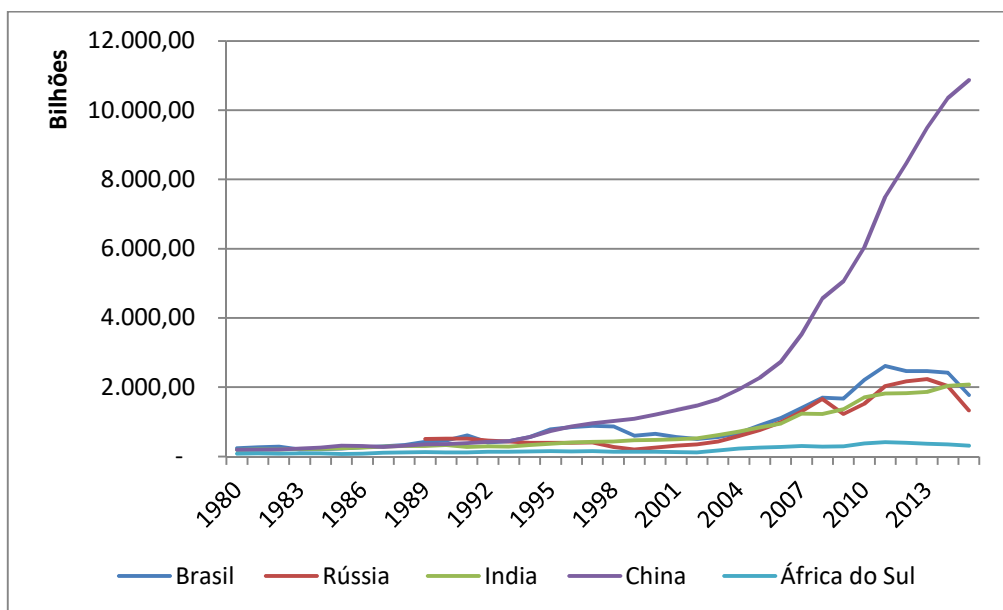
"Dez anos após, eu estou ainda mais disposto a convencer o mundo que eles, em conjunto com algumas outras estrelas crescentes, são as máquinas do crescimento da economia mundial, hoje e no futuro." (O' NEILL, 2011, p. 3)

Segundo o autor, o sucesso pode ser evidente a partir do crescimento apresentado, que para ele superou as expectativas,

"A economia mundial dobrou de tamanho desde 2001, e um terço desse crescimento originou-se nos BRICs. O crescimento agregado do PIB foi mais que o dobro dos Estados Unidos, e foi equivalente a criar um novo Japão e uma nova Alemanha, ou cinco Reino Unidos, no espaço de uma única década" (O' NEILL, 2011, p. 5)

Ao analisar o crescimento do PIB dos cinco países nota-se o crescimento da China aumenta significativamente a partir da década de 1980. A África do Sul mantém um crescimento mais moderado, enquanto Índia Rússia e Brasil apresentam um movimento mais similar, com particularidades como a forte recessão sofrida pela Rússia na década de 1990. Para Carvalho (2009, p. 79) Brasil e África do Sul tem uma retração similar na década de 1990, na África do Sul em razão da abertura pós-apartheid e no Brasil, em decorrência da política econômica de estabilização monetária. No gráfico 7 é possível observar a evolução do PIB dos cinco países ao longo do tempo, percebendo que Rússia e Brasil tem apresentado redução do crescimento a partir de 2010.

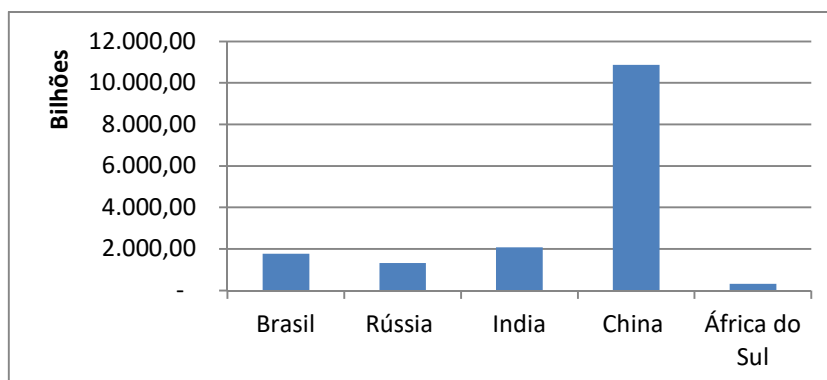
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO PIB DO BRICS EM DÓLARES CORRENTES



Fonte: Banco Mundial (2016); nota: elaboração própria

Juntos os cinco países somaram mais de 16 trilhões de dólares, o que representa 22,25% do PIB mundial. A China detém em 2015 o maior PIB, com mais de 10 trilhões de dólares, seguida pela Índia com mais de 2 trilhões, Brasil com 1,774 trilhão, Rússia com 1,326 trilhão; por último a África do Sul com aproximadamente 312 bilhões (Banco Mundial, 2016). O gráfico 8 reflete a disparidade do PIB chinês frente aos demais membros do grupo:

GRÁFICO 8 - PIB DOS PAÍSES MEMBROS DO BRICS EM 2015

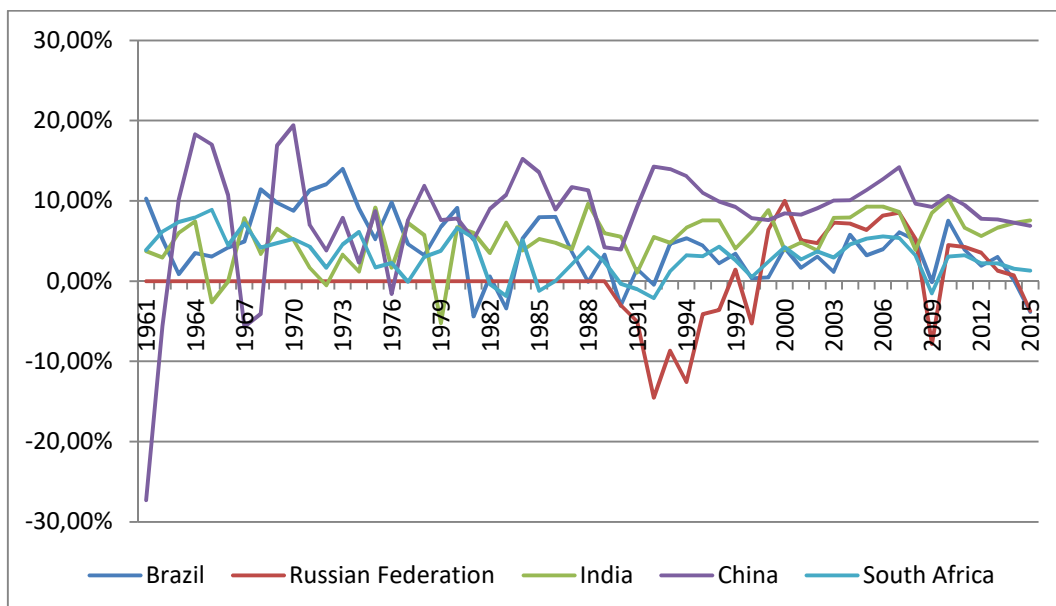


Fonte: Banco Mundial; nota: elaboração própria

Com base na evolução do Produto Interno Bruto do BRICS, é possível observar o desempenho das economias dos cinco países emergentes. A partir de dados disponibilizados pelo Banco Mundial segue uma análise das taxas de

crescimento de cada um dos membros do grupo no gráfico 9.

GRÁFICO 9 - CRESCIMENTO DO PIB (VARIAÇÃO % AO ANO)



Fonte: Banco Mundial; nota: elaboração própria

O Brasil teve a mais alta média de crescimento na década de 1970 com uma taxa média de 8,47%. Em 1973 apresentou um crescimento de 13,98%. Na década de 1980 a taxa de crescimento caiu, alcançando em 1981 o seu pior índice, um decréscimo de -4,39%. Na década de 1990 a taxa média de crescimento foi de 1,88%. O ano de 2010 foi o melhor momento desde então atingindo o crescimento de 7,53%. No entanto em 2015 o PIB retraiu em -3,85%.

As taxas de crescimento russas só estão disponíveis para análise a partir da década de 1990, período em que a média foi de -4,91%. Nos anos 1990, o crescimento do PIB só foi positivo para os anos de 1997 em 1,40% e 1999 com 6,40%. A economia russa cresce de 1999 até 2008, com retração de -7,82% em 2009. Volta a crescer em 2010, no entanto no ano de 2015 apresentou queda de -3,73%.

A Índia evoluiu as taxas médias de crescimento em todas as décadas, como pode ser observado na tabela 2. De todos os cinco países é o único que a média de crescimento não caiu na última década. Sendo que só houve queda no PIB nos anos de 1965, 1966, 1972 e 1979. A maior taxa de crescimento foi em 2010 com 10,26%, desde então tem crescido próximo de 6% e 7% ao ano, atingindo em 2015 uma taxa

de 7,57%, superior ao crescimento da China no mesmo ano.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

Países	Década 1960	Década 1970	Década 1980	Década 1990	Década 2000	2010 a 2015
Brasil	5,90%	8,47%	2,99%	1,88%	3,39%	2,10%
Rússia	0,00%	0,00%	0,00%	-4,91%	5,48%	1,76%
Índia	3,91%	2,93%	5,69%	5,77%	6,78%	7,33%
China	3,38%	7,46%	9,77%	10,01%	10,30%	8,29%
África do Sul	6,08%	3,25%	2,24%	1,39%	3,60%	2,25%

Fonte: Banco Mundial (2016); nota: elaboração própria

O PIB chinês cresceu no período de 1960 até 1966, apresentando uma queda em 1967 e 1968. No entanto entrou na década de 1970 com uma taxa de crescimento de 19,40%. Durante o período cresceu a uma taxa média de 7,46%. Chegando na década de 1980 a uma taxa média de 9,77%. Na década de 1990 o PIB atingiu seu auge de crescimento em 1992, quando cresceu 14,28%. Em 2007 volta atingir um nível de crescimento similar, sendo que, em 2009 quando grande parte do mundo sentia os efeitos da crise iniciada nos Estados Unidos, os únicos membros do grupo a não apresentarem quedas no crescimento do PIB foram Índia e China. Desde 2012 o crescimento tem tido uma taxa decrescente, contudo ainda apresenta um patamar elevado, próximo a 7%.

África do Sul teve o maior média de crescimento dentro do BRICS na década de 1960, período em que tornou-se um país independente. A sua maior taxa de crescimento foi no ano de 1965 com uma taxa de 8,90%. A média de crescimento do PIB caiu, passando a aumentar a partir da década de 2000, com uma média de 3,60%. Desde 2012 a taxa de crescimento do PIB tem caído, chegando em 2015 com um crescimento do PIB de 1,28%, ainda assim, melhor que o desempenho do Brasil e da Rússia no mesmo ano.

O crescimento do PIB do BRICS foi de tamanha relevância frente aos demais países do globo impactando na sua participação no PIB mundial. Como demonstrado na tabela 3, desde os anos 2000, a participação do PIB do BRICS no PIB mundial cresceu 14 pontos percentuais. A China é o principal responsável, tendo contribuído em 2015 com 14,78% do PIB mundial.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO PIB DO BRICS EM RELAÇÃO AO PIB MUNDIAL, ANOS SELECIONADOS:

Anos	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	BRICS
1960	1,11%	-	2,76%	4,34%	0,54%	8,75%
1965	1,11%	-	3,09%	3,56%	0,56%	8,32%
1970	1,43%	-	2,15%	3,10%	0,61%	7,30%
1975	2,10%	-	1,70%	2,74%	0,63%	7,18%
1980	2,11%	-	1,70%	1,70%	0,72%	6,23%
1985	1,76%	-	1,87%	2,43%	0,53%	6,58%
1990	2,05%	2,29%	1,45%	1,59%	0,50%	7,87%
1995	2,56%	1,29%	1,20%	2,39%	0,51%	7,94%
2000	1,97%	0,78%	1,43%	3,62%	0,41%	8,20%
2005	1,89%	1,62%	1,77%	4,81%	0,55%	10,65%
2010	3,37%	2,32%	2,60%	9,21%	0,57%	18,07%
2015	2,41%	1,80%	2,82%	14,78%	0,43%	22,25%

Fonte: Banco Mundial; Nota: elaboração própria; Nota ₂: Valores de PIB indisponíveis para Rússia até o ano 1989.

Um dos principais fatores para as perspectivas positivas com relação ao BRICS é, segundo Mello (2012, p. 27), a existência de demanda reprimida, como demonstra a tabela 4. "Os BRICS terão, no futuro, um poder de consumo maior do que o total dos países desenvolvidos." (2012, p. 36).

TABELA 4 - FORÇAS DE CONSUMO

	Característica do consumo	BRICS	Países Ricos
1	Tipo de demanda	Reprimida	Saciada
2	Renda per capita	Baixa, mas crescendo forte	Alta, mas crescendo pouco
3	Vontade de comprar	Altíssima	Relutante
4	Capacidade de pagar pelas compras	Baixa, mas crescente	Alta
5	Tendência de gosto do consumidor	Consumista, prefere bens materiais em especial bens duráveis e de consumo	Seletivo, mas voltado para serviços, lazer, cultura, etc.
6	Fatia de consumo no total da economia global	Crescente	Decrescente

Fonte: adaptado de MELLO (2012, p. 79)

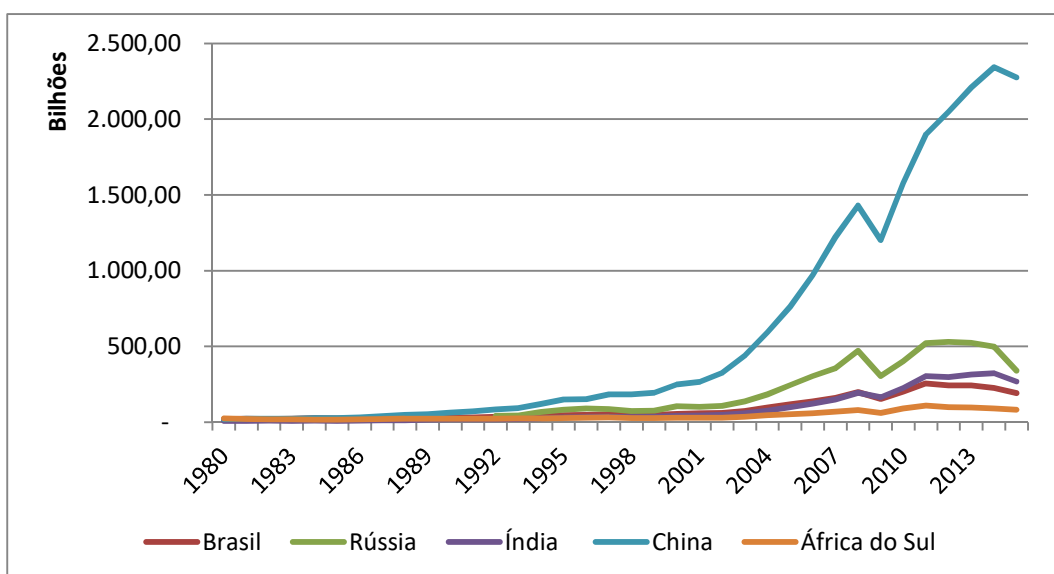
Ainda segundo Mello (Ibid, p. 66 e 80), por se tratarem de países emergentes,

os países do BRICS são carentes de bens de consumo e de investimento, e isto deverá ser encarado como algo positivo, pois a medida que avançarem economicamente uma nova parcela da população torna-se consumidora alavancando novamente a economia. O crescimento das economias do BRICS, além de refletir no aumento da capacidade de consumo de suas populações, reflete em aumento da capacidade comercial. A expansão do comércio internacional contribui para alavancar e sustentar esse crescimento através das exportações existindo, portanto, uma possível relação entre o aumento do comércio e crescimento econômico.

3.2.2 Evolução das exportações:

As exportações do BRICS evoluem ao longo do tempo, similar ao que acontece com o PIB. Como é possível observar no gráfico 10, a China vem aumentando suas exportações desde o final da década de 1980 e aumentam significativamente a partir do final da década de 1990. Quanto a valores, a Rússia vem em segundo lugar, seguida pela Índia, Brasil e por último a África do Sul. Em 2009, todas as cinco economias sofrem reduções nos níveis de suas exportações refletindo o efeito da redução das importações nos países nos países capitalistas desenvolvidos em decorrência da crise mundial de 2008.

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRICS (US\$) 1970 - 2015



Fonte: OMC (2016); nota: elaboração própria.

Com relação à participação nas exportações mundiais, mais uma vez a China surpreende pelo aumento de sua contribuição, que passou de 0,89% em 1980 para 13,80% em 2015. Dentre os cinco países, a China foi quem mais aumentou sua participação. O único ano em que a participação nas exportações mundiais teve queda foi de 1995 para 1996. Em todos os outros anos a taxa apenas aumentou. Em média nos últimos 15 anos as exportações chinesas aumentaram sua participação mundial em 0,65% (OMC, 2016). De acordo com Thorsensen et al. (2012, p. 29), o marco das exportações chinesas foi o ano de 2009, quando passou a ser o líder mundial das exportações de bens, ultrapassando a Alemanha e os Estados Unidos.

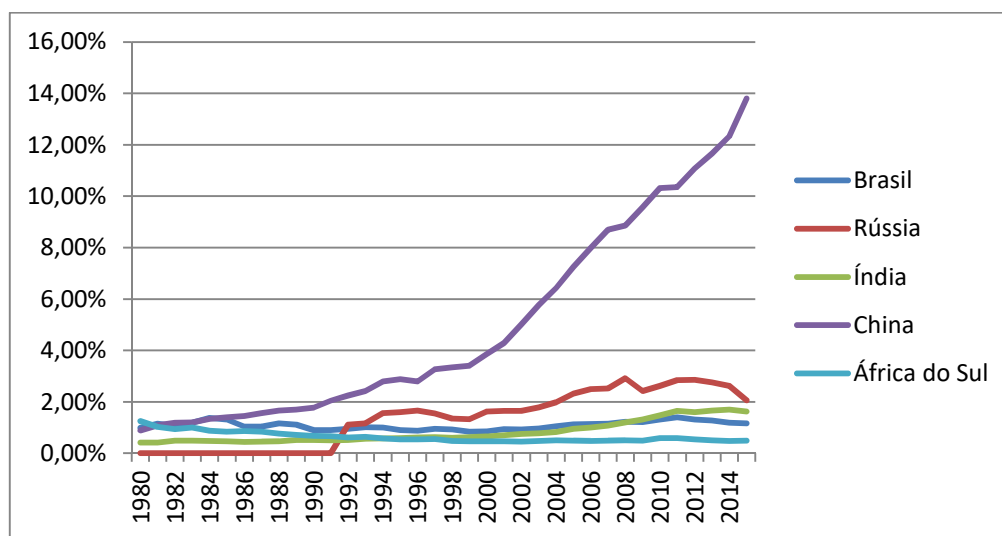
O Brasil alcança em 2015 1,16% das exportações mundiais e é o 25º maior exportador do mundo (CIA World Fact Book, 2016), no entanto esse valor teve várias pequenas oscilações ao longo do tempo, sendo que em 1981 o país também contou com uma participação de 1,16%. Desde 1980, o seu menor índice foi de 0,84% em 1999, enquanto a maior participação foi de 1,40% em 2011 (dados OMC, 2016).

Os dados da Rússia só estão disponíveis a partir de 1992, no valor de 1,11%. Até 1996 esse número foi aumentando, passando a reduzir a partir de 1997 e voltando a subir em 2000. A maior participação foi em 2008 com 2,92% das exportações mundiais (OMC, 2016). Atualmente a Rússia tem a segunda maior participação nas exportações mundiais dentre os demais membros do BRICS com 2,06% e é o 15º no ranking das exportações (CIA World Fact Book, 2016).

A Índia em 1980 possuía a menor participação do grupo nas exportações mundiais com 0,42%. Esse valor se mantém bastante estável, perto dos 0,50% por toda a década, ganhando valor a partir de 1992. Em 2006 alcança 1%, sendo que a maior participação foi em 2014 com 1,70%. Atualmente faz parte de 1,62% das exportações mundiais (OMC, 2016) e é o 20º maior exportador no mundo (CIA World Fact Book).

A África do Sul se diferencia dos demais países do grupo por apresentar a maior participação em 1980, com 1,25% e ver esse número cair lentamente, chegando a variar por um longo período próximo aos 0,50%, participação alcançada em 2015 (dados OMC, 2016). Tem a menor participação dentre os outros países do BRICS nas exportações mundiais, no entanto figura ainda entre os 40 maiores exportadores do mundo, com a 38ª posição (CIA World Fact Book, 2016).

GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1980 - 2015 (%)



Fonte: OMC (2016); nota: elaboração própria

Na tabela 5 é possível observar a taxa média de crescimento das exportações do BRICS nas últimas décadas. Observa-se que na década de 1970 foi o período em que as exportações brasileiras mais cresceram, com uma média de 21,60%. Em 1973 as exportações chegaram a crescer 55,32% em relação ao ano anterior, maior nível de crescimento já alcançado. Os anos 2000 também foram bastante promissores para as exportações, com uma média de 13,34%. No entanto, desde 2012 as exportações brasileiras só tem caído, obtendo um decréscimo de -15,09% em 2015 (OMC, 2016).

Para a Rússia, as médias mais altas de crescimento das exportações foram na década de 2000 no valor de 17,45%. A maior taxa de crescimento registrada foi em 1994 de 52,11%. Em 2013 as exportações começaram a cair com taxa de -1,13%. Em 2015 chegou à queda de -31,62% (OMC, 2016).

Com queda de -17,21% nas exportações em 2015, a Índia foi a segunda mais afetada no último ano, atrás apenas da Rússia. No entanto, a média de crescimento das suas exportações se mantiveram bastante elevadas nos últimos 5 anos, com uma taxa média de crescimento de 10,07%, visto que em 2013 e 2014 suas exportações cresceram em 6,07% e 2,49% respectivamente (OMC, 2016).

As exportações chinesas cresceram a uma taxa média de 20,97% ao ano na década de 2000, taxa média similar à década de 1970. Dentre os cinco países do grupo, é o único a apresentar uma taxa média de crescimento das exportações

negativa, e foi na década de 1960. Porém, desde de os anos 1980, as exportações chinesas crescem a uma média superior a todos os outros membros do BRICS (OMC, 2016).

A África do Sul na década de 1960 crescia suas exportações com uma taxa média de 5,76%. Teve seu auge na década de 1970 com uma média de 20,12%, alcançando um crescimento de 47,60% nas exportações em 1973. Esta taxa de crescimento só foi superada em 2010, ano em que atingiu um crescimento de 48,11%. No entanto, desde 2012 o país tem enfrentado quedas nas suas exportações (OMC, 2016).

TABELA 5 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO BRICS:

Década	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Década 1960	6,59%	-	3,74%	-1,86%	5,76%
Década 1970	21,60%	-	15,98%	20,43%	20,12%
Década 1980	9,61%	-	7,73%	14,94%	3,15%
Década 1990	3,67%	10,38%	8,69%	14,41%	2,09%
Década 2000	13,34%	17,45%	17,43%	20,97%	9,73%
2010 - 2015	5,20%	4,35%	10,07%	11,75%	6,61%

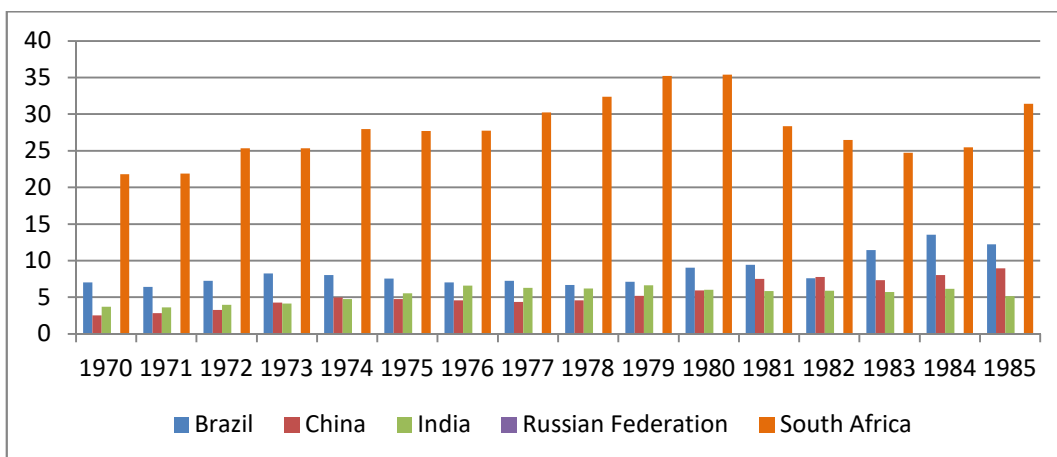
Fonte: World Trade Organization

Nota: elaboração própria

Nota ²: Dados da Rússia disponíveis apenas a partir de 1993.

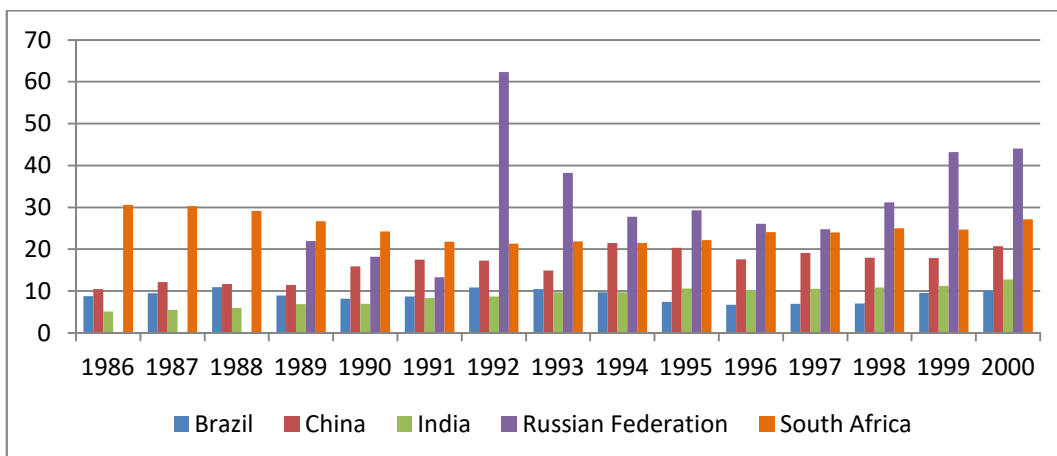
As exportações em proporção do PIB refletem a relevância das exportações no crescimento das economias do BRICS. Nos gráficos 12, 13 e 14 é possível notar que, ao longo do tempo essas proporções passaram por várias mudanças. Comparando os três gráficos, de modo geral, as exportações aumentaram sua contribuição no PIB, fato que pode ser observado pela elevação das barras no gráfico 8. Esse resultado reflete o aumento da participação do BRICS no comércio internacional nos últimos 15 anos.

GRÁFICO 12 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 1970 - 1985



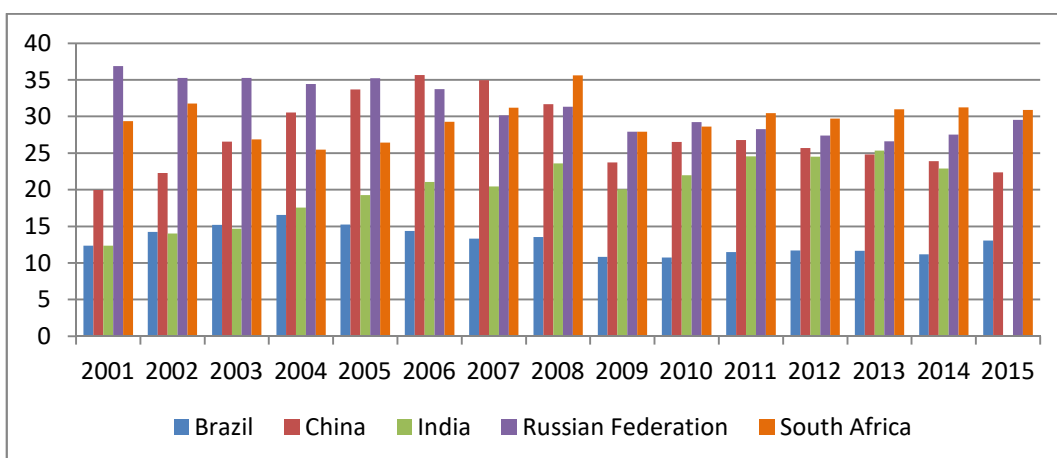
Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

GRÁFICO 13 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 1986 - 2000



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

GRÁFICO 14 - EXPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB DO BRICS (%) 2001 - 2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

Ao verificar cada país individualmente, nota-se que houve algumas tendências particulares a cada um. De 1970 a 1988 não há dados disponíveis para a Rússia, fato que prejudica as comparações. Durante todo esse período observa-se que a África do Sul se destaca, com uma contribuição das exportações no PIB muito superior às do Brasil, China e Índia. Há uma tendência de crescimento até a década de 1980, quando passa a reduzir, no entanto mantém ainda níveis elevados, superiores a 20%. Em 2002 volta a atingir níveis que ultrapassam 30%. A maior contribuição é revelada em 2008, quando alcança pouco mais de 35%, perde um pouco a contribuição em 2009 e 2010, mas desde 2011 as exportações figuram próximas aos 30% do PIB.

A Rússia, de maneira similar à África do Sul, demonstra ter bastante contribuição das exportações sobre seu PIB. Os níveis iniciam abaixo da África do Sul em 1989, mas disparam em 1992. Exceto em 1994, em todos os anos seguintes a proporção das exportações em relação ao PIB foi superior a 25%. Em 2000 atinge o nível de 44%, representando quase metade do PIB. Atualmente conta com aproximadamente 30% do PIB em valor de exportações.

No Brasil suas exportações são superiores a 5% em todos os anos, no entanto tende a um nível muito inferior aos registrados na África do Sul e Rússia. Em 1984 alcança um nível mais elevado com 13,5%. Este nível não é mantido por muito tempo, no entanto, a partir de 2000 a contribuição das exportações no PIB ganham força, atingindo níveis superiores a 10% até 2015.

As exportações chinesas, com relação ao PIB, são as que mais se alteram ao longo do tempo dentre todos os países do BRICS. Em 1970 a China conta com aproximadamente 2,5% de exportações sobre o PIB. Essa proporção aumenta atingindo os 10% em 1986. Em 1992 as exportações já representam 17,3% do PIB. Os números oscilam alguns pontos percentuais, mas em 1994 consegue ultrapassar os 20%. Em 2004 chega a 30,5% do PIB, ultrapassando os valores apresentado pela África do Sul. 2006 é o ano com a maior proporção das exportações em relação ao PIB, com 35,6%. Desde então as contribuições das exportações têm caído, chegando em 2015 com 22,4%, valor que é, ainda, bastante elevado.

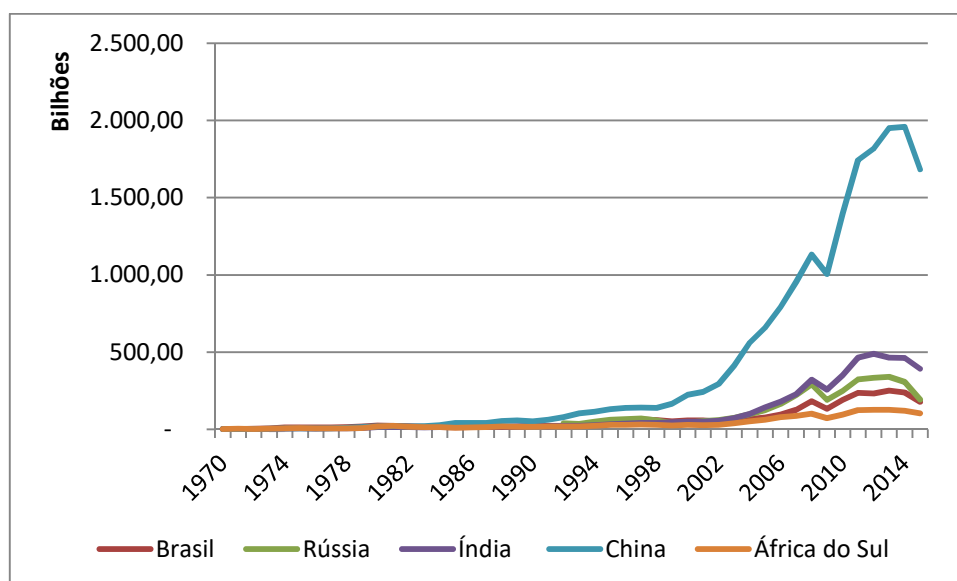
A contribuição das exportações da Índia sobre o PIB até a década de 1990 crescem de maneira bastante lenta. Contudo, a partir de 1991 as taxas passam a se elevar mais rapidamente, em torno de 1% a cada dois anos. Em 2004 as exportações atingem 17,5% do PIB, permanecendo crescentes até 2013.

3.2.3 Evolução das importações:

Com relação às importações a China é dentre os cinco países do grupo, aquele que mais importa, com cerca de 1 trilhão 681 bilhões de dólares. A Índia vem em segundo lugar com quase 400 bilhões. Em seguida a Rússia com pouco mais de 194 bilhões, o Brasil com 178 bilhões e 798 milhões. Por fim a África do Sul com 104 bilhões e 619 milhões (OMC, 2016).

Ao analisar o gráfico 15 com a evolução das importações do BRICS é possível perceber que todos os países tiveram uma queda significativa nas importações em 2009, fato que vem ocorrendo novamente em 2014 e 2015.

GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS (US\$) 1970 - 2015



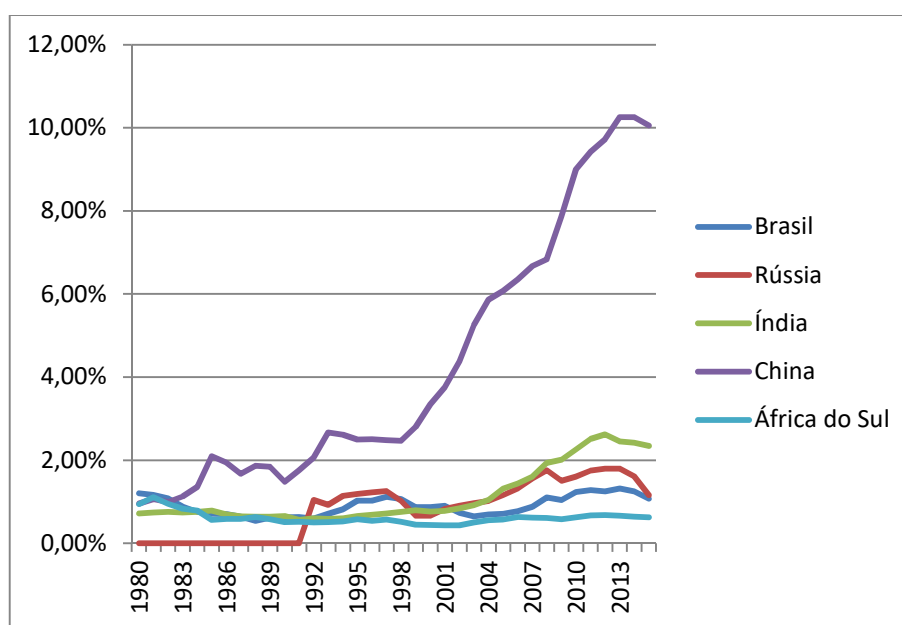
Fonte: OMC (2016); nota: elaboração própria

Referente à participação das importações do BRICS nas importações mundiais o gráfico 16 relata uma maior oscilação entre os países membros. Em 1980 Brasil possui a maior participação com 1,20% das importações mundiais. No entanto é ultrapassado pela China já em 1983 que passa a liderar a participação nas importações mundiais comparado aos demais países do BRICS.

Durante a década de 1990 Rússia e Brasil tem maior participação que a África do Sul e Índia. No entanto, em 1999 a Índia ultrapassa a Rússia, em 2002 ultrapassa o Brasil e em 2004 a Índia fica atrás apenas da China.

Atualmente o Brasil detém 1,07% das importações mundiais, sendo que já chegou a marca de 1,32% em 2013. A Rússia participa com 1,16%, tendo sua maior participação também em 2013 com 1,80%. Índia detém 2,34%, no entanto em 2012 chegou a participação de 2,62%. A China é responsável por 10,06% das importações mundiais, um pouco abaixo dos 10,26% de 2013 e 2014. A África do Sul apresenta a menor participação do grupo, com 0,63%; sua maior participação assim como a Índia foi em 2012 com 0,68% (dados OMC, 2016).

GRÁFICO 16 - BRICS: PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS 1980 - 2015 (%)



Fonte: OMC (2016); nota: elaboração própria

Na tabela 6 é possível observar as alterações nas médias de crescimento das importações do BRICS nas últimas décadas. O crescimento das importações Brasileiras teve sua maior média na década de 1970, com uma taxa média de 27,23%. Na década de 1980 o crescimento foi em média 1,03% o que demonstra uma mudança brusca no comportamento das importações.

A Rússia teve uma taxa média de crescimento das importações no valor de 19,16% na década de 2000. No entanto nos últimos cinco anos é o país do BRICS em que as importações tem apresentado o menor crescimento.

A Índia, de maneira semelhante à Rússia também apresentou a maior média de crescimento na década de 2000, com uma taxa média de crescimento de 20,22%. A China cresceu suas importações em média 26,76% na década de 1970 e

desde os anos 1980 é o país do BRICS onde as importações mais crescem. A África do Sul teve taxas de crescimento médio bastante semelhantes na década de 1970, 1980 e 2000, de aproximadamente 12%. Tem atualmente a terceira maior média de crescimento dos últimos cinco anos dentre os cinco países membros do BRICS.

TABELA 6 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS:

Década	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Década 1960	6,19%	-	1,85%	-2,30%	8,94%
Década 1970	27,23%	-	17,99%	26,76%	12,64%
Década 1980	1,03%	-	8,60%	15,60%	12,68%
Década 1990	11,38%	2,23%	9,21%	11,49%	4,36%
Década 2000	12,07%	19,16%	20,22%	20,66%	12,33%
2010 - 2015	7,18%	3,08%	8,90%	10,25%	7,19%

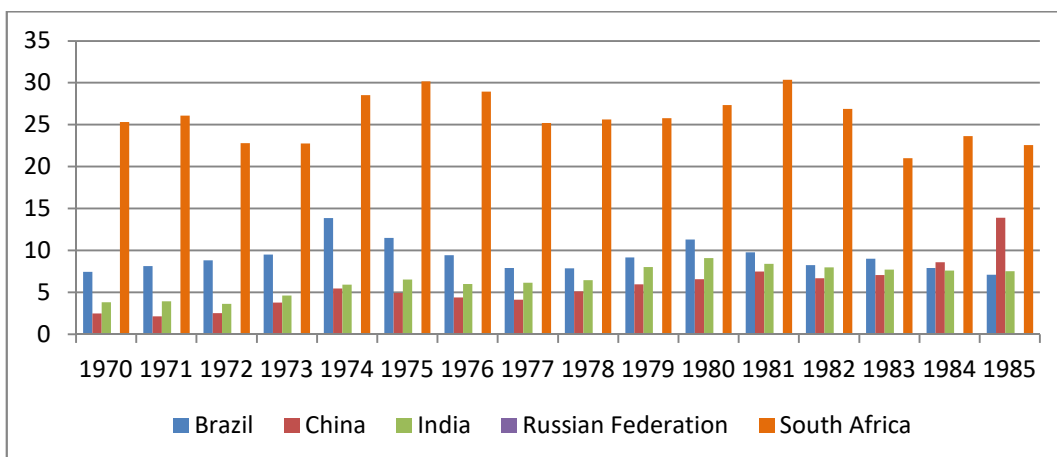
Fonte: World Trade Organization

Nota: elaboração própria

Nota ²: Dados da Rússia disponíveis apenas a partir de 1993.

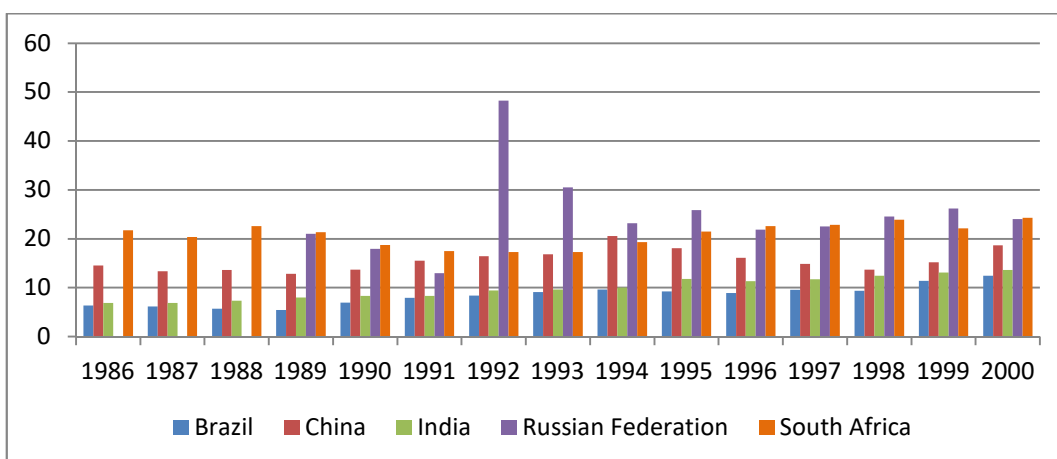
Nos gráficos 17, 18 e 19 é possível observar as alterações ao longo do tempo nas importações em proporção do PIB no BRICS. De maneira geral, as proporções aumentaram para todos os cinco países participantes do grupo, assim como o ocorrido nas exportações. No entanto, diferentemente do ocorrido nas exportações, a Índia é o país que mais aumenta a proporção das importações em relação ao PIB ao longo do tempo. A África do Sul tem suas importações em proporção do PIB bastante alta em todos os períodos. A China aumenta as porcentagens da importação atingindo o maior nível em 2004 de 29%. Já para a Rússia, em 1992 as importações representaram 48%, valor que não volta a se repetir. A partir de 2005 as importações russas permanecem a níveis próximos a 20% do PIB.

GRÁFICO 17 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 1970 - 1985



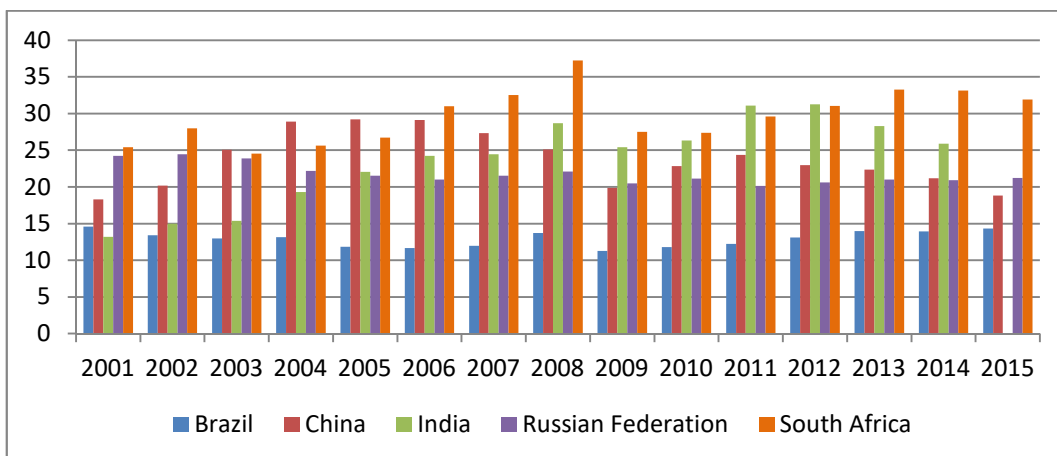
Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

GRÁFICO 18 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 1986 - 2000



Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

GRÁFICO 19 - IMPORTAÇÕES EM PROPORÇÃO DO PIB (%) 2001 - 2015



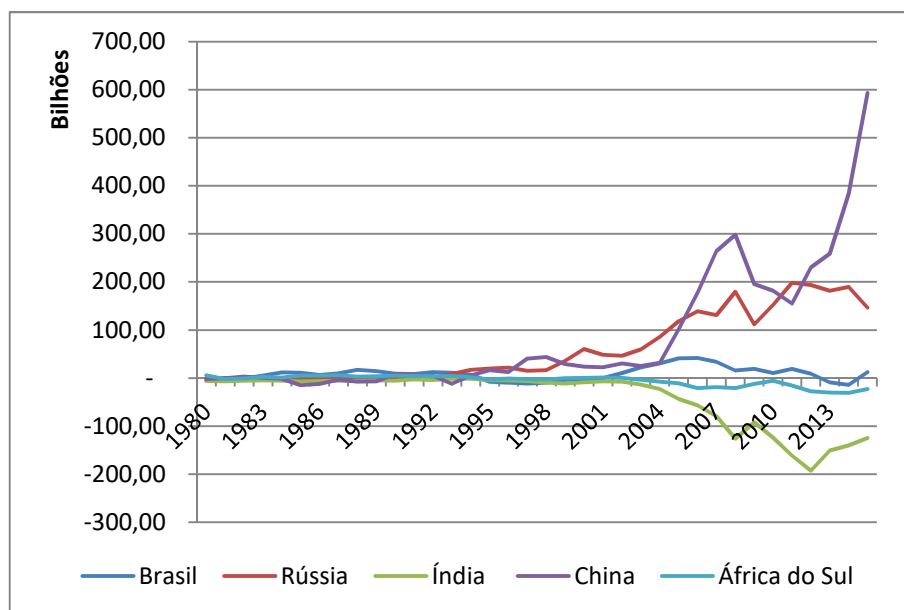
Fonte: BANCO MUNDIAL (2016); nota: elaboração própria

Assim como a Índia o Brasil tem um desempenho nas importações bastante distinto das exportações. Na década de 1970 o Brasil é o segundo país do BRICS que mais importa em relação ao PIB, no entanto, a partir de 1984 passa a ser superado pela China. A partir de então, o Brasil permanece até 2015 a um nível de importação em relação ao PIB menor comparado a todos demais, exceto em 2001, quando teve um aumento de 2% na proporção das importações no PIB.

3.2.4 Alterações na balança comercial:

A balança comercial revela o resultado obtido pelas exportações menos as importações dos países. Sendo assim, é possível observar quando o país exporta muito mais do que importa, quando importa muito mais do que exporta, ou quando mantém uma situação de equilíbrio entre suas importações e exportações.

GRÁFICO 20 - BRICS: EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL 1980 - 2015 (US\$)



Fonte: OMC (2016); nota: elaboração própria

O gráfico 20 demonstra o resultado da balança comercial do BRICS de 1980 a 2015. É fácil notar que, até a década de 1990 a balança comercial dos cinco países foi mantida mais próxima do equilíbrio. A partir de 1994 as Balanças Comerciais do BRICS passam a se comportar de formas distintas, afastando uma linha da outra. A Rússia e a China tomam o sentido superavitário, enquanto a Índia

inclina-se no sentido do déficit. Se comparados aos demais, Brasil e África do Sul estão mais próximos do equilíbrio.

A base de dados disponibilizada para a balança comercial russa tem início no ano de 1992. Neste ano o saldo foi de 1.302.400.000 trilhões e, desde 1992 até 2015, a balança comercial russa nunca foi deficitária, mantendo um padrão de crescimento ao longo dos anos. Em 2009 apresenta uma queda, justificada pela redução das exportações com a crise mundial. Atinge seu nível mais elevado em 2011 com um superávit de 198.180 bilhões e recentemente apresentou um nível mais baixo com 146.262 bilhões.

A China, atualmente com uma balança comercial superavitária, iniciou a década de 1980 com um déficit de 1 bilhão 842 milhões. Oscilou entre déficit e superávit até a década de 1990. No entanto, desde 1994 sua balança comercial apresenta saldos positivos, fechando em 2015 seu saldo mais elevado no valor de 592 bilhões e 998 milhões.

A balança comercial indiana é comparada à balança comercial dos demais BRICS, a que apresenta os maiores saldos negativos registrados. O maior superávit alcançado foi em 1972 no valor de 224.700 milhões (dados OMC). O saldo é negativo desde então chegando ao nível mais baixo em 2012 com -192.865 bilhões.

Com relação à balança comercial brasileira, durante toda a década de 1970 permaneceu negativa (dados OMC), de 1983 a 1994 conquistou superávit, retornou ao déficit de 1995 a 2001. Chegou ao seu maior superávit em 2006, com 41.969 bilhões, volta a apresentar déficit em 2013 e 2014. No entanto encerrou 2015 com um superávit de 12.336 bilhões.

A África do Sul apresentou a mesma tendência que o Brasil, com superávit de 1983 a 1994. De 1995 a 1998 a balança comercial apresentou déficit, voltando a apresentar saldos positivos nos 3 anos posteriores. No entanto, desde 2003 a balança comercial sul africana é deficitária, sendo que em 2014 apresentou o nível mais baixo no valor de - 30.918 bilhões. Mesmo quando apresentou superávits, foram valores pequenos se comparados aos demais países; o maior valor alcançado foi em 1983 com 5.942 bilhões.

4 O PERFIL DA PAUTA COMERCIAL DO BRICS E AS RELAÇÕES DE COMERCIO ENTRE O GRUPO

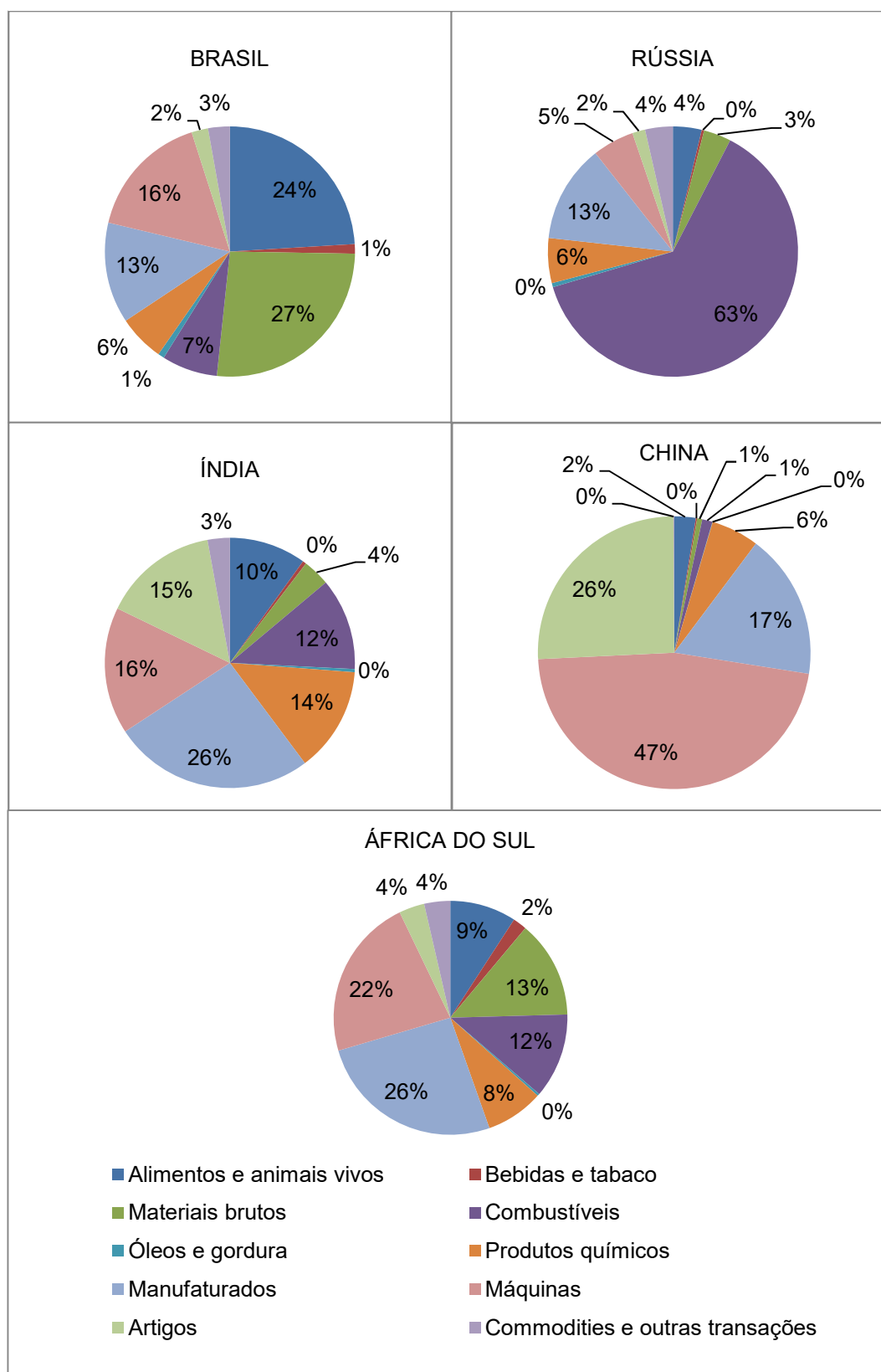
A caracterização do comércio internacional do BRICS quando analisado a partir da pauta de suas exportações e importações, sugere a existência de diferenciação entre os cinco países, não apenas nos volumes como foram analisados anteriormente, mas com relação à contribuição por categoria de produto. A diversificação de suas pautas é importante para fortalecer o grupo com a função de parceiros econômicos, visto que a partir das suas necessidades comerciais é possível construir uma complementaridade no comércio internacional.

4.1 ANÁLISE DA PAUTA DAS EXPORTAÇÕES:

No gráfico 21 é possível fazer uma comparação geral dos produtos mais exportados por cada país do grupo em 2015. Dentro desta perspectiva, a China e a Rússia demonstram ter suas exportações mais concentradas em uma categoria, enquanto os outros três apresentam uma diversificação maior. Índia e África do Sul exportam mais nas mesmas categorias de produtos, exibindo uma composição das exportações bastante similar; enquanto o Brasil concentra mais suas exportações em uma categoria distinta dos demais.

A classificação dos produtos utilizada na base de dados fornecidas pela UNCTAD segue a classificação Standard International Trade Classification (SITC Rev. 3), na qual os produtos são divididos em dez categorias, cada uma pode ser subdividida de forma ainda mais detalhada. A fim de mostrar um panorama geral, serão considerados apenas as categorias bases, as quais são: alimentos e animais vivos; bebidas e tabaco; materiais brutos não comestíveis e não combustíveis; combustíveis incluindo os minerais, lubrificantes e materiais afins; óleos e gordura tanto animal como vegetal; produtos químicos e afins; produtos manufaturados classificados por matéria; máquinas nas quais constam máquinas e equipamentos de transporte; artigos manufaturados diversos como calçado e vestuário; e por fim commodities e transações não classificados em outros (UN Statistics Division).

GRÁFICO 21 - PAUTA DAS EXPORTAÇÕES DOS BRICS, 2015:



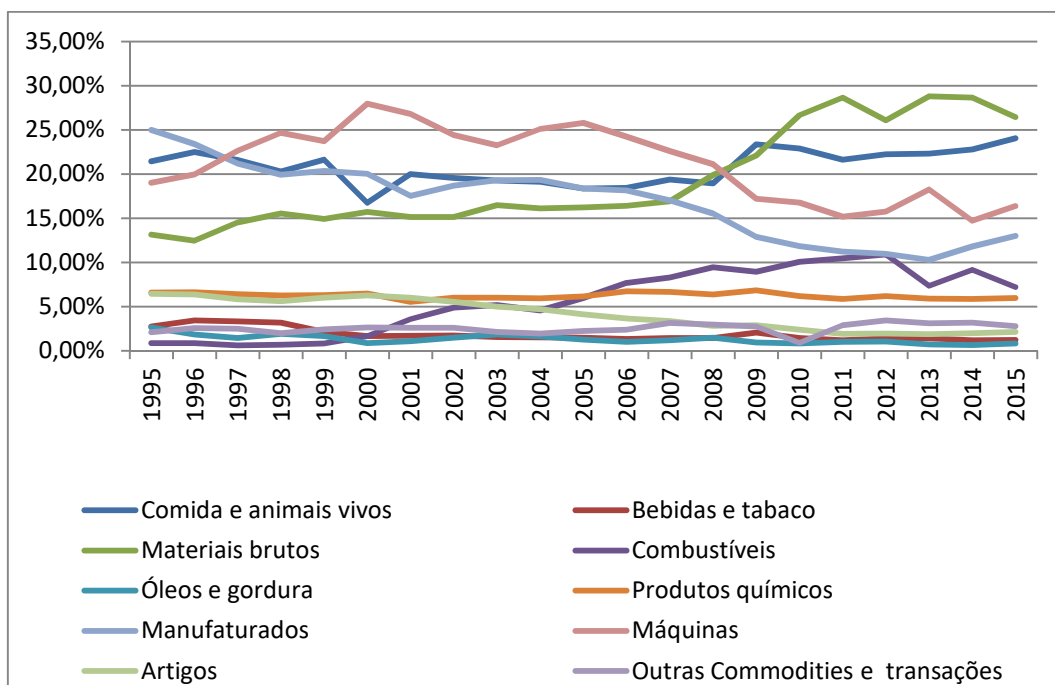
Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

Nos últimos vinte anos, as exportações brasileiras estiveram concentradas principalmente em quatro categorias de produtos: máquinas; manufaturados; alimentos e animais vivos; e materiais brutos como demonstram as linhas do gráfico 22.

Em 1995 as manufaturas representavam 25% do valor total de produtos exportados, no entanto já em 1997, deixam de ser o principal item das exportações perdendo espaço para as máquinas e equipamentos de transporte. De 1997 a 2008, máquinas e equipamentos passam a dominar a pauta das exportações, chegando a 28% no ano 2000. A partir de 2008, a participação dessa categoria de produtos cai, sendo substituída pelo aumento da contribuição dos materiais brutos, que hoje representam 26,42%. Alimentos e animais vivos vem logo em seguida com 24,04%.

Segundo a classificação por grupos de commodities da OMC, 42,9% das exportações brasileiras são de produtos agrícolas, 19,1% combustíveis e minérios e 36,1% manufaturas. Os principais destinos são China (18,6%), União Europeia (17,8%), Estados Unidos (12,7%) e Argentina (6,7%). (OMC *Trade Profiles*, 2016).

GRÁFICO 22 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



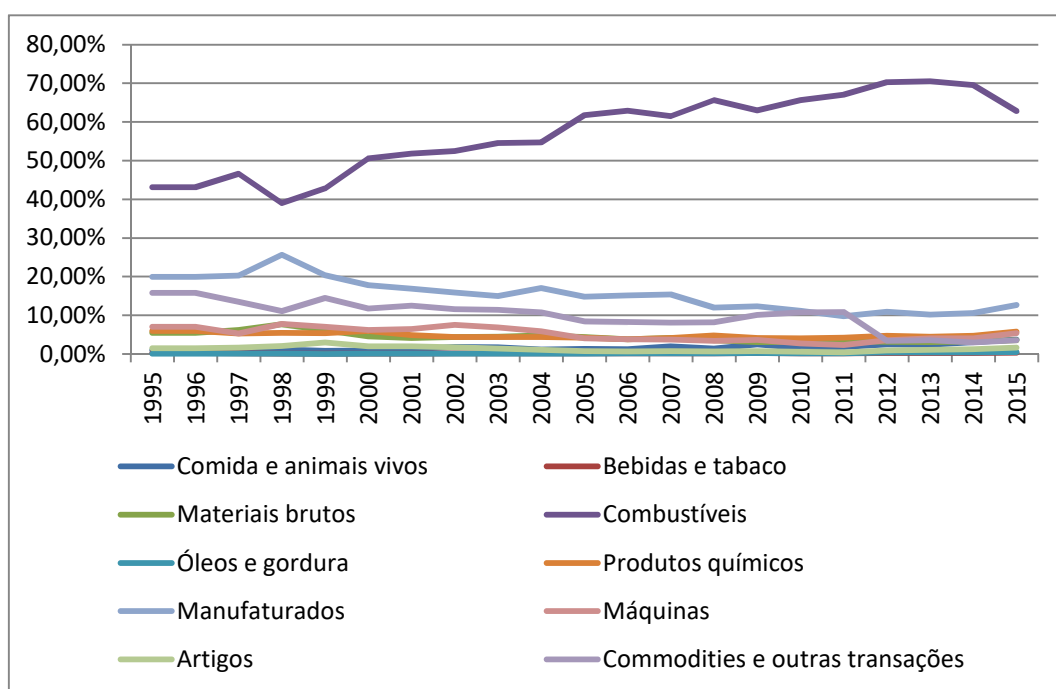
Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

A pauta de exportações russas é bastante concentrada na exportação de combustíveis, como observado pelo gráfico 23. Em 2013, os combustíveis chegaram

a representar 70,56% das exportações. Todas as outras categorias de produtos se encontram bem abaixo, sendo os produtos manufaturados, os únicos a alcançar mais de 10% da pauta de exportações nos últimos três anos. Segundo Carvalho, (2008, p. 82) as exportações russas são essencialmente baseadas nas commodities energéticas (petróleo e gás natural), conferindo um baixo dinamismo às suas exportações.

Em 2015, combustíveis representaram 62,84%; manufaturados 12,65%; produtos químicos 5,80%; máquinas 5,38 %; Alimentos e animais vivos 3,70%; commodities e transações não especificados em outros 3,58% e os demais itens não chegam a 2%. 39,8% das exportações tem como destino a União Europeia. China, Japão e República da Coreia são os outros 3 maiores importadores da Rússia, com 8,2%, 4,2% e 3,8% respectivamente. (OMC *Trade Profiles*, 2016).

GRÁFICO 23 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES RUSSAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)

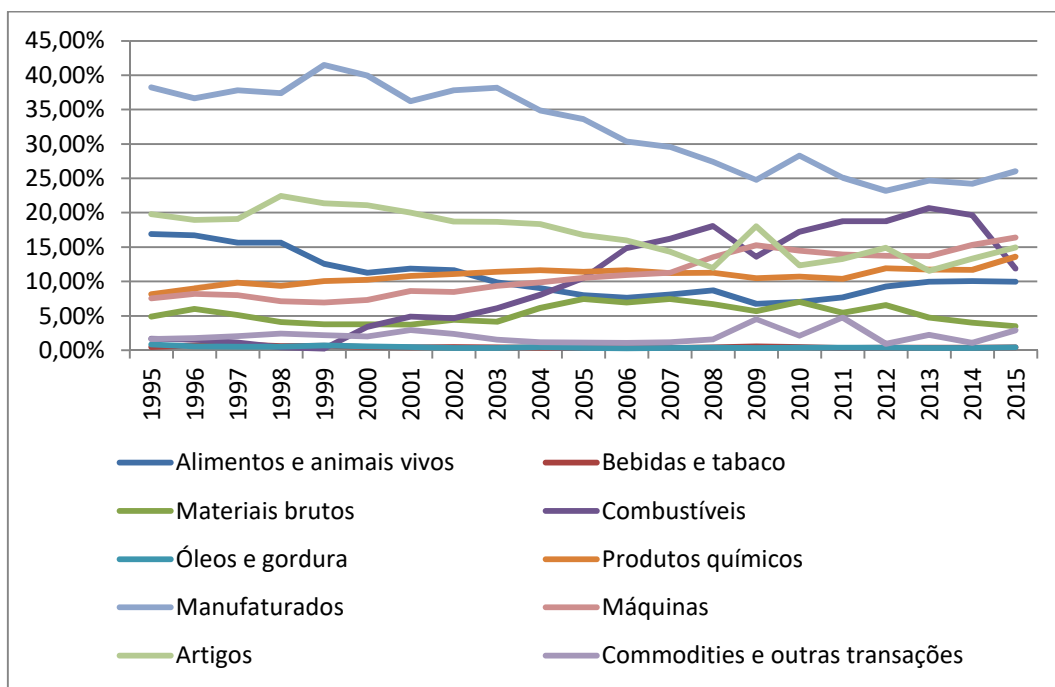


Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

Referente a pauta de exportações indianas há o predomínio dos produtos manufaturados nos últimos 20 anos. No entanto, como observado no gráfico 24, a participação das manufaturas reduziu nos anos mais recentes, comparada a década de 1990. Outros artigos manufaturados são os segundos em termos de contribuição nas exportações, sendo ultrapassados pelos combustíveis em 2007. Apesar de

queda em 2009, os combustíveis foram a segunda principal categoria de produtos até 2014, chegando a representar 20,67% do valor das exportações em 2013. Nos últimos dois anos a categoria perdeu espaço para artigos, máquinas e produtos químicos.

GRÁFICO 24 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES INDIANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



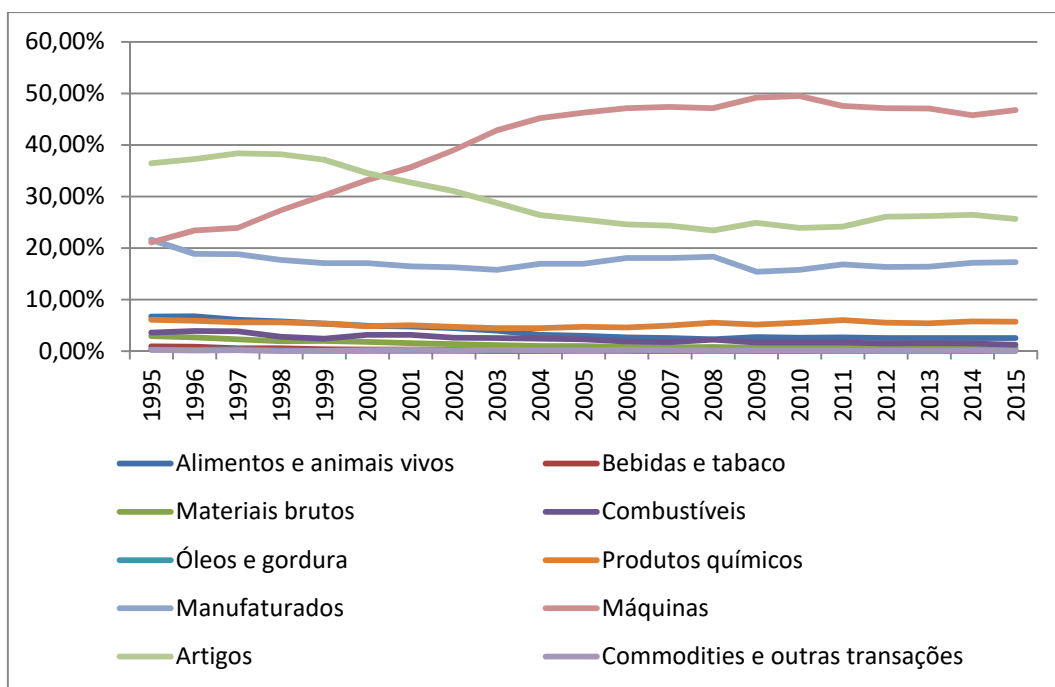
Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

Os principais destinos das exportações indianas são a União Europeia com 16,9% das exportações, os Estados Unidos com 15,2%, Emirados Árabes importando 11,3% e Hong Kong em quarto lugar com 4,6%. (OMC *Trade Profiles*, 2016).

A pauta de exportações chinesas, dentro das classificações apresentadas é pouco diversificada. O gráfico 25 apresenta que, ao longo dos últimos 20 anos artigos manufaturados e máquinas e equipamentos de transporte predominaram as exportações, apresentando uma ascendência da participação das máquinas e decréscimo da participação dos artigos. No entanto, ambas as categorias representam por grande parte das exportações chinesas. Em 2010 o valor das exportações de máquinas chegaram a totalizar 49,51% das exportações. Do restante, 23,89% foram artigos. Produtos manufaturados é a terceira categoria com mais representação nas exportações chinesas, em média 17,29 %.

Em 2015 os produtos químicos participaram de 5,68% das exportações; Alimentos e animais vivos em 2,55%; combustíveis em 1,22%. O restante dos produtos não chegaram a 1% do valor total de exportações.

GRÁFICO 25 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES CHINESAS(% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



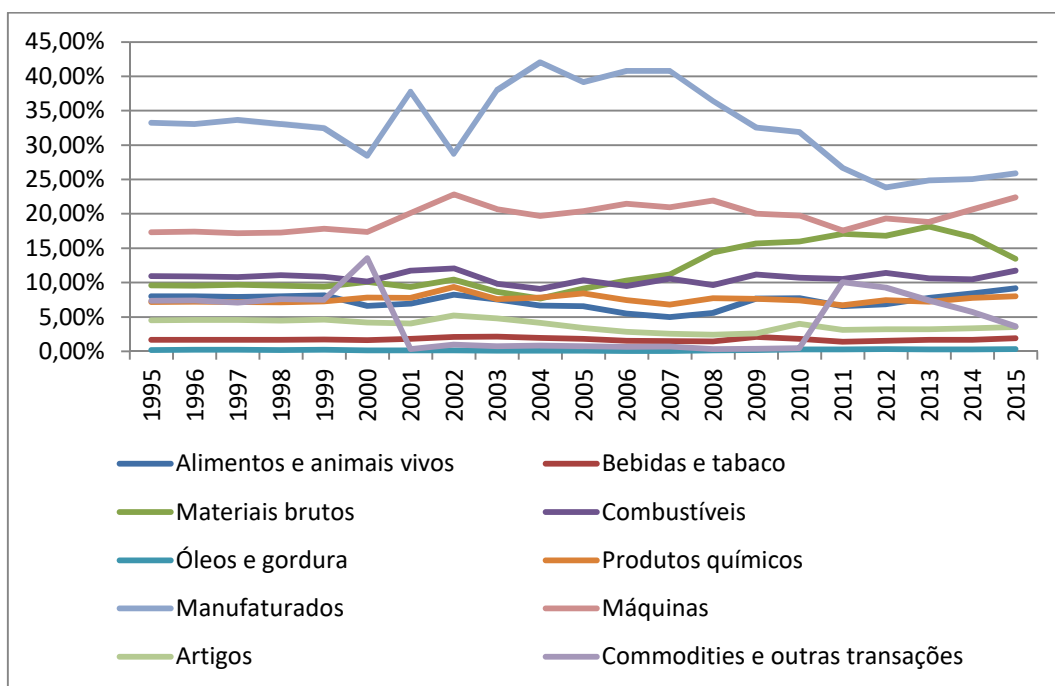
Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

Os produtos exportados pela China tem como principal destino os Estados Unidos, com 18% das exportações. Atrás vem a União Europeia, importando 15,6% das exportações chinesas, seguida por Hong Kong com 14,6% e Japão com 6%. (OMC *Trade Profiles*, 2016).

O gráfico 26, referente às exportações da África do Sul demonstra que, os produtos manufaturados representam a maior parte do valor de suas exportações de 1995 a 2015. Tendo atingido 42,02% em 2004. Máquinas e equipamentos são a segunda categoria mais representante na pauta de exportações com uma média próxima a 20% ao longo dos últimos 20 anos.

Com relação aos demais produtos, nota-se um aumento significativo na participação dos materiais brutos de 2006 a 2013. Combustíveis também são importantes, mantendo-se próximos aos 10% durante todo o período. Alimentos e animais vivos alcançaram 9,16% em 2015; materiais brutos 13,47%; produtos químicos 8%; e os demais produtos inferiores a 4%.

GRÁFICO 26 - PAUTA DE EXPORTAÇÕES SUL AFRICANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria

As exportações destinam-se principalmente à União Europeia, sendo 21,8% do total. China é o segundo maior cliente das exportações africanas com 8,3%, em sequência vem os Estados Unidos com 7,5% e Namíbia com 5,5%. (OMC *Trade Profiles*, 2016).

A análise da pauta das exportações sugere a possibilidade de complementaridade das exportações do grupo quando comparados, onde é verificada a diversificação das pautas em razão da concentração brasileira de exportações de materiais brutos, russas de combustíveis, indianas e sul africanas em manufaturados e chinesas em máquinas.

4.2 ANÁLISE DA PAUTA DAS IMPORTAÇÕES:

A pauta de importações do BRICS, seguindo a classificação de produtos *Standard International Trade Classification (SITC Rev. 3)*, relata uma diferenciação entre os cinco países menor que a observada na pauta das exportações, a principal razão é o peso das importações de máquinas, produto com maior participação na pauta de quatro dos cinco países. Como observa o gráfico 27, na China, Rússia e

Brasil as importações de máquinas estão próximas a 40% do total de produtos importado. Na África do Sul e Índia essa taxa é um pouco menor, 34% e 21% respectivamente.

No Brasil os produtos químicos são os produtos de segundo maior peso na pauta de importações, com 22%. O Brasil é, dentro do BRICS, o país com a maior proporção de importações de produtos químicos dentre o total de importações. Logo atrás vem os combustíveis com 15%, manufaturados com 11% e artigos manufaturados com 8%.

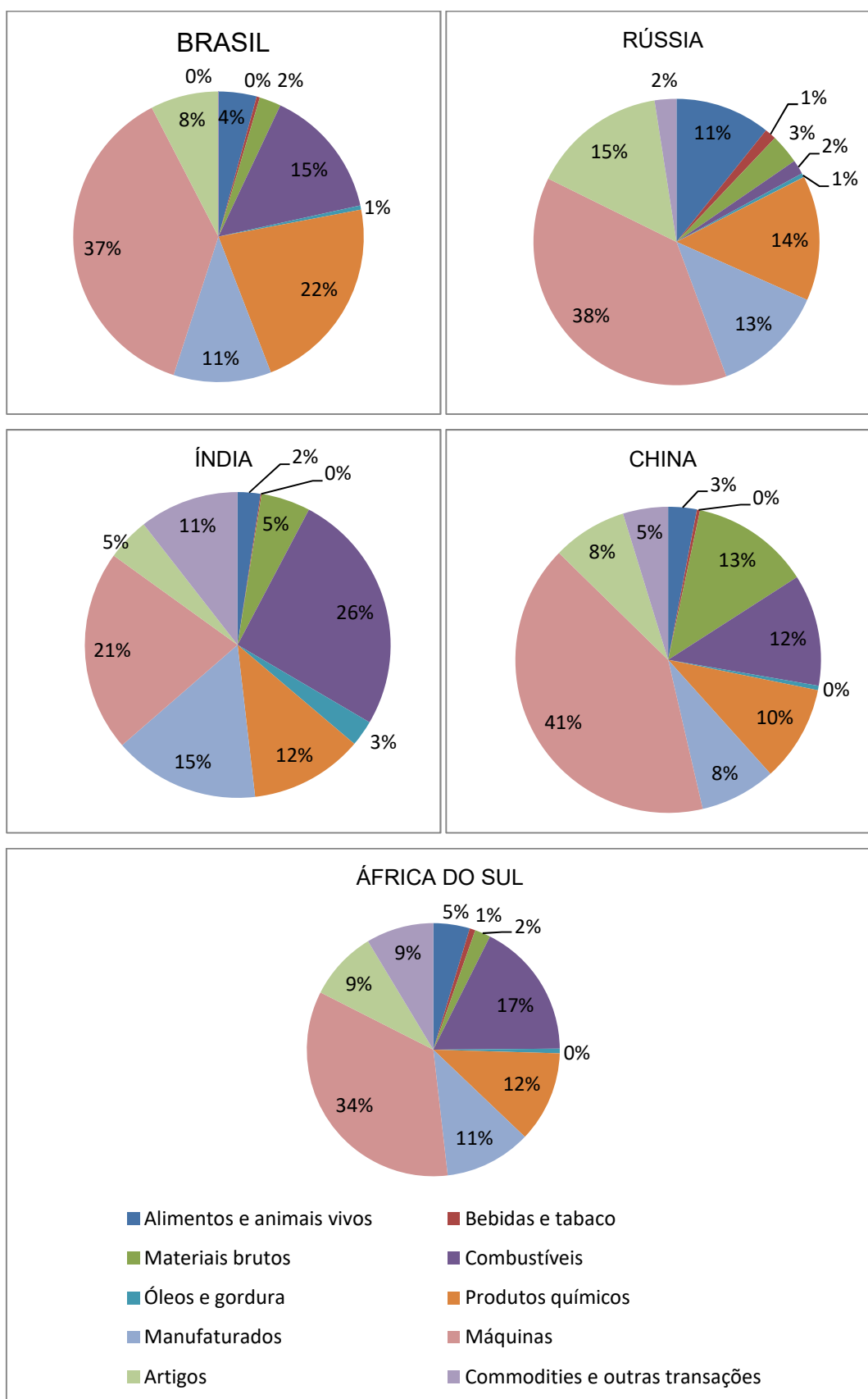
Na Rússia, combustíveis tem baixa importância nas importações, fato justificado pela alta representatividade destes produtos nas suas exportações. Além das máquinas, já citadas, a pauta de importações conta com 15% de artigos manufaturados, 14% de produtos químicos, 13% de manufaturados e 11% de alimentos e animais vivos.

A diversificação da pauta de importações indianas é maior em razão do menor peso das importações de máquinas. Os combustíveis exercem o maior peso nas importações, com 26% do total de produtos. As máquinas vem em segundo lugar com 21%, seguida por commodities e outras transações com 15%, produtos químicos com 12% e manufaturados com 11%.

No que tange as importações chinesas, se diferenciam com relação aos demais pela representatividade mais elevada de importações de materiais brutos, sendo 13% do total de produtos. Combustíveis representam 12%, produtos químicos 10% e há uma participação similar de 8% de artigos manufaturados e manufaturas.

Por fim, as importações africanas contam com uma participação de 17% de combustíveis, 12 % de produtos químicos, 11 % de manufaturas e um empate de 9% de artigos manufaturados e commodities e outras transações.

GRÁFICO 27 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES DO BRICS, 2015:

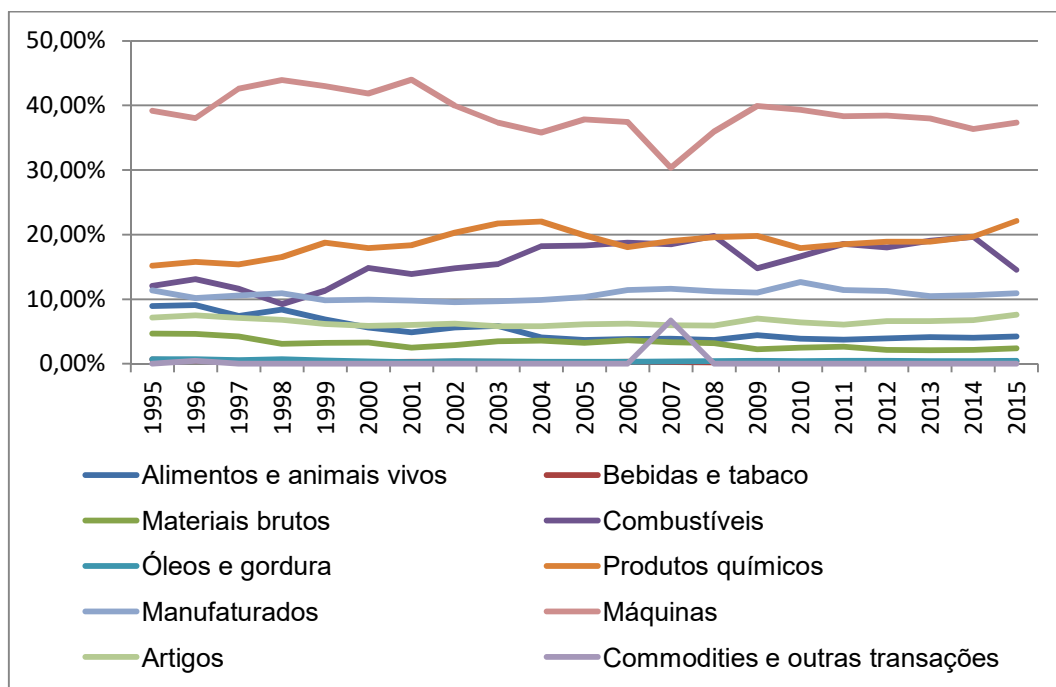


Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Os gráficos 28 a 32 a seguir, apresentam as alterações nas pautas de importações de cada um do BRICS ao longo do tempo.

No caso brasileiro, houve queda da importação de máquinas em 2007, no entanto a participação do produto manteve-se elevada durante todos os anos.

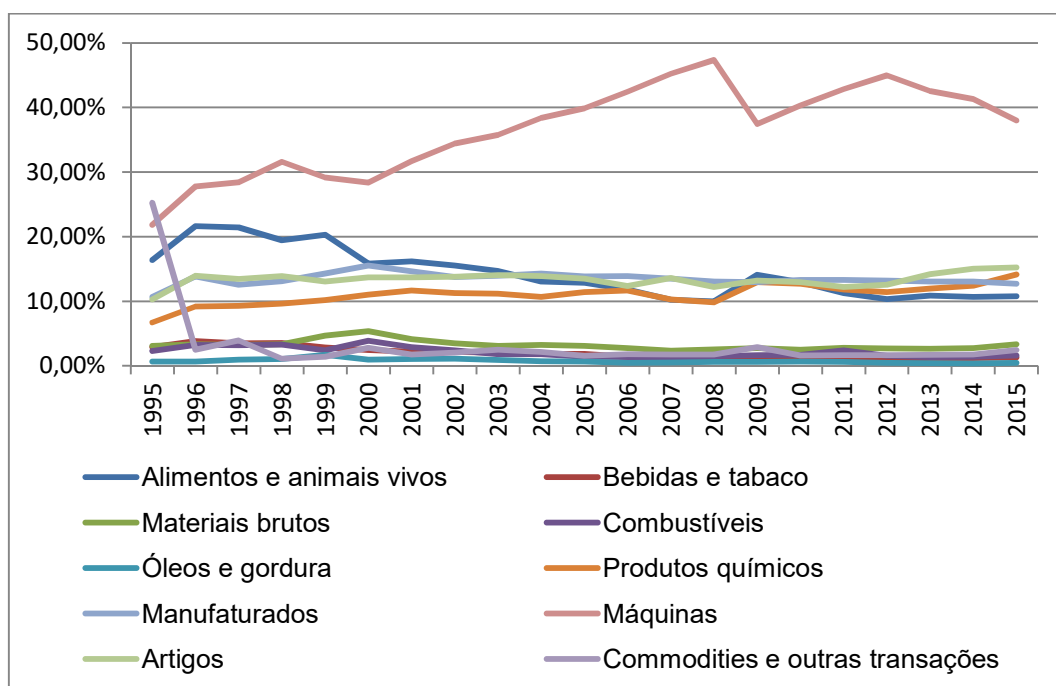
GRÁFICO 28 - PAUTA DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

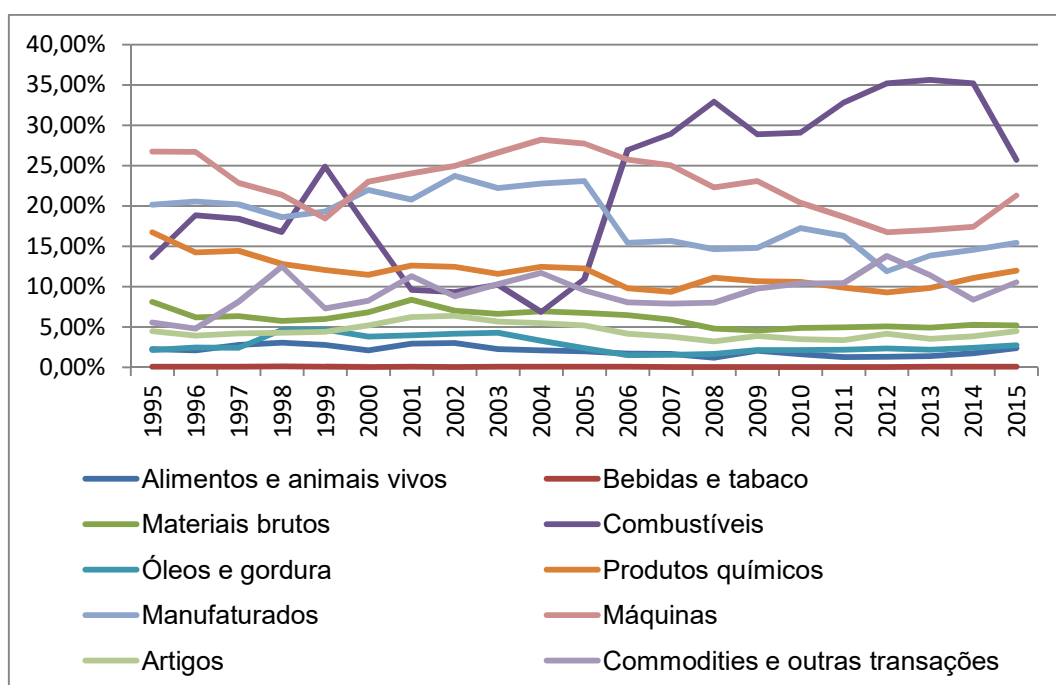
As importações de máquinas russas são crescentes, como mostra o gráfico 29, alcançando 47, 37% em 2008. Essa participação reduziu nos próximos anos, com uma queda contínua desde 2012 para 37,96% em 2015.

GRÁFICO 29 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES RUSSAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

GRÁFICO 30 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES INDIANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)

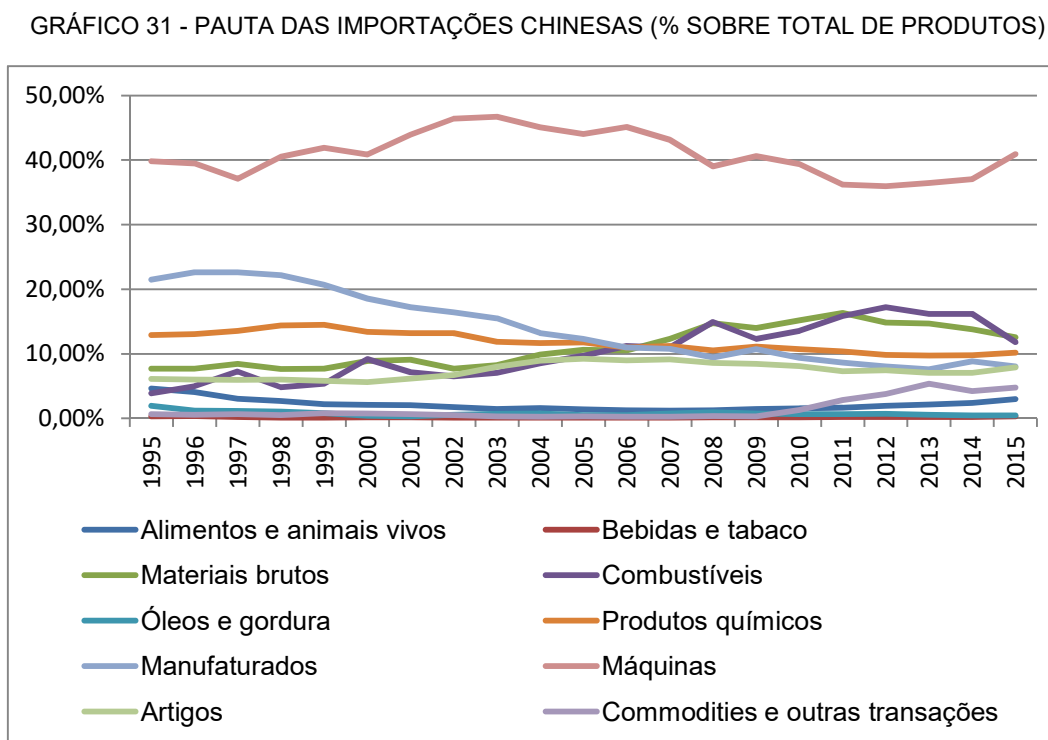


Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

A pauta de importações indianas revela várias oscilações de 1995 a 2015. Conforme o gráfico 30, os combustíveis ultrapassam as máquinas em 2006 e permanecem com a maior representação até 2015. Além disso, ao longo do tempo,

as manufaturas apresentam redução, apesar de um crescimento moderado de 2012 a 2015.

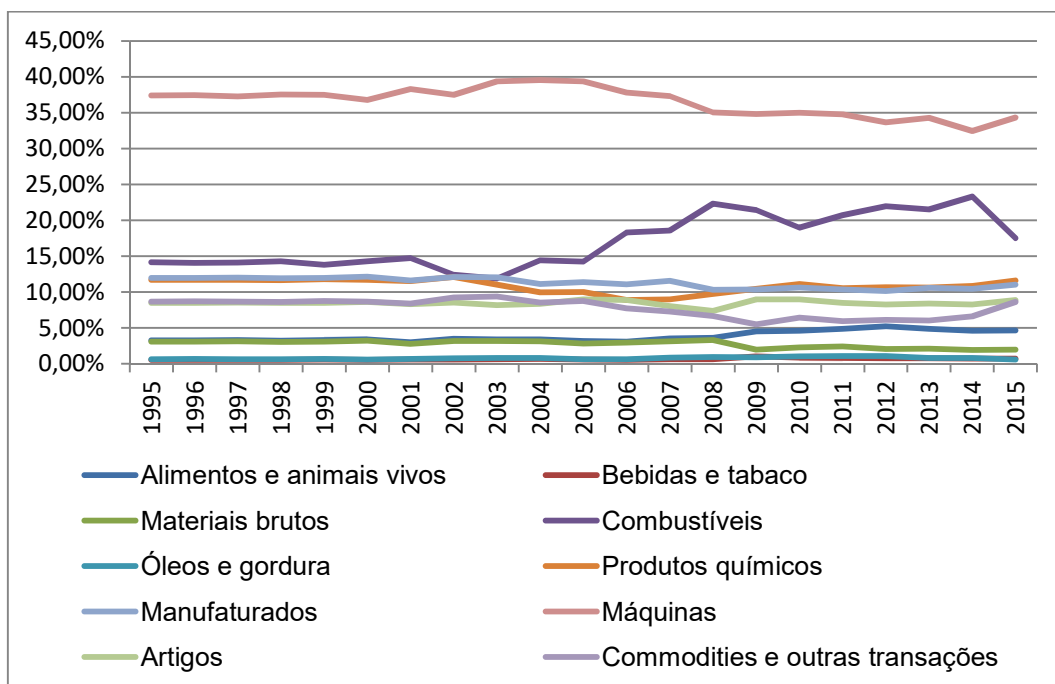
Referente às importações chinesas, percebe-se no gráfico 31, queda significativa na participação dos produtos manufaturados, passando de 21,48% em 1995 para 8,03% em 2015. Por outro lado, combustíveis e materiais brutos aumentaram. Combustíveis de 3,88% em 1995 chegou a alcançar 17,22% em 2012. Materiais brutos de 7,69% alcançaram 16,34% em 2011.



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Na pauta de importações sul africanas, o destaque é para o aumento considerável da participação dos combustíveis, que cresceram pouco mais de 3 pontos percentuais de 1995 a 2015.

GRÁFICO 32 - PAUTA DAS IMPORTAÇÕES SUL AFRICANAS (% SOBRE TOTAL DE PRODUTOS)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

O quadro apresentado na pauta comercial do BRICS revela a possível complementação do comércio entre eles, principalmente no que se refere às capacidades das exportações. As importações apresentam um quadro menos diferenciado, no entanto ainda há complementaridade.

4.3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE O BRICS:

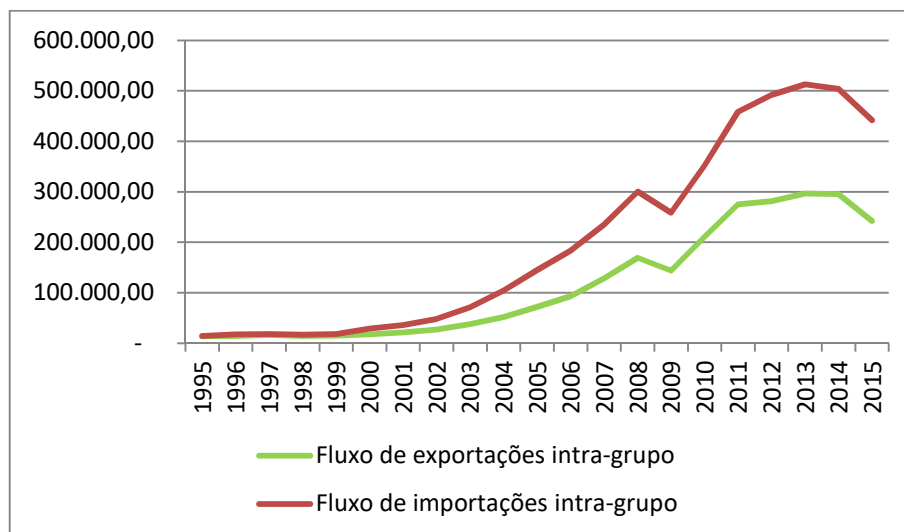
Recentemente o Ministro da Agricultura do Brasil, Blairo Maggi, reforçou a importância do comércio internacional para o BRICS, apoiando iniciativas de comércio dentro do grupo.

O que a Índia precisa comprar de alimentos, preferencialmente deve comprar do Brasil. O que o Brasil for comprar de produtos acabados ou não, dê preferência à Índia para fazer isso. Os cinco países precisam entender que [o BRICS] é um bloco comercial que não pode ficar só na retórica, tem de ficar efetivamente na prática. E foi isso que defendemos. (MAGGI, 2016, entrevista ao Portal Planalto)

Em termos gerais, o comércio intra grupo aumentou tanto quanto ao fluxo de importações como quanto ao fluxo das exportações. O gráfico 33 a seguir revela a evolução do comércio dentro do grupo entre 1995 e 2015 com base nos dados

fornechos pela *United Nations Conference on Trade and Development*.

GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTRA GRUPO EM DÓLARES CORRENTES



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

O fluxo de importações aumentou um volume maior do que o fluxo das exportações, no entanto em ambos os fluxos de comércio houve aumento significativo a partir dos anos 2000. Em 2009 houve uma retração, reflexo da queda do comércio internacional em decorrência da crise econômica mundial. No entanto, os fluxos aumentaram posteriormente, chegando ao maior patamar em 2013.

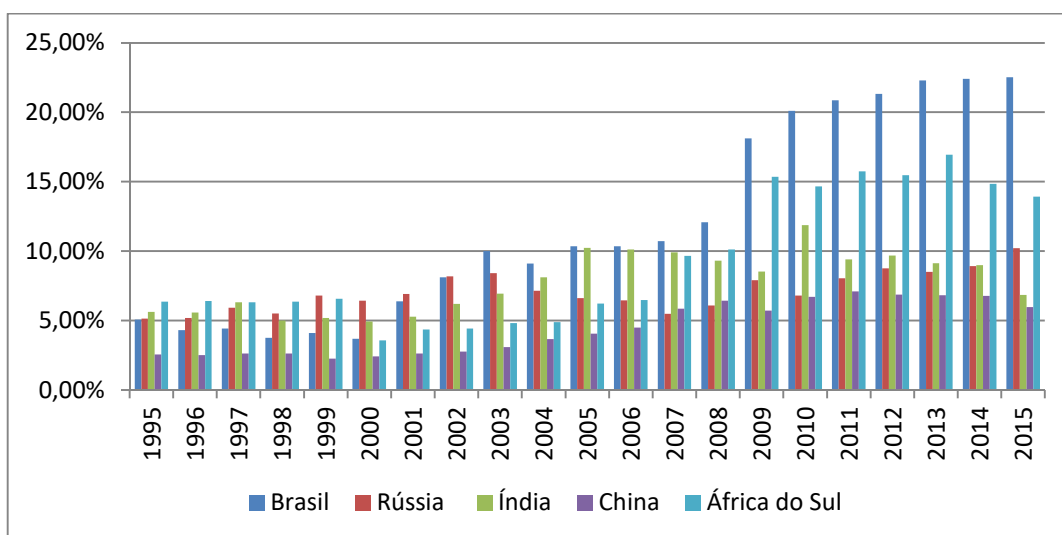
Com o intuito de revelar o impacto gerado pelo aumento no comércio dentro do grupo, o gráfico 34 mostra a participação das exportações dentro do BRICS em relação ao total das exportações para o mundo de 1995 a 2015 para cada país individualmente.

Observa-se que as exportações do Brasil para os demais BRICS foram as que mais ganharam dimensão, passando de 5,06% do total das suas exportações, para 22,52%. A África do Sul é o segundo a contar com grandes exportações para os demais, representando atualmente 13,92% do total de exportações de produtos, um aumento de mais de 7 pontos percentuais em relação a 1995.

A Índia chegou a exportar para China, África do Sul, Brasil e Rússia 11,87% do total de suas exportações, no entanto, essa participação caiu para 6,85% em 2015. China, depende da menor participação dos demais em suas exportações, com apenas 5,98%. No entanto, ainda assim apresentou crescimento desde 1995, quando contava apenas com 3,55%. A Rússia teve um aumento considerável,

alcançando 10,20% em 2015, um aumento de 5 ponto percentuais em relação a 2010. Com isso, a Rússia passou a ser o terceiro país do BRICS com a maior percentual de exportações para países do grupo em relação ao total das suas exportações de produtos para o mundo.

GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO BRICS 1995 - 2015

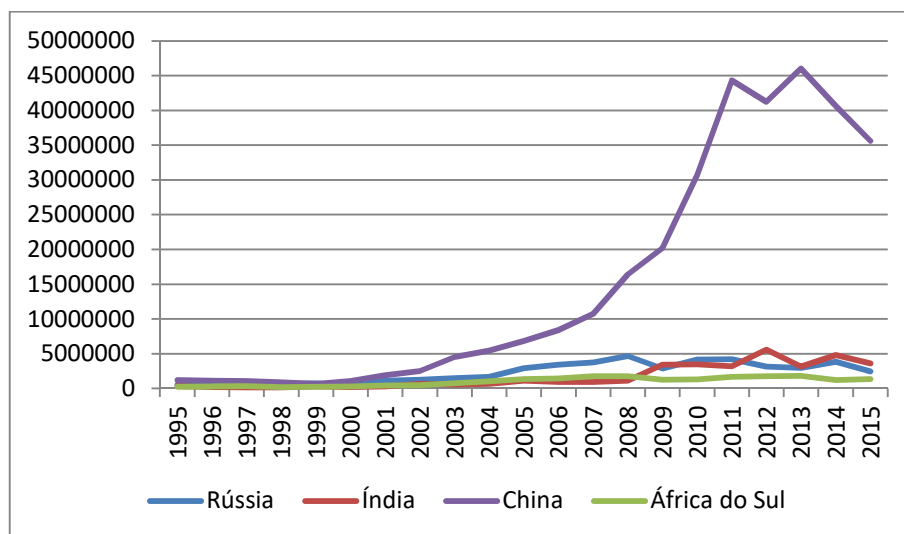


Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Os gráficos 35 a 39 revelam a evolução das exportações em dólares correntes de cada país individualmente para os demais países do grupo. A China tem o maior peso no comércio com todos os outros países em razão da grande proporção de suas exportações. Ao mesmo tempo a África do Sul tem uma representatividade menor em conformidade com o tamanho da sua economia. Ainda assim, é importante notar que as exportações entre todos os membros do grupo evoluem nos últimos 15 anos.

O gráfico 35 exibe a evolução das exportações do Brasil para os demais BRICS a partir de 1995. É possível notar que a China exerce o maior peso, sendo o maior parceiro comercial do Brasil dentro do BRICS com 82,73% do total das exportações do Brasil para o grupo. A Rússia tornou-se um cliente importante a partir de 2001 e foi ultrapassada pela Índia, que aumentou significativamente suas importações de produtos brasileiros desde 2008. A África do Sul aumentou suas importações de produtos brasileiros, no entanto tem uma representação menor, de apenas 3,15% das exportações totais para o grupo.

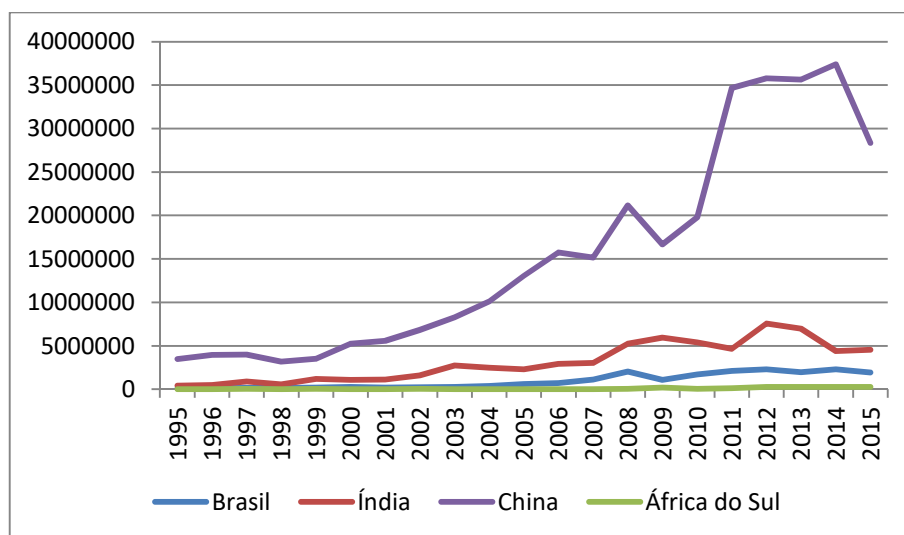
GRÁFICO 35 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS BRICS (US\$)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Dentro das exportações russas, mostra o gráfico 36, a África do Sul tem pouca representatividade, atingindo valores que chegam a apenas 0,78% do total de exportações para países do BRICS. Por outro lado a Índia e o Brasil denotam um valor mais significativo.

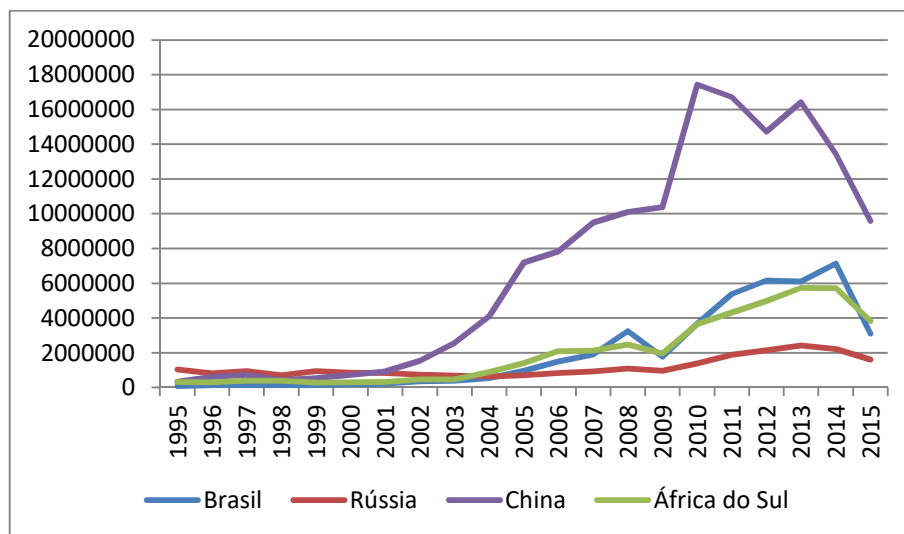
GRÁFICO 36 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES RUSSAS COM OS DEMAIS BRICS (US\$)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Por outro lado, como demonstra o gráfico 37, nas exportações indianas, a Rússia tem a menor participação. Brasil é o segundo principal destino de suas exportações entre o BRICS, com uma pequena diferença para a África do Sul.

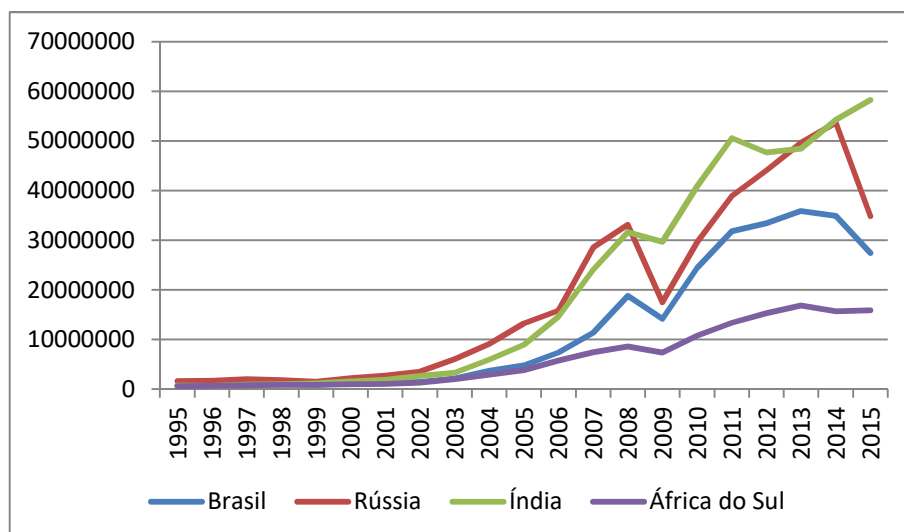
GRÁFICO 37 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA ÍNDIA COM OS DEMAIS BRICS (US\$)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

Com relação a China, o principal destino das exportações dos demais, o gráfico 36 exibe uma relação comercial maior com a Índia, o único a permanecer em crescimento até nos anos recentes. As exportações para a Rússia são bastante relevantes, no entanto estão em queda desde 2013.

GRÁFICO 38 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA COM OS DEMAIS BRICS (US\$)

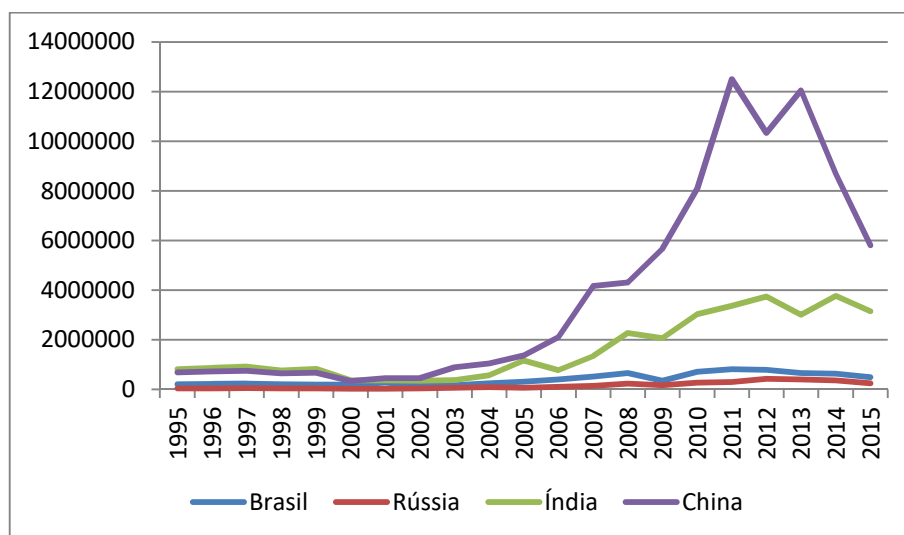


Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

O principal destino das exportações sul africanas é a China, contudo o gráfico

39 exibe uma queda de 52% desde 2013. A Índia é o segundo principal destino, seguido pelo Brasil e por último a Rússia.

GRÁFICO 39 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SUL AFRICANAS COM OS DEMAIS BRICS (US\$)



Fonte: UNCTAD STAT (2016); nota: elaboração própria.

O peso da China nas exportações dos demais países membros do BRICS é evidentemente o mais significativo, fato explicado por sua expansão econômica desde a década de 1980. Na visão de alguns autores a China é o principal denominador comum do comércio dos outros quatro países, principalmente em referência ao fornecimento de produtos primários (MELLO, 2012, p. 27). No entanto, a partir do crescimento econômico, da expansão do comércio e a confirmação de um grupo, é possível vislumbrar maiores perspectivas de comércio entre os cinco. Como indica Mello (Ibid, p. 61), "Não resta dúvida de que os quatro BRICS serão a grande força de consumo em meados do milênio". Faz-se necessário acrescentar na análise do autor a África do Sul, pela sua representação econômica e política no continente africano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjunção do BRICS reflete não apenas o peso político dos países emergentes como também o desempenho e preocupação dos cinco membros no comércio internacional.

A trajetória econômica do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul desponta pontos de similaridade no desempenho de suas economias, bem como na formação da estrutura produtiva de cada um, no entanto, apesar do peso do setor de serviços na economia de todos os países do grupo, a história aponta alguns pontos de divergência na evolução da composição do PIB.

O grande peso que o grupo tomou no produto mundial nos anos recentes reforça o potencial econômico dos países do BRICS, principalmente no que tange ao crescimento da participação do BRICS no comércio internacional. Este ponto é reforçado pelo destaque dos cinco países quanto ao seu potencial populacional, territorial e tamanho de seus recursos, fatores estes, que evidenciam a possibilidade de crescimento econômico e potencial para consumo. Atualmente o BRICS representa cerca de 40% da população mundial e juntos somaram mais de 16 trilhões de dólares, o que representa 22,25% do PIB mundial em 2015.

O comércio internacional é palco da demonstração do crescimento econômico dos cinco países, tornando-se um motor de crescimento para os países do BRICS e aumentando as possibilidades para o fortalecimento do grupo. O comércio de produtos dentro do grupo aumentou tanto quanto ao fluxo de importações como quanto ao fluxo de exportações.

Quando analisado a partir da pauta de suas exportações e importações, observa-se a existência de diferenciação entre os cinco países, em termos de volumes pela disparidade chinesa, mas também com relação às categorias de produtos comercializados. Existe uma concentração das exportações brasileiras por materiais brutos, russas por combustíveis, indianas e sul africanas em manufaturados e chinesas por máquinas.

As importações apresentam um quadro menos diferenciado, com um peso maior para a importação de máquinas em cinco dos quatro membros do grupo, no entanto ainda há complementaridade de produtos na qual o Brasil importa grande quantidade de produtos químicos, a Rússia artigos manufaturados, China materiais brutos, África do sul e Índia combustíveis.

A diversificação de suas pautas é um fator importante para fortalecer o comércio internacional, pois amplia a complementaridade econômica dentro do BRICS, fortalecendo assim o conjunto do BRICS como grupo econômico. Visto isso é possível perceber a possibilidade de construção de um grupo forte e complementar economicamente.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, F. Evolução da Economia Brasileira do Século XVI ao Século XX. In _____. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona, 2003. p. 113-166.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008
- BANCO MUNDIAL. Countries overview. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country>> Acesso em: 31 ago. 2016
- _____. World Bank Data. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em 11 set. 2016.
- BARBOSA, M. J; **Crescimento Econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993**. Dissertação Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008
- BLAINEY, G. **Uma Breve História do Mundo**. 1º ed. Fundamento, 2004
- Blairo Maggi defende abertura comercial entre os países dos BRICS. Portal Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/blairo-maggi-defende-abertura-comercial-entre-paises-do-brics>> Acesso em: 05 dez. 2016.
- BP Statistics Review 2016: Russia's energy market in 2015. 2016 Disponível em: <<http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-russia-insights.pdf>> Acesso em 17 ago. 2016.
- BRICS. Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS. Itamaraty, 2015. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/images/Strategy_ptbr.pdf> Acesso em: 10 ago. 2016.
- CARMONA, Ronaldo. **O Retorno da Geopolítica**: A ascensão dos BRICS. Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações, v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014
- CARVALHO, Vinícius S. **Evolução das Exportações e de Seus Determinantes nos BRICS nas Últimas três Décadas**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- CERVO, A. L. **Política exterior e relações internacionais do Brasil**: enfoque paradigmático. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): p. 5 - 25, 2003.
- CIA - Central Intelligence Agency. The World Fact Book. 2016. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 05 dez. 2016.
- CONTRI, A. L. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma**. Indic.

Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4 p. 9-20, 2014.

CORAZZA, G. **A Inserção do Brasil na Globalização Financeira**: uma análise introdutória da década de 1990. UFRGS, 2010.

CURADO, M. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Economia e Tecnologia - Ano 07, Volume Especial - 2011.

DAMAS, R. D. **Economia chinesa**: transformações, rumos e necessidades de rebalanceamento do modelo econômico da China. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.

FONSECA, G. et al. **Mesa-redonda : o Brasil, os BRICS e a agenda internacional**/ Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília : FUNAG, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. Companhia Editora Nacional, 2003.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HENDLER, B. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror**: Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno. 2012. 166 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2012.

ITAMARATY. Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. Política Externa. Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>> Acesso em: 13 nov. 2016.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2010.

MARAI, Hein. **South Africa Limits to Change**: The Political Economy of Transition. University of Cape Town Press, África do Sul e Zed Books, Londres e Nova York. Segunda Edição: 2001

MEDEIROS, C; et al. **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**/ organizador: Andre Augusto de Miranda Pineli Alves. Brasília: Ipea, 2011.

MELLO, Pedro de Carvalho de. **O B de BRICs**: potencial de consumo, recursos naturais e economia brasileira. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

OMC - Organização Mundial do Comércio. Statistics database. **Trade and Tariff**. 2016. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm> Acesso em: 05 dez. 2016.

OMC *Trade Profiles* - Organização Mundial do Comércio. 2016 Disponível em:

<<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=BR%2cCN%2cIN%2cRU%2cZA>> Acesso em 16 nov. 2016.

O'NEILL, Jim. **The Growth Map**: economic opportunity in the BRICs and beyond. 2011. Disponível em: <<http://www.wewoek.com/load-the-growth-map.html>> Acesso em 28 nov. 2016.

PRADO, C. **História Econômica do Brasil**. 1945. Digitalização: Argo. Disponível em: <http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf> Acesso em: 02 dez. 2016.

PRESSE, France. **Rússia entra na OMC após 18 anos de negociações**. G1. 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/russia-entra-na-omc-apos-18-anos-de-negociacoes.html>> Acesso em 25 nov. 2016.

Rússia: O novo escândalo que atinge centro Skolkovo. **Euronews**. 31/10/2013. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2013/10/31/russia-o-novo-escandalo-que-atinge-centro-skolkovo>> Acesso em 20 ago. 2016.

SCHNERB, R. **O Século XIX: As civilizações Não-Européias, o Limiar do Século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SCHREIBER, M. **Para onde caminha o Banco dos BRICS?** BBC News, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37665472>> Acesso em 19 set. 2016.

Skolkovo: O "Silicon Valley" Russo. **Centro de Estudos Russos**. Universidade de Coimbra. 2014. Disponível em <<http://www.uc.pt/fluc/depllc/CER/cerfed/skolkovo>> Acesso em 20 ago. 2016.

SPUTNIKNEWS. Megaprojeto Skolkovo ganha força.. 25/04/2012. Disponível em: <http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2012_04_25/skolkovo-novos-projetos-investimentos-medvedev/> Acesso em 20 ago. 2016.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não cumprida dos benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002

TAVARES, Carlos. **China: o retorno à liderança mundial**. São Paulo: Aduaneiras. 2012

THORSTENSEN, V; OLIVEIRA, I, et al. **Os BRICS na OMC**: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul/ organizadores: Vera Throstensen, Ivan Tiago Machado Oliveira. Brasília: Ipea, 2012.

UNCTAD STAT. United Nations Conference on Trade and Development data. 2016. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>> Acesso em 14 nov. 2016

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. SITC Rev. 3. Disponível em: <
<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=14>> Acesso em 10 nov. 2016

VIRMANI, A. **The Dynamics of Competition**: Phasing of Domestic and External Liberalization in India. Planning Commission. Working Paper No.4, 2006.

VISENTINI, P; ADAM, G; VIEIRA, M; SILVA, A; PEREIRA, A. **BRICS: As potências emergentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VISENTINI, P; RIBEIRO, L; PEREIRA, A. **África do Sul**: História, Estado e Sociedade/ Organização: Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Pereira. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

WOODS, Ngaire. **The globalizers: the IMF, the World Bank, and their borrowers**. Ithaca, NY: Cornell University, 2006.

I CÚPULA: Declaração Conjunta. Ecaterimburgo, Rússia. 2009 Disponível em: <
http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao> Acesso em: 14 nov. 2016.